



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA**

RAIMUNDO NONATO DA SILVA

**UM INTRÉPIDO PARAENSE: VEIGA CABRAL
NOS JOGOS POLÍTICOS NO PARÁ (1884-1905)**

**BELÉM
2015**

RAIMUNDO NONATO DA SILVA

**UM INTRÉPIDO PARAENSE: VEIGA CABRAL
NOS JOGOS POLÍTICOS NO PARÁ (1884-1905)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará como exigência para obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. William Gaia Farias.

BELÉM
2015

RAIMUNDO NONATO DA SILVA

**UM INTRÉPIDO PARAENSE: VEIGA CABRAL
NOS JOGOS POLÍTICOS NO PARÁ (1884-1905)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará como exigência para obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. William Gaia Farias (UFPA) - Orientador

Prof. Dr. Renato Luis do Couto Neto e Lemos (UFRJ) - Examinador

Prof^a. Dr^a. Magda Maria de Oliveira Ricci (UFPA) - Examinadora

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPa, Belém-PA)

Silva, Raimundo Nonato

Um intrépido paraense: Veiga Cabral nos jogos políticos no Pará (1884-1905) / Raimundo Nonato Silva. - 2015.

Orientador (a): William Gaia Farias

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2015.

1. Pará - História, 1884-1905. 2. Amazônia - História, 1884-1905. 3. Pará - Política e governo, 1884-1905. 4. Cabral, Francisco Xavier da Veiga, 1861-1905. 5. Partidos políticos. I. Título.

CDD - 22. ed. 981.15

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não foi fácil, pois tudo parecia me levar a não concluí-lo. Mas, depois de todo o caminho percorrido até aqui, tenho a oportunidade de vivenciar um momento de muita felicidade e de alívio, por saber que tudo que passei valeu a pena. Ao encerrar esta etapa da minha trajetória profissional, tendo finalmente concluído este trabalho, devo registrar que contei com a ajuda de muitas pessoas, que foram fundamentais na minha vida acadêmica e familiar. Se por algum motivo esquecer o nome de alguém, pecado grave para um historiador, desde já peço desculpas pela falha de memória, e sei que serei absolvido pela amizade.

Eu não poderia iniciar os agradecimentos de forma diferente. Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, William Gaia Farias, que mais que um orientador, foi um pai, ao compartilhar o seu conhecimento sobre o assunto, e com toda a sua experiência e paciência tornou possível esta conquista, após um longo período de discussões e o direcionamento para o trabalho de pesquisa. Enfim, por todos os seus ensinamentos, que foram fundamentais para manter o foco e não perder o rumo, até chegarmos a este momento.

Durante o período do mestrado, que se estendeu para além do normal, tive a oportunidade de dialogar com vários amigos e colegas de profissão, que com suas dicas e sugestões de leitura me estimularam a finalizar este trabalho: Luis Laurindo, Frederik Matos, Deyse, Rogério Monte Brito, Adriana Coimbra, Paulo Carvalho, Andersom Alexandre, Tiago Barros, Pablo, Admarino Junior, Ana Carolina, Alice Conceição, Hidelino Rabelo, Lucas Aires, Manoel, Darlene, Luis Eduardo, e a família Honorato, da qual tenho o prazer de fazer parte. Foram muitos os amigos que contribuíram neste trabalho – e peço perdão novamente aos que ficaram de fora, tão somente por um lapso de memória. Além dos amigos já citados, tive a ajuda da Iraneide Silva, que foi responsável por fazer a correção final do texto e me ajudou muito neste trabalho. Quero aqui agradecer aos professores: Antonio Otaviano Vieira Junior, Rafael Chambouleyron, Karl-Heinz Arenz, Mauro Cezar Coelho, Franciane Gama Lacerda, Maria de Nazaré Sarges, Antonio Maurício Dias da Costa e Magda Maria de Oliveira Ricci, pois sem estes mestres eu não teria chegado até aqui.

Neste tempo de mestrado, tive o privilégio e o prazer de conhecer uma mulher maravilhosa, Sandra Palheta, que me incentivou a finalizar este trabalho, com o seu carinho, seus cuidados e, acima de tudo, com o seu amor, e que me deu força necessária para superar as horas cruciais de desespero e a sensação de que tudo estava perdido, nos momentos em que a sua presença foi o diferencial na minha vida.

Eu não poderia deixar de agradecer especialmente às duas pessoas mais importantes na minha vida – os meus pais. Tudo que conquistei até hoje eu devo a estes dois, que sempre me deram o suporte para as minhas realizações – sem vocês eu não seria metade do que sou. Foram vocês que me deram o exemplo e me ensinaram a ser alguém melhor, que sempre me acolheram, e nunca me viraram as costas, nem quando cometi os maiores erros da minha vida; pelo contrário, me acolheram como se nada tivesse acontecido, choraram com a minha dor, riram da minha alegria e não me abandonaram por um instante sequer, sempre ao meu lado, seguraram minha mão e me ajudaram a chegar até este momento. Se ser pai e mãe é uma missão, vocês cumpriram a sua com maestria, e foram perfeitos nesta tarefa. Não tenho palavras para agradecer por tudo que o senhor Honorato Pereira da Silva e a senhora Maria Iracilda da silva fizeram por mim. Só me resta dizer: Obrigado!

RESUMO

Este trabalho analisa as disputas políticas no Pará na transição da Monarquia para a República, buscando entender as redes de “Clientelismo” que permitiram a utilização de mecanismos como a força policial, o uso de Capoeiras, de Jornais e dos partidos políticos nesses conflitos. Para alcançar este objetivo busquei refazer a trajetória política de Francisco Xavier da Veiga Cabral, por entender que sua importância neste momento de transição da Monarquia para a República foi relevante para os embates políticos no Pará. Para compreender estes mecanismos de disputas eleitorais e a relação de Veiga Cabral, o trabalho contou com a análise de um corpo documental variado, entre processos crimes, jornais, relatórios dos governos do Pará e coleção de leis do estado Pará. Partindo desta documentação e do diálogo com bibliografia, buscamos contribuir para o debate e ampliar os conhecimentos sobre o tema, assim como permitir um maior entendimento da História do Brasil e da Amazônia.

Palavras-chave: Polícia. Capoeira. Política.

ABSTRACT

This work analyzes the political disputes in Para in the transition from Monarchy to Republic, seeking to understand the networks of "Clientelismo" that allowed the use of mechanisms such as the police force, the use of Capoeira, Newspapers and political parties in these conflicts. To achieve this objective I tried redoing the political career of Francisco Xavier da Veiga Cabral, i understand your importance in this time of transition from Monarchy to a Republic was relevant for the political battles in Para. To understand these mechanisms of electoral disputes and the relation of Veiga Cabral, the work was done with the analysis of a documentary body varied, between criminal prosecutions, newspapers, government reports of Para and collection of laws of the state Para. Starting from this documentation, and the dialog with bibliography we contribute to the debate on the theme and expand the knowledge of the same, as well as to allow a greater understanding of the History of Brazil and the Amazon.

Keywords: Police. Capoeira. Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Iconografia que destaca a figura de Veiga Cabral (parte superior), e ilustra uma cena do conflito entre brasileiros e franceses (parte inferior).....	25
Figura 2 - Ilustração do atentado sofrido por Francisco Xavier da Veiga Cabral	47
Figura 3 - Gráfico do número de praças e oficiais da Polícia do Pará	63
Figura 4 - Planta da Estrada de Ferro Belém-Bragança no ano de 1914.....	80
Figura 5 - Planta da mata do Cacaolinho.....	89
Figura 6 - Imagem divulgada pela Revista Ilustrada em 1895	110
Figura 7 - Fotografia de Veiga Cabral em trajes militares	111
Figura 8 - Estátua em homenagem a Francisco Xavier da Veiga Cabral na cidade de Amapá.....	114
Figura 9 - Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho	115

LISTA DE SIGLAS

PL	Partido liberal
PC	Partido conservador
PRP	Partido Republicano Paraense
PRD	Partido Republicano Democrático

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - JORNALISTA, CAPOEIRA E “MILITAR”: VEIGA CABRAL E A POLÍTICA NO PARÁ	19
1.1 - VEIGA CABRAL	26
1.2 - CABRALZINHO E SEUS JORNAIS	29
1.3 - CABRALZINHO E A CAPOEIRA	41
1.3.1 - O CASO “MÃO DE SEDA”	46
1.4 - VEIGA CABRAL E OS MILITARES DO CORPO DE POLÍCIA	54
CAPÍTULO 2 - UM LIBERAL-DEMOCRATA E SUA ATUAÇÃO PARTIDÁRIA	66
2.1 - O PARTIDO LIBERAL	67
2.2 - O DEMOCRATA	70
2.3 - ATUAÇÃO POLÍTICA EM BELÉM E PELO INTERIOR DO PARÁ	74
2.4 REVOLTA DE 11 DE JUNHO DE 1891	86
CAPÍTULO 3 - DO COSTESTADO AO LAURISMO: DISPUTAS EM TORNO DO HERÓI DO AMAPÁ	94
3.1 - O CONTESTADO FRANCO-BRASILEIRO	95
3.2 - O GOVERNADOR DO AMAPÁ E A BATALHA COM OS FRANCESES	97
3.3 - VEIGA CABRAL E O LAURISMO	102
3.4 - O VILÃO QUE SE TORNOU HERÓI DO AMAPÁ E DO BRASIL	107
CONCLUSÃO	119
FONTES	123
REFERÊNCIAS	127

1 - INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XIX, a política no Brasil foi caracterizada por disputas eleitorais, sendo necessária a construção de redes de aliados para garantir as vitórias nas eleições. Este trabalho fez um estudo das disputas políticas no Pará na transição da Monarquia para a República, entendendo as redes de “clientelismo” que permitiam a utilização da força nos conflitos políticos. Para isto, partimos da análise da atuação política de Francisco Xavier da Veiga Cabral, vulgo Cabralzinho, no processo político paraense, no período de 1884 a 1905. A trajetória política de Veiga Cabral, enquanto um intelectual orgânico no processo de articulação de uma oposição liberal no final do Império, e democrata nos primeiros anos da República, permite perceber a gestação das relações políticas no Pará e da criação de redes de alianças, isto porque a presença de Veiga Cabral se fez de forma marcante na cena política paraense.¹

William Gaia Farias (2005), ao estudar as Revoltas Republicanas no Pará, afirma que a figura de Veiga Cabral é importante para a análise do processo das disputas partidárias neste novo cenário, isto porque Cabralzinho esteve diretamente envolvido nos conflitos entre democratas e republicanos históricos, sem falar na sua atuação no Império, ao lado dos liberais. A trajetória política deste personagem é muito importante para entender questões relevantes sobre os jogos políticos no alvorecer republicano. Nesta diretriz, tenho o objetivo de contribuir para o conhecimento acerca das disputas políticas nos primeiros anos da República no Brasil.

O objetivo central do trabalho é entender como Veiga Cabral conseguiu arregimentar um grupo de aliados para os liberais no final do Império e para os democratas na República. Nas redes de aliados construída pela articulação de Cabralzinho, destacamos três grupos importantes para o processo de disputas políticas – o primeiro é caracterizado pela elite política, que permitia a Veiga Cabral participar diretamente das decisões do Partido Democrata nos primeiros anos do regime republicano; e o segundo a força policial, que foi o principal apoio ao movimento liderado por Veiga Cabral, de 11 de julho de 1891, que contou com apoio de grande parte dos praças da capital do Pará e, por último, compreender como Veiga Cabral conseguiu construir uma rede de aliados capoeiras, sendo ele mesmo apontado pela historiografia como o maior capoeira do estado do Pará.

¹ Para saber mais sobre estes eventos confira os trabalhos de Farias (2005); Leal (2008); Farias e Silva (2011, p. 183-200).

A construção da trajetória ou a biografia de um indivíduo não é algo novo, pelo contrário, pois, desde a Grécia antiga era comum e recorrente descrever a vida dos grandes heróis, sendo datada de mais de dois mil anos o surgimento da biografia, este estilo narrativo teve na sua origem a vocação para a história política e imbricação com a memória (BORGES, 2005, p. 203-228).

Segundo François Dosse (2009), no século XIX e grande parte do XX, a escrita da vida perdeu espaço entre os historiadores, sendo tachada de elemento parasita capaz de perturbar os objetivos científicos. Esta visão distanciou a produção biográfica da história por um longo período. A redescoberta da biografia pelos historiadores se dá no início da década de 1980.

Para Vavy Pacheco Borges (2005, p. 215), a biografia é hoje considerada uma fonte para a história tomar conhecimento do passado. Nesta visão, a produção de biografias vem ganhando cada vez mais espaço nas últimas décadas, isto porque os trabalhos de biografias fazem a leitura não só acerca da vida de um indivíduo, mas também do seu cotidiano e da sua época, sendo uma ferramenta para a produção do conhecimento histórico.

Este novo debate traz de volta os historiadores interessados em produzir biografia, gênero que atraiu poucos historiadores durante um período do século XX. Contudo, a diminuição da produção não significou o abandono do gênero de escrita, que continuou sendo produzido por jornalistas, literatos e pessoas que queriam contar suas histórias de vida para a posteridade, através das suas autobiografias.

De acordo com Geovanni Levi (1998), vivemos hoje um período intermediário, onde mais do que nunca a biografia está no centro das preocupações dos historiadores. Contudo, Levi denuncia as ambiguidades das narrativas biográficas que, segundo o historiador italiano, tem sido usada para sublinhar a irredutibilidade dos indivíduos e seus comportamentos, levando em consideração as experiências de vida.

Nesta perspectiva, é preciso reavaliar os usos da biografia, pois o estudo de uma vida nunca é total e não traduz linearmente a realidade, e nem aproxima o biógrafo da pessoa biografada e do seu passado, sendo a biografia um estilo de narrativa. Desta forma, é necessário fugir das ilusões biográficas (LEVI, 1998).

Pierre Bourdieu (1998), afirma que é indispensável para o biógrafo reconstruir o contexto, a “superfície social” em que age o indivíduo, numa pluralidade de campos em que este está inserido, sendo fundamental entender que a história de vida de uma pessoa é constituída dos conjuntos de acontecimentos de uma existência individual, concebida como uma história e o relato da mesma.

O trabalho com a história de vida de um indivíduo requer do pesquisador um cuidado significativo na hora de fazer as análises, isto porque a vida de um homem não segue uma lógica linear, estando o espaço histórico e o sujeito em constante transformação. Esta mudança pode ser percebida na trajetória de Francisco Xavier da Veiga Cabral – ou Cabralzinho –, que passa de inimigo da República a herói em um curto espaço de tempo, dependendo do interlocutor que o está apresentando.

Para Carlos Antonio Aguirre Rojas (2000), é muito recorrente se afirmar que a biografia tem como função a descrição da vida de um indivíduo, mas isto apresenta um problema de ordem teórico-metodológica, que é a dificuldade de caracterizar o que é um indivíduo, isto porque, para Rojas, o conceito de indivíduo no século XXI não é o mesmo do século XIX. Mesmo com as dificuldades metodológicas do gênero biográfico, ele tem crescido muito na historiografia.

Segundo Benito Schmidt (2000), nos últimos anos os estudos biográficos deixaram os bastidores e passaram para ao primeiro plano da historiografia internacional. Schmidt afirma que há um maior interesse dos pesquisadores que trabalham com a biografia em desvendar a regularidade do processo social e não mais as conturbadas e imprevisíveis histórias de vida.

O conceito analítico usado para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa foi o conceito de redes de clientelas, do intelectual Richard Grahlan (1997), segundo a qual os grupos que estão no poder garantem a sua permanência com a criação de redes de dependência que lhes permitem vitórias nas eleições. Contudo, devo deixar claro que o conceito de clientelismo foi desenvolvido para a análise da sociedade do nordeste brasileiro, fundamentada no patriarcado da grande propriedade de monocultura, porém, apesar da estrutura de exploração das terras na Amazônia ser o extrativismo, acreditamos que esta relação de troca foi muito utilizada pelos políticos quando chegavam ao poder, principalmente a distribuição de cargos público para apadrinhados.

Para desenvolver minha análise farei uso também dos conceitos de intelectual orgânico e de sociedade civil de Antonio Gramsci². Para Gramsci, a intelectualidade orgânica é caracterizada pelo grupo capaz de prover a organização das funções política do estado e garantir que grupos políticos se mantenham no poder, mesmo sem ser o grupo economicamente dominante. Já o segundo conceito é entendido como a portadora material da figura social da hegemonia como esfera de mediação entre infraestrutura econômica e o Estado.

² GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Civilização Brasileira; Rio de Janeiro – RJ, 1982.

O trabalho de historiar o passado não pode ser feito sem fontes, e nesta pesquisa tive que dialogar com corpo documental que foi dividido em: jornais, relatórios dos Presidentes de Província, mensagens dos Governadores, minutas do Chefe de Polícia, Coleção de Leis do Estado do Pará, Autos de Crimes, Constituição Política do Estado do Pará, e Processos Criminais entre as diversas fontes documentais que permitiram uma análise da trajetória política de Veiga Cabral. Neste trabalho foram utilizados, entre outros, os jornais A Província do Pará, Diário de Notícias, Diário de Belém, O Cosmopolita, a República e o Democrata, pesquisados no acervo da Biblioteca Pública Arthur Vianna, no setor de microfilmagem desta instituição.

O jornal A Província do Pará, no final do Império tinha ligação direta com o Partido Liberal, isto porque o seu redator de política (Joaquim José de Assis) era membro da diretoria do Partido Liberal. Este periódico foi importante no primeiro momento para o avanço da pesquisa acerca dos embates políticos no apagar do Império, por apresentar informações importantes sobre o atentado sofrido por Veiga Cabral, além de defender este da acusação de desordeiro, lançada pelos jornais conservadores.

O jornal Diário de Notícias é aqui citado por ter um papel importante neste momento de transição de regime. Contudo, o trabalho com esta fonte requer um certo cuidado por parte do pesquisador, visto que este periódico trocou de dono constantemente nesse período, o que torna a análise desta fonte ainda mais cuidadosa por parte do historiador. Todavia, o Diário de Notícias apresenta informações importantes para o trabalho de pesquisa sobre a vida de Veiga Cabral, que não podem ser deixadas de lado.

O jornal Diário de Belém é importante para a compreensão da posição dos conservadores nestas querelas políticas do final da Monarquia, sendo o mesmo um dos principais críticos de Cabralzinho. Outro jornal desse período aqui utilizado é o jornal liberal O Cosmopolita, que teve importância para pesquisa por ser de propriedade de Veiga Cabral, o que nos permite entender melhor a atuação política de Cabralzinho no Império.

No período da República, os jornais continuam sendo um importante meio de propagandear ideias e foram muito usados nas discussões políticas no Pará, dentre estes destacamos os jornais A República e O Democrata, que nos primeiros anos do novo regime no Pará encontravam-se em lados opostos no cenário político paraense. Estes dois periódicos tiveram um papel relevante para a pesquisa, por apresentarem nas suas páginas um número considerável de informações sobre a atuação de Veiga Cabral no início da República.

Esses jornais estão disponíveis no setor de microfilmagem da Biblioteca Pública Arthur Vianna, porém o acesso foi dificultado pelas péssimas condições e pelo número

reduzido de equipamentos disponíveis aos pesquisadores. Este fato tornou o trabalho de pesquisa com os jornais muito lento, contudo, os periódicos possuem um acúmulo de informações sobre Francisco Xavier da Veiga Cabral, desta forma, foram fontes indispensáveis para o desenvolvimento da pesquisa.

Outras fontes utilizadas na pesquisa foram as minutas do Chefe de Polícia da Província do Pará. Nestas, encontra-se um série de ofícios enviados para esta autoridade, sendo importante ressaltar que este tipo de documentação apresenta dificuldades e, para solucioná-las, é necessário ao pesquisador fazer uso de outras fontes para construir as suas análises. Estas fontes deixam lacunas de difícil recuperação, segundo Carlos Bacellar (2006, p. 23-76). Para compor estas lacunas, fez-se necessário o cruzamento de um número diversificado de documentos.

Esses ofícios apresentam informações significativas para compreensão da relação de Veiga Cabral com as autoridades do Pará. Nas minutas de ofícios do Chefe de Polícia encontrei uma série de ofícios enviados a esta autoridade. Estes documentos estão guardados no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), sendo organizadas em códices, e disponíveis para pesquisa.

Os ofícios são fontes produzidas em caráter oficial e seu armazenamento é feito geralmente em forma de minutas. Esta documentação deve ser trabalhada a partir de uma crítica rigorosa, visto que segundo Le Goff (1990), todo documento é falso e verdadeiro ao mesmo tempo. A crítica é fundamental para a construção do conhecimento histórico, porque o historiador deve buscar na fonte a sua intencionalidade e, para isto, é importante que conheça não somente a documentação, mas também quem a produziu e o contexto em que este estava vivendo, para com isto tentar entender as motivações que levou à produção do documento estudado.

Os discursos nunca são idôneos. Raminelli (1996), ao estudar os discursos jesuítas acerca da origem dos indígenas, observou a construção da ideia de uma origem comum entre índios e europeus, e esta origem foi usada para justificar o processo de catequese dos indígenas. O processo descrito acima é revelador de como os discursos são utilizados segundo determinados interesses. O trabalho com a documentação requer muito cuidado, pois não cabe ao historiador ser juiz, condenando ou absolvendo os envolvidos no processo estudado, tampouco ser ingênuo a ponto de aceitar tudo como a expressão da verdade. Fazer uma crítica cuidadosa sobre o fonte é fundamental para o processo de construção do conhecimento histórico.

Outro fundo documental utilizado para desenvolver esta pesquisa foi à Coleção de leis do Pará, localizada no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). Neste acervo encontrei os regimentos do Corpo Policial no momento de transição Monarquia-República. Estas fontes nos revelaram a organização e a formação dos membros desta corporação. A coleção de leis do APEP não está completa, pois faltam alguns anos, fato que exige do historiador muito cuidado ao trabalhar com estas fontes, contudo, muitas informações nelas contidas foram fundamentais para o andamento do trabalho, visto que permitiu compreender melhor a participação do Corpo Militar de Polícia nos jogos políticos no Pará.

Outras fontes utilizadas na pesquisa foram os Relatórios de Governo, que se encontram disponíveis *on-line* no site da Universidade de Chicago, sendo muito importantes para o trabalho, pois trouxeram informações preciosas sobre o atentado sofrido por Cabralzinho em 1888 na cidade Belém e, conseqüentemente, a queima dos livros do Corpo de Polícia. Os documentos possibilitaram identificar que o caso ganhou destaque na sociedade e acabou chegando aos debates políticos do Senado Federal, por envolver o Chefe de Polícia, Antonio Bezerra da Rocha Moraes e o vice-presidente de Província, conselheiro Francisco José Cardoso Junior, sendo ainda feita referência ao senador Siqueira Mendes, líder do Partido Conservador³.

Nesses relatórios foi possível encontrar informações importantes sobre os movimentos revoltosos que ocorreram nos primeiros anos do regime republicano no Pará, sendo relevante para a pesquisa porque há muitas referências à participação de Francisco Xavier da Veiga Cabral nessas “sedições”, além de informações sobre o conflito entre brasileiros e franceses nas terras do Cabo Norte.

Foram utilizados também os processos contra Francisco Xavier da Veiga Cabral, que se encontram disponíveis no Arquivo Público do Pará, na área da Secretária de Segurança Pública, no Fundo da Secretária de Polícia da Província, na Série de Autos, sendo importante este tipo de fonte para o trabalho de pesquisa, por apresentar elementos sobre a figura de Cabralzinho. Contudo, é fundamental não pensar estes processos como sendo extensão da verdade, pois, segundo Sidney Chalhoub (2001), os processos mentem, sendo importante ficar atento para as coisas que se repetem sistematicamente, versões que são reproduzidas muitas vezes, mentiras e contradições. Foi a partir das fontes apresentadas e do diálogo com a historiografia que reconstrui a trajetória política de Francisco Xavier da Veiga Cabral.

³ Relatório de Governo de 1889, p. 16-17.

Os periódicos foram utilizados em conjunto com a documentação policial e com os relatórios de governo, e me permitiram mapear a atuação de Cabralzinho, isto porque a imprensa do período apresentava fortes ligações com os grupos políticos locais, sendo noticiado constantemente o processo de atuação do intelectual orgânico Veiga Cabral. As notícias foram cruzadas com documentação policial e os relatórios de governo, reunindo uma documentação cujas informações foram de grande valia para o trabalho, devido à presença de Veiga Cabral no interior do estado ser sempre noticiada pela imprensa, sem falar no fato de que esta articulação tinha como características finais os tumultos provocados nos locais onde ele atuava.

Os jornais, cruzados com a documentação oficial (relatórios dos Governadores, processos criminais e documentação do Corpo de Polícia) permitiram mapear a atuação de Francisco Xavier da Veiga Cabral no interior e na capital do Pará como intelectual orgânico⁴ do Partido Democrata, como já citado, possibilitando compreender as redes construídas por Cabralzinho na Primeira República.

A após mapear a rede de aliados que os democratas conseguiram cooptar para o Partido Republicano Democrático, partindo dos dados obtidos neste mapeamento, realizei o estudo das redes de alianças que foram construídas no contexto da transição da Monarquia para a República, e como elas foram sustentadas, possibilitando uma maior compreensão dos conflitos políticos.

Com a análise dos dados, busquei compreender os conflitos políticos pelo poder no estado do Pará, a participação dos capangas e do corpo polícia, sendo os grupos de capangas, na sua grande maioria, constituídos de capoeiras. Para entender melhor a participação desses indivíduos nos embates, busquei informações nos processos criminais contra alguns destes agentes, cuja documentação foi novamente cruzada com os jornais, pois os discursos obtidos nos processos criminais têm que ser cuidadosamente analisados, visto que os mesmos foram desenvolvidos a partir de uma relação de poder.

Para Mikhail Bakhtin⁵, os discursos são fundamentalmente sociais, o que significa dizer que os mesmos são produzidos de acordo com uma relação de poder entre os participantes do diálogo, fato que exige do pesquisador um cuidado especial no sentido de entender o discurso. Por este motivo, o cruzamento com outras fontes torna-se fundamental para uma melhor compreensão do processo estudado.

⁴ Na concepção gramsciana, intelectual orgânico, em síntese, é o intelectual que participa, que age, que ajuda na formulação de uma nova hegemonia ou se engaja na manutenção da hegemonia existente. De um lado e de outro, a organicidade vem do comprometimento, da participação, na formulação de ideias que ajudem na ação política, seja ela hegemônica ou contra-hegemônica.

⁵ BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1952-53/2010, p. 261-306.

O trabalho ficou dividido em três capítulos, organizados segundo uma metodologia que separou a trajetória de Cabralzinho fazendo referência a temas importantes durante a sua trajetória. Porém, não abandonei uma lógica cronológica para construir a minha narrativa. No primeiro capítulo discorro sobre alguns mecanismos que foram fundamentais para entender os conflitos políticos em que Veiga Cabral esteve presente. Início o capítulo com a sua chegada à cidade do Rio de Janeiro, para, em seguida, fazer uma breve apresentação da sua vida pessoal. Na sequência, cito os jornais de sua propriedade, para mais adiante falar dos textos que escreveu nesses veículos de imprensa. Ao final do capítulo cito o fato de ter sido capoeira, e que esteve muito presente nas disputas políticas, encerrando com outro elemento de destaque nos conflitos eleitorais – o Corpo de Polícia.

O segundo capítulo trata dos partidos em que Veiga Cabral militou. Seguindo uma ordem cronológica, comecei pelo Partido Liberal, para depois falar sobre o Partido Republicano Democrático. Neste capítulo apresento o Cabralzinho articulador, homem que sai pelo interior para conseguir aliados para os democratas, mas que ao mesmo tempo não abandona a sua militância em Belém. Finalizo com a Revolta de 11 de junho de 1891, isto porque este movimento foi a materialização das redes de alianças que Cabralzinho estabeleceu no Pará.

O terceiro e último capítulo trata da participação de Veiga Cabral no conflito entre brasileiros e franceses pelo território do Cabo Norte, sua atuação ao liderar os amapaenses, sua volta a Belém e sua participação nas disputas entre os partidários de Antonio José de Lemos e de Lauro Sodré. O capítulo termina com uma análise sobre a sua imagem de herói, e como esta esteve diretamente envolvida nos conflitos políticos.

CAPÍTULO 1 - JORNALISTA, CAPOEIRA E “MILITAR”: VEIGA CAVRAL E A POLÍTICA NO PARÁ

“[...] por entre vivas e festejos
Chegou o herói Veiga Cabral
Nem lhe faltaram doces beijos
No acolhimento fraternal

Disse a gazeta numa frase meiga,
A esse herói que o povo já aplaudiu
E saudações em peso já lhe deu:
Que dos cabraes – o pedro e esse Veiga
Menos merece o que nos descobriu,
Mais vale aquele que nos defendeu.

Teve razão na sua loa!
Como ele diz: Lavrou um teto.
Bravo a gazeta! A frase é boa...
Mas não é minha [...] e o lamento.”⁶

F. Mendes

O poema acima faz parte das comemorações que alguns jornais organizaram por ocasião da chegada de Veiga Cabral ao Rio de Janeiro, Capital Federal do Brasil à época, para recepcionar o “Herói do Amapá”. A imprensa local mostrou-se, desde o início, muito empenhada na divulgação dos eventos promovidos em homenagem ao ilustre visitante, criando uma atmosfera festiva na cidade para recebê-lo.

O paraense Francisco Xavier da Veiga Cabral, também conhecido na capital do seu Estado natal, Belém, como Veiga Cabral – ou, simplesmente, Cabralzinho, chegou ao Rio de Janeiro no dia 14 de fevereiro de 1896, depois de longa viagem a bordo da Paquete⁷ Brasil. Cabral viajou para a capital do país no intuito de se submeter a um tratamento de saúde para se recuperar do impaludismo⁸, doença que adquiriu durante a sua estadia no Cabo Norte. Ao desembarcar, foi recebido por uma comitiva formada por políticos e cidadãos paraenses que se encontravam no Rio de Janeiro, que organizou uma série de eventos durante a sua permanência naquela cidade. Esta comissão contou com a participação do doutor Fernando Melo, Aldebrando de Miranda e Alberto Dias. Contudo, na

⁶ Publicado no Jornal Dom Quixote, nº 5, de 16/02/1896, Rio de Janeiro. Exemplar acessado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

⁷ Embarcação destinada ao transporte de correspondências e mercadorias, no final do século XIX. Em alguns casos, era utilizada para o transporte de passageiros. Evoluiu do veleiro ao navio a vapor, chegando a atingir 15 metros.

⁸ Doença contagiosa transmitida por um protozoário do gênero *Plasmodium*, parasito dos glóbulos vermelhos do sangue. A doença é também conhecida como malária, maleita e paludismo, cujo principal vetor é o mosquito do gênero *Anopheles*, ocorrente em regiões quentes e pantanosas.

sua chegada, chama a atenção o fato de o Governo brasileiro não ter enviado um representante para recepcionar o cidadão considerado, pela imprensa carioca, um herói nacional, símbolo de patriotismo e republicanismo.

A historiografia paraense descreve a sua estada no Rio de Janeiro, em 1896, como sendo o período em que Veiga Cabral adentrou o panteão⁹ dos heróis nacionais. O historiador Augusto Pinheiro Leal afirma que “no Rio de Janeiro, e nos Estados pelos quais passou, foi recebido como herói nacional, com muita festa e homenagens patrocinadas pelos governos anfitriões” (LEAL, 2008, p. 137). Porém, o cenário encontrado por Cabralzinho ao aportar na capital do país foi diferente do descrito por Leal (Idem). Os jornais¹⁰ locais deram destaque à ausência de representantes do governo federal na recepção a Veiga Cabral, contradizendo a afirmativa defendida por este historiador. Para estes meios de imprensa o real motivo de o governo brasileiro não enviar representante ao porto do Rio de Janeiro para recepcionar o paraense que lutou no Amapá contra os franceses, deveu-se ao fato de o governo de Prudente de Moraes não se indispor com o Estado francês.

Os governos do Brasil e da França estavam negociando uma saída pacífica para o conflito, e ao receber Cabralzinho na capital federal com honras de chefe de Estado ou com uma comitiva oficial, poderia prejudicar este processo e gerar um mal-estar entre os franceses, que tinham uma imagem negativa de Veiga Cabral.

A ausência do governo federal na recepção não impediu que a população e a imprensa da cidade do Rio de Janeiro, juntamente com alguns paraenses que residiam na cidade e políticos do estado do Pará que se encontravam na capital federal naquele momento, organizassem uma festa para recepcionar o “Governador do Amapá”, Francisco Xavier da Veiga Cabral¹¹.

Em uma manhã de muito calor, típica do verão do Rio de Janeiro, havia um grande número de pessoas no porto da cidade, a maioria à espera do ilustre brasileiro, que era um exemplo de cidadão devotado à causa nacional, elevado à condição de símbolo de patriotismo pela imprensa carioca. No porto, ansiosos pela sua chegada, os jornalistas queriam conhecer o homem que tinha derrotado os franceses invasores do Amapá.

⁹ Templo consagrado pelos gregos e romanos a todos os deuses. Monumento onde são guardados os restos mortais de homens ilustres. Conjunto dos deuses de uma nação, de uma religião. Informação retirada do dicionário online. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/panteao/>.

¹⁰ Jornais do Rio de Janeiro: Gazeta da Tarde, n. 43, de 14/02/1896; O Apóstolo, n. 21, de 16/02/1896; O Paiz, n. 4142, p.1, de 04/02/1896. Disponíveis na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

¹¹ Jornal O Apóstolo, n. 21. p. 2, 16/02/1896, Rio de Janeiro. Disponível na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

Segundo os jornais, a população se amontoava no cais do porto à espera do barco que trazia o Cabralzinho¹².

A sua chegada foi marcada por uma grande festa popular. O desembarque se deu ao som de uma banda de música e dos brados eufóricos – “Viva a República! Viva Veiga Cabral!” – diante da presença de uma figura tão importante, que tinha já recebido congratulações e louvores por onde passou a sua comitiva, sendo agora coroado com honrarias na capital federal, e que, segundo o jornal “Gazeta da Tarde”, fez por merecer¹³. Porém, esta opinião não era a mesma do governo federal, sendo defendida apenas pela imprensa e pela população presente no porto.

Cabralzinho foi recepcionado, sobretudo, por um grande número de paraenses que aguardavam o seu conterrâneo famoso. Após o desembarque, iniciou um passeio pela cidade, com direito a visitas às redações dos mais famosos jornais do Rio de Janeiro, sendo recebido com toda pompa.

[...] tivemos o prazer e a honra de receber em nosso escritório a visita do intrépido patriota que, no Amapá, soube repelir com heroicidade o ataque que brutal de grande força francesa, desembarcada do Bengali e que, repelida por um pequeno grupo de brasileiros, vingou-se sobre uma população indefesa, assassinando mulheres e crianças e incendiando as habitações.

Parece incrível!

Veiga Cabral acha-se muito disposto e pretende voltar para o Amapá, dentro de pouco meses.

Avante! Daqui lhe reiteramos as nossas saudações.¹⁴

A estadia de Veiga Cabral na capital federal foi marcada por muitos encontros pelo reconhecimento da população aos seus feitos na distante região do Amapá. Os jornais divulgavam as manifestações eufóricas por onde passava o “herói do Amapá”. Os meios de comunicação estavam convictos do heroísmo de Cabralzinho na terra do Cabo Norte, e prepararam uma recepção digna de um patriota que lutou contra o inimigo estrangeiro, usurpador do território brasileiro.¹⁵

[...] o herói do Amapá, que ora se acha nesta capital, teve aqui e nas cidades por onde passou a recepção condigna e entusiástica a que fez direito pelo seu procedimento correto e patriótico, repelindo o comandante de uma expedição que

¹² Jornais do Rio de Janeiro: Gazeta da Tarde, n. 43, de 14/02/1896; O Apóstolo, n. 21, de 16/02/1896; O Paiz, n. 4142, p.1, de 04/02/1896; Revista Ilustrada, n. 709, p. 7, de 1896. Disponíveis na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

¹³ Jornal Gazeta da Tarde, n. 43, p. 2, de 14/02/1896, Rio de Janeiro. Disponível na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

¹⁴ Jornal Gazeta da Tarde n. 43, p. 1, de 14/02/1896, Rio de Janeiro.

¹⁵ Jornal Gazeta da Tarde n. 43, de 14/02/1896, Rio de Janeiro.

acintosamente invadiu porção do território brasileiro e procurava pela força impor – nos a maior das humilhações.

Veiga Cabral, infligindo aquela terrível lição ao comandante daquele oficial e castigando o seu chefe como o fez, salvou o nome do Brasil e forneceu ao invasor uma prova de que o nosso caráter não é fraco, nem é a covardia o traço dominante do nosso temperamento.

Sua coragem, a serenidade e ânimo que revelou no momento da ação, as suas qualidades de guerreiro indômito e os gestos do seu patriotismo gravemente ofendido, garantiram-lhe o respeito só seu nome e justificam a satisfação e o entusiasmo com que recebem seus irmãos, gratos pelo muito que ele fez mantendo ileso o nome do brasileiro, lutando em condição desigual e desvantajosa para ele.¹⁶

A visita de Cabralzinho àquela cidade desencadeou o processo em que foram enfatizadas e ressaltadas as qualidades que o tornaram um herói nacional. Segundo François Dosse (2009), “O herói é um homem que conquistou ritualmente, pelos méritos de sua vida ou de sua morte, o poder efetivo próprio a um grupo ou a uma coisa de que é representante e cujo valor social básico personifica” (DOSSE, 2009, p. 152).

Para este autor, o herói é fruto do seu tempo, e sua criação corresponde aos anseios da sociedade. Neste aspecto, o caso de Veiga Cabral é esclarecedor, já que ele não foi um herói reconhecido pelo Estado no primeiro momento da sua atuação no Amapá, mas somente alguns anos depois, segundo várias fontes documentais acessadas na pesquisa, que revelam agentes oficiais na construção da memória em torno da participação de Veiga Cabral no conflito entre brasileiros e franceses.

Neste trabalho, não tenho a intenção de reconstruir uma cronologia da memória de Cabralzinho, tampouco o objetivo de entender em que contexto histórico o culto a seus feitos passou a ser oficial. Com base na pesquisa documental, busco demonstrar como a sua imagem fez parte das disputas políticas no Pará e no Brasil.

Cabralzinho, ao que parece, sempre transitou entre conflitos políticos. E, mesmo quando não era o responsável direto pelos embates, usava a sua influência para criar uma atmosfera propícia para gerar tensões entre governo e oposição. Este fato foi observado durante toda a sua vida política no Pará. A exemplo disto, mesmo sem participar de forma direta das querelas reproduzidas pela imprensa da capital federal, a sua chegada à cidade do Rio de Janeiro acabou fornecendo elementos para as forças de oposição ao governo federal, que se valeram da ausência de representantes do governo para recepcioná-lo, deram início a uma série de críticas ao presidente Prudente de Moraes. Ao que parece, a personalidade de Veiga Cabral sempre o

¹⁶ Jornal Dom Quixote, n. 51, de 16/02/1896, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=714178&pesq=Veiga%20Cabral&pasta=ano%20189>>.

conduziu a participar dos conflitos, pois, mesmo quando ele não tinha a intenção de gerar tensões, a sua simples presença contribuía para desencadear esses embates.

Os jornais contrários ao presidente do Brasil não tardaram em apontar a ausência de representantes do governo na chegada do intrépido paraense à capital como sendo uma prova da covardia e da total falta de compromisso do poder central em defender a soberania nacional, que à época estava sendo ameaçada pelos franceses, em desrespeito o território brasileiro, e que fora defendido por patriotas como Veiga Cabral. Não é possível afirmar que Cabralzinho tinha algum interesse em fomentar essas acusações contra a Presidência da República. Contudo, a sua estadia na capital federal contribuiu para o acirramento este debate.

A imprensa esperava do Estado brasileiro o reconhecimento dos feitos de Francisco Xavier da Veiga Cabral. Durante o período em que ele esteve no Rio de Janeiro, atraiu a atenção de uma grande parcela da população, e as notícias sobre os seus compromissos eram amplamente divulgadas em periódicos locais, gerando um grande volume de informações sobre a sua agenda na capital do país. Portanto, para a imprensa do Rio de Janeiro não havia dúvidas de que os feitos de Veiga Cabral eram mais do que suficientes para que ele fosse aclamado como herói nacional.

A necessidade de construir a imagem e cultuar os heróis nacionais acentua-se nos primeiros anos da República, o que levou a uma produção historiográfica voltada ao estudo deste fenômeno, observado em todo o Brasil. Para José Murilo de Carvalho (1998), esta prática foi desenvolvida pelo Estado, e tinha como objetivo justificar a mudança de regime, e buscar elementos que representassem a importância do projeto de governo republicano para o Estado brasileiro naquele contexto histórico.

Contudo, no caso de Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Estado inicialmente não assumiu esta função, ficando a construção da sua imagem de herói nacional a cargo da imprensa carioca, paraense e de alguns políticos. Os jornais buscaram associar, inicialmente, a figura do intrépido personagem que desembarcou na capital do país a de um patriota, mas em pouco tempo a imprensa local, sem nenhum pudor, passou a usar o termo “herói” para descrever os feitos de Cabralzinho no Amapá.

Se para José Murilo de Carvalho (1998) o Estado tomava a frente nesses eventos, essa referência não se aplica a Cabralzinho no período imediatamente posterior ao conflito, pois o Estado brasileiro parecia não entender a “grandeza” dos seus feitos no Amapá, sendo supervalorizado e transformado em “herói” pela imprensa, que divulgou a sua trajetória e preparou o terreno para a sua chegada e estadia na capital do Brasil.

[...] o governo resolveu proibir quaisquer manifestação de regozijo oficial pela chegada amanhã a esta cidade do heroico brasileiro Veiga Cabral, o sustentador dos brios da nossa raça quando a população paraense do Amapá viu-se há tempos de surpresa atacada por soldados franceses, desvairados pelo ódio ao nosso povo, motivos, dizem, pelo desejo de tomarem a desforra dos assassinatos de patrícios seus, mandados executar em santa Catarina pelo Sr. Moreira Cesar, durante a revolução, como si o povo pudesse pagar por criminosos, que também o emesquinham e causaram-lhe tormentos atrozes.”¹⁷

O governo brasileiro havia proibido as manifestações em apreço a Cabral na capital federal, mas esta proibição não impediu que a população e, principalmente, a imprensa, promovessem uma série de festejos em virtude da chegada de Veiga Cabral ao Rio de Janeiro.

[...] ele aporta amanhã no Rio de Janeiro, a bordo do Brasil, o povo fluminense espera-o de braços abertos, deseioso de vitoriá-lo pelo seu acendrado patriotismo, propagam-se para ele manifestações estrondosas, não há por esta cidade além uma pessoa sequer que não tenha vontade de conhecer o herói e cobri-lo de flores; no entanto, o governo declara solenemente que afasta-se das alegrias populares, que não participa absolutamente delas e que não consente representação oficial na recepção.”¹⁸

Entretanto, a ausência dos representantes do governo federal chamou a atenção na época, contrariando a ideia de que o Estado brasileiro foi responsável pela construção dos heróis nacionais, pois, ao que parece, no caso de Veiga Cabral não havia a menor intenção de colocá-lo nesta condição, devido à criação, pelo então presidente da República, Prudente de Moraes¹⁹, de uma medida proibindo as manifestações na cidade em estima ao visitante. O motivo de tal intervenção era o de evitar divergências diplomáticas com o governo francês, como esclarece o jornal *Gazeta da Tarde* “admitimos que o Sr. Dr. Prudente de Moraes tivesse escrúpulos de ofender o melindre da legação francesa e neste sentido evitasse da sua aparatosa recepção a Veiga Cabral”²⁰, porém, o não comparecimento de representantes foi uma atitude inaceitável para os jornais do Rio de Janeiro.

Se o governo brasileiro era um grande entrave para considerá-lo um herói nacional, o trabalho de construir esta imagem ficou a cargo da imprensa local, que trabalhou para divulgar uma série de notícias sobre a sua visita àquela cidade, inclusive divulgando retratos de Veiga Cabral. O jornal *Dom Quixote* publicou uma iconografia que apresenta os eventos ocorridos no contestado franco-brasileiro (Figura 1).

¹⁷ *Jornal Gazeta da Tarde*, n. 43, de 14/02/1896, Rio de Janeiro. Disponível na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

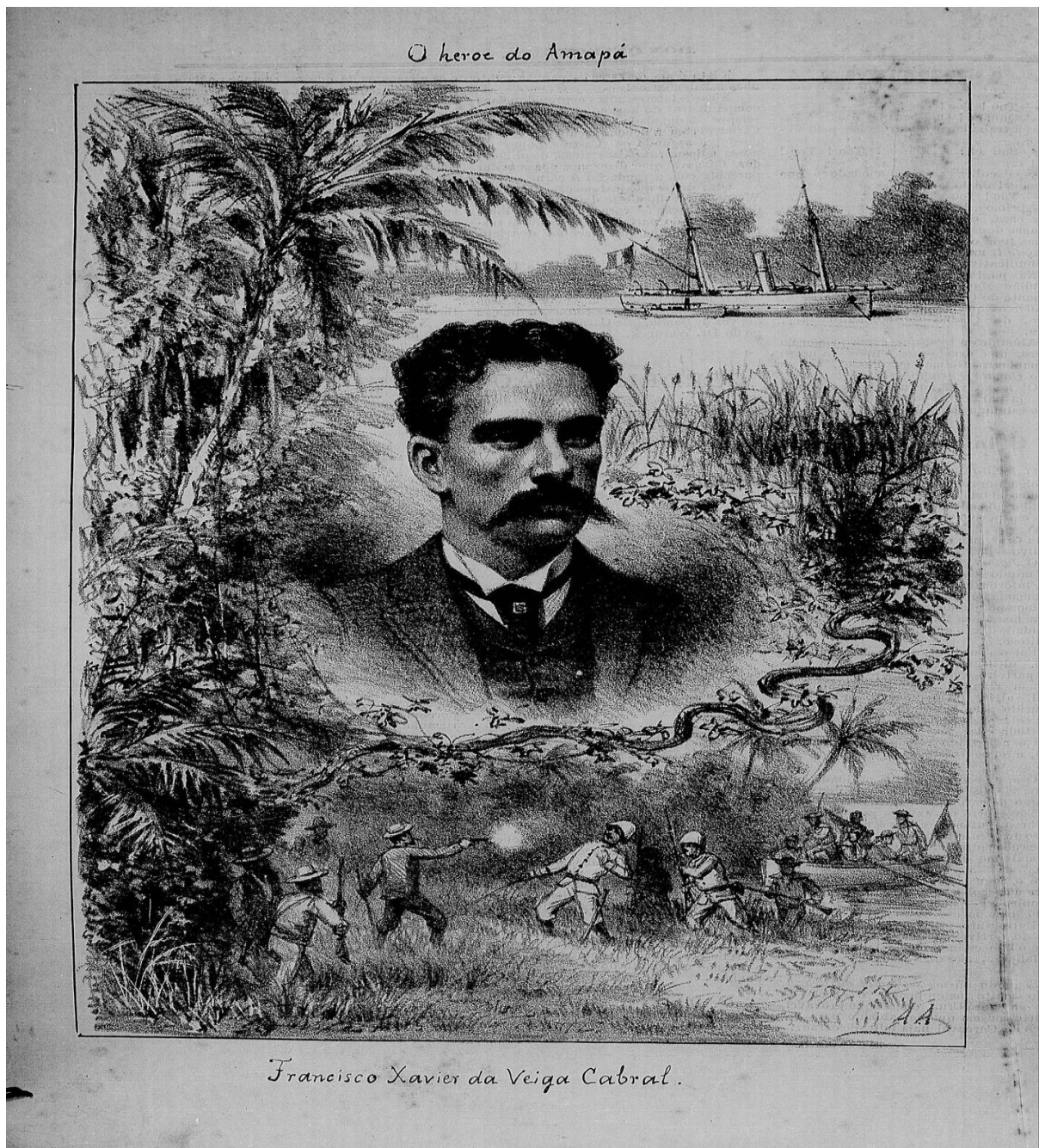
¹⁸ *Jornal Gazeta da Tarde*, n. 43, de 14/02/1896, Rio de Janeiro. Disponível na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

¹⁹ Prudente José de Moraes e Barros foi o primeiro presidente civil do Estado brasileiro, eleito no ano de 1894, ficando no cargo até 1898.

²⁰ *Jornal Gazeta da Tarde*, n. 43, de 14/02/1896, Rio de Janeiro. Disponível na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

Nesta edição do Dom Quixote fica claro que este veículo de comunicação considerava Veiga Cabral um herói. Dividindo a imagem, observa-se que na parte superior foi dado destaque para a imagem de Cabralzinho; na parte inferior, mostra-se uma cena que retrata um dos momentos mais tensos do conflito entre brasileiros e franceses.

Figura 1 - Iconografia que destaca a figura de Veiga Cabral (parte superior), e ilustra uma cena do conflito entre brasileiros e franceses (parte inferior).



Fonte: Imagem reproduzida do jornal Dom Quixote, n. 51, p.8, de 15/02/1896.

Veiga Cabral tinha um bom relacionamento com a imprensa em várias partes do Brasil, e a ideia de homenageá-lo de alguma forma foi recorrente por onde passou. No Maranhão, o Jornal Diário Maranhense cita uma recepção organizada na cidade de São Luís. Já em Alagoas, os jornais foram ainda mais além, e organizaram um concurso de gravuras para homenagear Cabralzinho. Infelizmente, em nossos trabalhos de historiar o passado, nem sempre encontramos todos os elementos que precisamos. No meu caso, não encontrei nenhuma gravura deste concurso realizado pelo jornal de Alagoas. Mas, quem era este homem que chegou ao Rio de Janeiro e foi recebido com toda esta festa?

1.1 - VEIGA CABRAL

Segundo Carlos Antonio Aguirre Rojas (2000, p. 9-48), para entender o indivíduo é necessário convertê-lo em sujeito, compreendo a complexidade das relações desenvolvidas por este na sua vida pública e privada. O objetivo deste estudo é entender a atuação de Cabralzinho na política, mas para chegar a este objetivo é fundamental entender melhor as relações que este homem estabeleceu no campo familiar.

Francisco Xavier da Veiga Cabral é um exemplo das complexidades que cercam um indivíduo. Era pai, filho, irmão e marido na sua vida pessoal, mas o que nos interessa neste trabalho são as múltiplas funções que ele desenvolveu nas questões políticas. Porém, para chegar às disputas políticas, é preciso entender melhor quem era o homem que chegou ao Rio de Janeiro e foi aclamado como herói nacional pela imprensa da capital do país e pela população carioca.

Francisco Xavier da Veiga Cabral nasceu em Belém, no dia 5 de maio 1861, filho de Rodrigo da Veiga Cabral e Maria Cândida da Costa Cabral. Seu pai foi vereador da Câmara Municipal de Belém a partir de 1861²¹, pelo Partido Liberal²². E nesta função, participou de várias comissões e fez muitos aliados políticos. Nesta condição, Rodrigo da Veiga Cabral permitiu ao seu filho uma ampla circulação no meio social paraense.

Na vida pessoal, Francisco Xavier da Veiga Cabral contraiu matrimônio com a senhora Altamira Valdomira Vinagre da Veiga Cabral, filha de Pedro Augusto de Oliveira

²¹ As fontes documentais pesquisadas revelaram que Rodrigo da Veiga Cabral, o pai de Veiga Cabral, foi vereador de Belém durante o período que vai do início da década de 1860 até 1880. Cf. MEIRA (1977); Jornal O Liberal, 13/01/1869; 14/06/1870; 09/03/1871; 15/08/1872; 16/08/1872; 06/06/1873; 13/05/1876; [...]. Conseguimos identificar, através da sua presença na Câmara de Vereadores de Belém, que Rodrigo da Veiga Cabral faleceu no dia 14 de junho de 1880, na cidade de Belém. Jornal O Liberal, Cad. 2, p. 2, 15/06/1880.

²² Partido político à época do Império, caracterizado por manter uma postura inovadora. Contudo, a maioria das mudanças cobradas pela sociedade foi conduzida pelos conservadores (Cf. CARVALHO, 2010).

Vinagre²³ e Emiliana Estelina Pereira Vinagre. Do seu enlace matrimonial nasceram três filhas, Maria de Jesus da Conceição, Valdomira Cândida e Altamira Cândida, sendo que esta última casou-se com uma figura de prestígio no cenário político paraense, na primeira metade do século XX, um eminente advogado e membro da elite local, que mais tarde viria a ser prefeito de Belém – o excelentíssimo senhor Alcindo Cacela.

Veiga Cabral iniciou a sua vida política ainda jovem, no ano de 1884, afiliado do Partido Liberal. Em 1886, já era delegado²⁴ deste partido, ficando responsável pelo alistamento eleitoral no largo de Sant'Anna²⁵, onde trabalhava pela parte da manhã²⁶. Neste mesmo ano já era proprietário do jornal O Cosmopolita, que circulava em Belém e fazia duras críticas ao Partido Conservador. Foi neste cenário que sua vida política se intensificou e a sua atuação ganhou tanto as páginas dos jornais quanto as páginas policiais, fato que marcou a sua participação política no Pará. No entanto, a sua relação com a força policial não foi somente de conflitos.

O primeiro grande evento que conduziu Veiga Cabral para as manchetes dos jornais, e principalmente das publicações conservadoras, foi a sua invasão à zona de votação do Distrito de Sant'Anna. O caso é revelador da personalidade de Cabralzinho, já que essas atitudes foram uma marca na sua trajetória, sendo apontado por muitos como capoeira e desordeiro, devido à sua forma de agir, o que gerou algumas polêmicas na sua atuação política e lhe rendeu vários inimigos políticos.

Sua forma de atuar na política do Pará lhe causou diversos problemas durante toda a sua vida, tanto no que diz respeito à sua imagem, pois sempre foi motivo de discussão e debates na imprensa, e o conduziu a momentos de tumultos, como no caso “Mão de Seda”. Retomaremos este caso mais adiante, por ser um elemento importante da vida política de Veiga Cabral, permitindo uma maior compreensão do cenário político no momento em que foi fechada a cortina para o Império Brasileiro.

²³ Família tradicional no cenário político paraense, principalmente, por ter participado da Cabanagem, atrás dos irmãos Vinagre, como eram conhecidos os irmãos Antônio, Francisco e Manuel Vinagre, que participaram do movimento e tiveram papel importante como líderes. Por esta participação, a família tornou-se conhecida no Pará.

²⁴ Pessoa responsável pelo alistamento eleitoral, sendo que cada partido imperial tinha os seus delegados, que faziam o alistamento dos eleitores dispostos a voltar nos seus respectivos partidos.

²⁵ Bairro localizado no Centro Histórico da cidade de Belém do Pará, que no século XIX fazia parte dos seis distritos eleitorais existentes na cidade. Neste local, Francisco Xavier da Veiga Cabral era responsável pelo alistamento eleitoral do Partido Liberal (Informações publicadas no Jornal A Província do Pará, de 11 de setembro de 1886.

²⁶ Jornal A Província do Pará, de 11 de setembro de 1886. Fonte documental pertencente ao acervo da Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilmagem.

Com a Proclamação da República, Veiga Cabral não tardou a mudar do Partido Liberal para o Partido Democrático²⁷. Neste novo contexto, sua atuação ganhou importância ainda maior, tornando-se responsável por percorrer o interior do estado do Pará, construindo uma rede de aliados e arregimentando novos membros para o novo Partido. Nesta tarefa, Veiga Cabral obteve muitos aliados, mas também conseguiu criar mais alguns inimigos políticos, assim como outros processos e inquéritos policiais. Mas foi neste momento que sua vida ganhou um novo rumo. Em virtude da sua atuação, deixou a sua terra natal e foi morar na região onde hoje se localiza o estado Amapá, mas que à época era uma região em que brasileiros e franceses disputavam o território conhecido por Cabo Norte.

No período entre 1884 e 1905, as querelas políticas no Pará foram intensas e constantes. Veiga Cabral participou de forma efetiva no cenário político, sendo encontradas referências ao seu envolvimento com frequência nas disputas eleitorais. Sua militância na política no Pará nunca ficou limitada ao campo partidário, pois, durante um tempo foi dono de jornais, e algumas vezes se arriscou a produzir artigos. Manteve ainda ligação com os praças do Corpo de Polícia do Pará, considerado um elemento importantíssimo nas batalhas políticas, sendo muitas vezes utilizado para garantir vitórias eleitorais. Mantinha ainda uma proximidade com os grupos armados conhecidos como capangas, que em geral eram associados à capoeiragem.

A somatória desses universos é fundamental para o entendimento de como se deu a militância política de Veiga Cabral, e de que forma ele participou das disputas políticas no Pará. Jornais, capangas e o Corpo da Polícia Militar foram três mecanismos constantemente utilizados pelos políticos locais para garantir vitórias eleitorais e, nestes, Cabralzinho sempre esteve presente. Veiga Cabral foi consolidando a sua trajetória política com o passar do tempo. Como afirma Carlos Rojas (apud SCHMIDT, 2000, p. 16), o indivíduo vai sendo criado no desenrolar do processo histórico.

A compreensão do papel de Francisco Xavier da Veiga Cabral enquanto jornalista, dono de jornais, capanga e da relação dele com o Corpo Militar de Polícia nos ajuda a entender a trajetória política deste indivíduo, que saiu da condição de capanga para ser tornar um dos maiores articuladores do Partido Republicano Democrático nos primeiros anos da República. Contudo, a documentação revela que ele nunca perdeu a sua familiaridade com os grupos dos quais fez parte anteriormente, tendo acumulado funções públicas e circulando pelos diferentes universos da política local.

²⁷ O Partido Republicano Democrático era composto pelos adesistas e fez oposição ao Partido Republicano do Pará, formado pelos republicanos históricos deste estado.

1.2 - CABRALZINHO E SEUS JORNAIS

O homem que chegou ao Rio de Janeiro e foi aclamado pela população e principalmente pelos meios de comunicação da capital federal, durante toda a sua vida possuiu uma ligação muito forte com os jornais, chegando a ser proprietário de alguns periódicos em Belém. É lógico que ele sempre direcionou suas tipografias para a busca constante de participar dos conflitos políticos que aconteciam no final do século XIX. Portanto, a sua vida e a atuação dos seus jornais estiveram associadas aos jogos políticos no Pará.

No dia 28 de maio de 1890, o jornal A República publicou um artigo intitulado “A denúncia de Veiga Cabral: uma comandita de calúnia”, com o objetivo de confrontar o depoimento prestado por Cabralzinho à polícia, sobre o incêndio da redação do jornal “O Democrata”, ocorrido no dia 19 de maio de 1890.

[...] deve o público ter lido o inquérito preparado, estudado, consertado, correto, argumentado e recitado pelo o Sr. Francisco Xavier da Veiga Cabral, e publicado n. d’ “O Democrata” e “Gram-Pará” de domingo.

Estamos convencidos de que ninguém se deixou embair, pois que é patente a inércia com que foi recitada aquela lição.

Nada temos dito, esperado que a polícia, que há procedido com todo o critério e habilidade n’este negocio, pudesse a limpo, embora as setas envenenadas que lhe tem atirado a gente d’ “O Democrata”, perdida no conceito publico e furioso, por que ver que o que tem colhido a polícia é contrario aos desejos de tão santa gente; as contradições e que cahiram os empregados d’ “O Democrata” até aqui interrogados, tem posto aquele inocente gente em brasas.

Vamos dar os depoimentos de Veiga Cabral, dos seus sócios na comandita e em seguida os das pessoas a quem faz referencia Veiga Cabral, para que o publico aprecie aquela peça, para que veja de quanto é capaz um homem sem princípios e acessível a todas as coragens, para infamar o seus adversários.”²⁸

O incêndio na oficina do jornal O Democrata acabou por se tornar um evento político, fruto do conflito que ocorria no Pará. Logo após o incêndio do prédio onde se encontrava a oficina do referido jornal, os seus funcionários e o proprietário denunciaram um suposto complô organizado pelos líderes do Partido Republicano do Pará (PRP), com o objetivo de pôr fim ao órgão de imprensa do PRD. As denúncias davam conta que alguns dias antes ao ocorrido, um grupo ligado ao PRP teria comprado alguns litros de querosene no comércio de Belém²⁹.

²⁸ Jornal A República, n. 81, de 5/28/1890. Disponível na Hemeroteca da Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilmagem.

²⁹ Jornal O Democrata, n. 116, de 27/05/1890. Disponível na Hemeroteca da Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilmagem.

A compra desse material, segundo os principais líderes dos democratas, era um claro indício de que o incêndio na redação do jornal O Democrata era fruto de um plano orquestrado pelos inimigos políticos desse grupo, que tinha neste órgão de imprensa o seu principal instrumento de propaganda. Os artigos publicados, em geral, eram direcionados aos seus inimigos políticos, deixando claro que a função dos jornais, naquele momento, era um elemento imprescindível para fomentar as querelas políticas no Pará.

As denúncias chegaram a ser encaminhadas formalmente ao Ministro da Justiça da República, o qual cobrou explicações dos envolvidos acerca das acusações levantadas pelos democratas. Os autores eram os líderes da oposição, à qual pertencia a oficina incendiada, onde era produzido o jornal oficial do PRD, cuja função era trabalhar em favor dos ideais do Partido Republicano Democrático Paraense. O Ofício foi assinado por um grupo liderado pelos democratas Américo Marques Santa Rosa, Major Frederico Augusto da Gama Costa e outros membros do diretório do Partido³⁰.

O Dr. Promotor Público fez a seguinte petição ao 1º delegado;

Ilustre senhor 1º delegado de polícia - tendo o “diário de notícias” de 23 do corrente publicado um telegrama que lhe foi expedido do Rio de Janeiro com data de 21, comunicando que os senhores, Dr. Américo Marques de Santa Rosa, e o Major Gama e Silva e Gama Costa haviam passado um telegrama para a capital federal e no qual, narrando o incêndio da tipografia de “O Democrata” diziam que o crime estava provado, requeiro que sejam intimados estes cidadãos a fim de vir depor no inquérito que estão procedendo acerca daquele fato e apresentar as provas que dizem ter da existência do crime.”³¹

As acusações contra o Partido Republicano Paraense (PRP) foram consenso entre os democratas. Francisco Xavier da Veiga Cabral, em seu depoimento à polícia, fez as mesmas acusações e apresentou o que considerava ser a “prova do crime”, pois, para ele, o querosene comprado pelos membros do PRP teria sido usado para atear fogo na tipografia do jornal O Democrata³². O processo correu, e a conclusão da polícia do Pará foi que não havia provas suficientes, e não podendo obter maiores informações sobre o ocorrido, tornava-se impossível determinar a autoria do incêndio, tampouco afirmar que se tratava de um crime.

Contudo, o fato revela uma prática comum na história política do Brasil: a participação da imprensa nos jogos político-partidários, gerando intensos debates e incêndios provocados por inimigos políticos a oficinas de jornais. O caso de O Democrata foi um exemplo disto.

³⁰ Jornal O Democrata, n. 117, de 28/05/1890. Disponível na Hemeroteca da Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilmagem.

³¹ Jornal O Democrata, n. 129, de 30/05/1890. Disponível na Hemeroteca da Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilmagem.

³² Jornal O Democrata, n. 115, de 25/05/1890; e n. 116, de 27/05/1890. Disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilmagem.

Mesmo sem uma conclusão das autoridades policiais sobre o fato, as denúncias e o inquérito sobre o incêndio tornaram-se um forte indício de que o incidente foi criminoso, e contou com a participação de membros do Partido Republicano Paraense.

É importante observar o desdobramento do caso do incêndio da tipografia de O Democrata e de como este fato intensificou o debate entre os grupos que disputavam o poder local. Os jornais tinham um papel de suma importância para a divulgação de ideias, e tornaram-se um forte instrumento de debate nos conflitos entre os partidos políticos. Os grupos políticos sabiam da relevância da imprensa para a vitória eleitoral e, neste sentido, buscavam manter uma relação de proximidade com os meios de comunicação, sendo uma prática comum a criação de jornais pelas forças oponentes.

Quando o grupo político aliado ao jornal A República soube das acusações formalizadas pelos democratas, tratou logo de se defender, apresentando os depoimentos colhidos pela polícia sobre o caso do “incêndio do O Democrata”. Na sua defesa, o jornal do PRP mostrou os autos, contendo as perguntas feitas às testemunhas: Augusto Alves de Sant’Anna Ribeiro, Francisco Xavier da Veiga Cabral, João Antonio Ferreira de Mattos, Thiago Augusto Pereira Campos, Ricardo Ferreira Lopes e Antonio Lourenço da Silva, que foram inquiridas pelo delegado responsável pelo caso sobre a compra de 100 galões de querosene pelo jornal A República, com o objetivo de comprovar a sua inocência no caso³³. Esta tentativa não conseguiu minimizar os ânimos entre os envolvidos; ao contrário, intensificaram-se as trocas de acusações entre democratas e republicanos durante o ano de 1890.

Conflitos envolvendo os meios de comunicação e os partidos políticos eram constantes em Belém, e o caso do incêndio nas oficinas do jornal O Democrata apenas revelou a intensidade das querelas entre os jornais pertencentes aos partidos políticos. Meses antes deste incêndio, houve o arrombamento da oficina do jornal Diário do Grã-Pará, não tardando para o caso ser associado às forças políticas partidárias da cidade.

A força política dos meios de comunicação era reconhecida pelos grupos políticos, sendo recorrente a criação de jornais para fazer propaganda das ideias que os grupos que ambicionavam o poder desejavam disseminar por toda a população. Um claro exemplo disto foi a criação do “Club Republicano Paraense”, no ano de 1886, que teve como uma das primeiras medidas criar um jornal para divulgar a nova associação. Este evento é revelador dessa prática, que perdurou após o golpe de 1889 (FARIAS, 2005. p. 16-28), haja vista que a oficina incendiada no ano de 1890 era de um jornal que nasceu da mesma forma, pela

³³ A República, n. 81, de 28/05/1890; Jornal O Democrata, n. 116, de 27/05/1890. Disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilmagem.

criação de um novo partido político, que no seu primeiro ato buscou a criação de um periódico para divulgar as suas ideias para a sociedade paraense. Esta prática era clara, pois a primeira edição deste jornal revela o seu objetivo logo na primeira página, sendo possível observar o seu papel para o grupo que o criou, sendo a propaganda dos ideais democratas a sua principal atribuição.

Para Tania Regina de Luca (2008, p. 149-175), a partir do último quartel do século XIX e primeira metade do século XX, os jornais passam por um período de profissionalização, onde é possível encontrar o surgimento de uma imprensa fundamentada na divisão do trabalho e menos ligados aos partidos políticos. Segundo esta autora, neste momento nascia uma imprensa com características de grandes meios de comunicação, voltando o seu foco para o lado econômico, em detrimento do lado político, mas isto não significa um abandono total da imprensa à política, visto que os meios de comunicação continuaram a participar ativamente da cena política do país, passando a disputar o espaço do jornal com as propagandas e, em alguns casos, ficando com a menor fatia.

O jornal O Democrata surgiu neste período de transição da pequena imprensa rudimentar, com características pouco profissionais, para a grande imprensa, profissional, preocupada com o mercado e com o foco em obter lucros das oficinas. Ao observar os jornais de propriedade de Veiga Cabral, percebo que tinham características de imprensa ainda muito ligada aos partidos políticos e longe da profissionalização, com a quase totalidade das páginas voltadas para as questões políticas. Em uma rápida análise deste periódico, observei que das suas três páginas, mais de 60% eram dedicadas ao cenário político, visando fortalecer os ideais do grupo democrata.

Naquele contexto, era inegável que a imparcialidade das informações veiculadas pelos órgãos de comunicação era praticamente zero. Entretanto, foi possível encontrar alguns jornais que já citavam uma nova função da imprensa, o que pode significar um embrião do seu processo de profissionalização. Porém, esta nova postura pôde ser visualizada de forma efetiva somente na primeira metade do século XX. Nesse aspecto, pudemos observar que as notícias geralmente possuíam um forte teor político, e sem direito de resposta para a parte oponente, o que muitas vezes provocou discórdias e conflitos entre os jornais de Belém.

O jornal O Democrata era o principal órgão de imprensa do Partido Democrático, através do qual sempre trocavam acusações com os jornais do Partido Republicano do

Paraense. Este jornal foi criado logo depois da reunião que decidiu pela formação do novo partido de oposição, e sua primeira edição circulou no dia 1º de janeiro de 1890³⁴.

O incêndio da oficina foi mais um capítulo dos conflitos políticos no Pará no alvorecer da República. E mesmo que as denúncias não tenham sido levadas em consideração pelas autoridades, trouxeram à tona todas as querelas históricas entre os grupos políticos, revelando a participação de agentes fundamentais aos embates. A imprensa, os capangas e o Corpo de Polícia eram elementos que estavam presentes nas disputas eleitorais, e lançar mão desses mecanismos era essencial para garantir vitórias nos processos eleitorais.

O envolvimento dos jornais na política foi muito comum durante o Império, sendo mantida e, em alguns casos, até ampliada na República. No Pará, podemos encontrar alguns jornais ligados aos partidos políticos locais, entre quais destaco: O Democrata e o Cosmopolita, ambos de propriedade de Veiga Cabral. Esses periódicos são reveladores da atuação de Veiga Cabral na cena política do Pará, pois deram destaque a vários eventos, em boa parte da sua vida. Cabralzinho chegou a fundar o jornal O Patriota pouco antes da sua morte, em 1905. Porém, devido às dificuldades enfrentadas quanto ao acesso às fontes documentais durante a pesquisa, não foi possível localizar nenhum exemplar deste jornal. Sabemos da sua existência através das notícias veiculadas em outros jornais do Pará e do Maranhão, que dão destaque a este novo empreendimento do intrépido paraense.

O Democrata sempre incomodou muito os seus inimigos políticos, pois tinha a preocupação de sempre deixar a primeira página para abordar as questões políticas do estado do Pará. E nunca escondeu a sua opinião, e em muitos momentos foi responsável por duras críticas à política do governo paraense. Sua postura acabou por criar uma rivalidade com outro jornal de Belém – A República. Os referidos jornais eram vinculados aos dois partidos adversários que disputavam o poder no Pará, e que trocavam acusações constantes através dos seus aparelhos de imprensa, cuja característica principal era a parcialidade do conteúdo, em ambas as publicações.

Para entender melhor a relação de Cabralzinho com a imprensa e com a política paraense, é necessário recuar um pouco no tempo. Afinal, mencionei acima o jornal O Democrata, criado em 1890, porém, a história deste personagem com a imprensa começou na década anterior, quando ele se tornou proprietário do jornal O Cosmopolita. Sobre este jornal, não foram localizadas todas as edições do período que corresponde ao recorte desta pesquisa. Desta forma, foram localizados somente os exemplares do ano de 1885, acessados através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Já na Biblioteca Pública Artur Vianna, em Belém,

³⁴ O Democrata, p. 1, de 01/02/1890. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

foram encontrados alguns exemplares referentes aos anos de 1885 e 1886. As outras informações levantadas sobre este jornal foram retiradas dos processos de “crimes de tentativa de assassinato” e de “tentativa de falsificação”, do livro-mestre do Corpo Militar de Polícia³⁵. Esta documentação apresenta uma série de informações sobre Cabralzinho, permitindo, inclusive, conhecer melhor o jornal O Cosmopolita, sendo descrito como um periódico de vinculação política, que em alguns momentos acabou tumultuando o processo eleitoral no Pará, incomodando o Governo Conservador durante o ano de 1888.

Nos anos de 1887 e 1888, a atuação deste jornal no campo político foi intensa, incomodando ao grupo que tinha o controle político no Pará, levando o Chefe de Polícia³⁶ e o Presidente da Província a planejarem um atentado contra a vida de Veiga Cabral, que ocorreu no largo de Sant’Anna, no dia 14 de fevereiro de 1888. Retomarei a abordagem deste evento mais adiante, por entender que este fato apresenta elementos importantes para a compreensão do uso de capoeiras nas questões eleitorais, bem como outro elemento fundamental para este trabalho, pois o autor do atentado era um praça do Corpo Militar de Polícia em 1888.

O fato de ser dono de jornal representava um capital político importante tanto nos partidos quanto na sociedade. Veiga Cabral se utilizou deste capital que em várias ocasiões, principalmente no início da República, como apresentarei no próximo capítulo. O conhecimento adquirido pela experiência como dono de jornais em Belém levou Cabralzinho a ampliar o seu campo de atuação no jogo político.

No Brasil, a imprensa pôde se manifestar com liberdade durante o Segundo Reinado, visto que, por parte do imperador dom Pedro II, não havia interesse de controlar o que era divulgado nos periódicos. José Murilo de Carvalho (2012, p. 125) afirma que o senso de cumprimento das obrigações institucionais do Imperador o levou a respeitar a liberdade de imprensa em todo o território nacional, e esta postura permitiu o fortalecimento dos meios de comunicações.

No limiar da República, os jornais exerceram um papel relevante na construção dos mecanismos que impulsionaram a implantação do regime republicano. Se para alguns autores

³⁵ Processo movido para o esclarecimento da queima do livro-mestre do Corpo Militar de Polícia, que se encontra do Arquivo Público do Pará, no fundo da chefatura de polícia e na série dos autos, de julho a dezembro do ano de 1888. Este processo é um desdobramento da tentativa de assassinato de Francisco Xavier da Veiga Cabral, e terá início alguns meses após o fato, sendo pedido pelo Barão de Cotegipe devido às denúncias que estavam sendo veiculadas em todo o estado.

³⁶ O chefe de polícia, cargo comum no Brasil, no século XIX, saiu da condição inicial de uma figura apenas decorativa, ganhando importância com passar do tempo. A partir da reforma de 1841 ele passou a ser personagem na administração policial e política nas Províncias, tendo, neste momento, o poder de decidir quem pode entrar nos territórios provinciais.

da historiografia o processo de proclamação da República não contou com a participação popular, para a recente historiografia este mesmo povo consentiu a mudança de regime, sendo este consentimento um dos fatores do sucesso deste movimento, que saiu vitorioso em 1889.

Para Maria Tereza Chaves de Melo (2007), a população brasileira, ao se calar diante da mudança do programa de governo sem grandes manifestações de apoio ao regime anterior, acabou dando o consentimento e legitimando o governo republicano. Este fato foi considerado por uma parte da historiografia como um sinal do pouco interesse na vida da política nacional. Contudo, a historiografia atual vem revisando as análises sobre este contexto, e defende que a não participação popular é uma prova da crise da Monarquia: “Dom Pedro II nada fez para criar bases de sustentação para seu governo ou para a monarquia. Não formou ao seu redor uma corte, mesmo uma nobreza só de título, como a brasileira. Não cultivou o apoio dos militares, como fizera seu pai.” (CARVALHO, 2012).

Somados a este elemento, havia ainda o distanciamento do povo, ao qual o imperador não demonstrava muito interesse. Segundo José Murilo de Carvalho (2012), o monarca brasileiro não tinha uma empatia com o povo, apesar de apreciar os aplausos deste. Estes fatores levaram à consolidação da República no seio da sociedade nacional.

Um elemento que corroborou esta opinião foi o processo de adesão à República, observado tanto no Pará quanto em todo o Brasil. A transformação dos antigos partidos políticos monarquistas em republicanos foi um fenômeno que ocorreu no Pará, tendo rápida aceitação aos discursos proferidos pelos líderes do Partido Republicano, e muitos adesistas republicanos reforçaram o discurso de apoio ao novo regime, destacando o consentimento da população à República. O povo brasileiro foi quem tornou o movimento legítimo.

[...] tomando a palavra o Dr. Reis, para acender ao convite que lhe fizera um dos membros do diretório paroquial, salientou, n'um rápido improvisado, a grande missão do partido Democrata, na continuação das conquistas liberais, muitas das quais já tinha a nossa pátria conquistado, no meio da flores, no regime da antiga monarquia.

Relembrando um telegrama do conselheiro Ruy Barbosa, membro do governo Provisório, passando para a Europa, dizendo que não se trata mais de monarquia e sim de “republica ou anarquia” mostrou como é altamente patriótica a missão deste partido, que deseja na medida de suas forças, sem desordem, e muito menos sem anarquia, contribuir para a consolidação da republica, que o povo aceitou, por que veio que ela em nada alterava as nossas relações entre irmãs, e vinha sem quebrar a unidade nacional, sem ferir enfim a grandeza da pátria.”³⁷

Esta acoitação à República foi fruto da transformação na cultura política da população brasileira. Esta mudança permitiu o amadurecimento e a implantação do regime republicano em substituição ao regime monárquico, e teve como um dos principais responsáveis a

³⁷ Jornal O Democrata, n. 13, p. 2, de 17/01/1890.

imprensa, que divulgou e desenvolveu as ideias republicanas por meio de publicações, contribuindo para a aceitação do novo regime de governo. Este fato discutido por Maria Teresa Chave de Melo (2007), ao defender a tese de que o processo republicano foi vitorioso devido à existência de um espaço propício para a sua implantação.

A Monarquia brasileira passou por um momento de intensa crise na década de 1880. O Imperador Dom Pedro II, já em idade avançada, não criou mecanismos para a manutenção do regime por mais alguns anos, e o seu governo já apresentava sinais de cansaço, e para alguns ficava claro que a Monarquia no Brasil estava com os dias contados. O país estava sendo conduzido por um imperador em idade avançada, que mesmo com o seu prestígio na sociedade, não demonstrava força suficiente para continuar por muito tempo, além de seus sucessores não terem conquistado uma popularidade sólida a ponto de contornar a crise política em curso. Dessa forma, os republicanos encontraram um terreno fértil para disseminar suas ideias, que foram difundidas pelos botequins, discursos de rua e pelos jornais, como forma de propagandear as vantagens do regime republicano.

Diante dessa situação, o cenário encontrado no Brasil à época era de profundas transformações políticas, culturais e ideológicas. De um lado estava a crise do Império e, de outro, no contexto internacional destacava-se a formação de vários governos republicanos pelo mundo. Esses processos serviram de referência aos órgãos de imprensa para propagandear os ideais republicanos em todo o país. O sucesso das Treze Colônias, ao norte do continente americano, que ao conquistarem a liberdade implantaram uma República Federativa denominada de Estados Unidos da América, contribuiu para que os defensores deste modelo de governo passassem a difundir abertamente a ideia de mudança do sistema de governo no Brasil.

No Pará, as ideias republicanas começaram a chegar muito antes da criação do “Club Republicanos do Pará”, no ano de 1886. De acordo com William Gaia Farias (2005), ainda no ano de 1872, o jornal “O Futuro” divulgava as ideias republicanas no Pará, fato que pode ter contribuído para a criação de ambiente favorável à implantação deste regime político. Os republicanos paraenses, ao tomarem conhecimento da Proclamação da República no Brasil, buscaram se organizar para conduzir o processo de adesão do Pará ao novo regime, transição esta que correu sem muita resistência por parte das elites políticas locais, sendo o comando da então Província do Pará, agora Estado do Pará, rapidamente assumido pelos republicanos

históricos, que passaram o governo ao presidente do Partido Republicano Paraense, Justo Chermont³⁸.

O diretório do PRP, ao assumir o poder político no Pará, tratou de retomar a publicação do jornal A República, criado nos primeiros anos do Club Republicano do Pará, o qual ficou responsável por fazer a propaganda oficial do Partido Republicano Paraense, que acabara de assumir o Governo do Estado do Pará.

Os velhos políticos que vinham atuando no período do Império, logo se adequaram aos novos tempos, e encontraram duas saídas: ou se aliaram aos republicanos históricos; ou criaram um partido de oposição, que, mesmo formado por políticos oriundos do Império, cujas posições foram ameaçadas com a chegada da República, não defendiam a volta do sistema monárquico e nem a luta em favor do Império, pois buscavam recuperar o seu espaço político no novo cenário republicano. O grupo que estava se organizando no PRD tinha o objetivo de ser oposição ao projeto dos republicanos históricos, que conduziram a transição da Monarquia para a República no Pará. Neste momento, a disputa era política e não ideológica.

Os “novos republicanos” ou “adesistas”³⁹ criaram o Partido Republicano Democrático para continuarem a participar dos jogos políticos, cujo objetivo era já no primeiro processo eleitoral retomarem o poder perdido com o golpe de 1889, que instaurou a República no Brasil. Como uns dos primeiros atos deste novo partido, o seu diretório tratou de colocar nas ruas um jornal para expor suas ideias. Tratava-se de O Democrata, que tinha como um dos proprietários Veiga Cabral. Como este partido era composto, na sua maioria, por homens que saíram dos quadros do antigo Partido Liberal, não foi difícil se adaptarem ao novo programa partidário, pela similaridade com o do partido anterior.

Como jornal O Democrata estava diretamente ligado ao partido homônimo, deu início a sua caminhada com o intuito de retomar o poder perdido com a Proclamação da República. No período inicial do regime republicano no Pará, é possível observar os jornais O Democrata e A República envolvidos nas acirradas querelas políticas durante a transição de regime, mas não eram os únicos nas disputas partidárias. Os redatores desses jornais trocaram acusações e denúncias, contudo, os debates acalorados entre grupos políticos por meio dos jornais também ocorriam com muita frequência durante o período monárquico.

³⁸ Justo Chermont nasceu em Belém, em 1850, foi médico, senador federal, governador do Pará e líder dos republicanos paraenses. À época da Proclamação da República em 1889, assumiu o papel de liderança para instaurar o regime republicano no Pará. No ano de 1897, tornou-se o segundo governador constitucional do estado do Pará (BORGES, 1986).

³⁹ Denominação dada aos políticos que aderiram ao sistema republicano logo após a Proclamação da República.

Ser dono de jornal garantiu a Veiga Cabral um certo destaque nos debates políticos, pois fazia uso dos seus jornais para defender suas ideias e opiniões. Se inicialmente a atuação de Cabralzinho nos jornais ficou limitada ao fato de ser dono de três jornais em Belém, observa-se que, mesmo sendo acusado de não ter aptidão para produzir artigos jornalísticos⁴⁰, com o passar do tempo, e com o seu amadurecimento político, começou a produzir artigos e publicá-los nos periódicos de sua propriedade. Os textos escritos por Cabralzinho levaram o historiador Ernesto Cruz⁴¹ a considerá-lo um jornalista.

Francisco Xavier da Veiga Cabral sempre circulou nos meios de imprensa do Pará, tendo o seu nome vinculado a diversos jornais da capital. A condição de proprietário de alguns periódicos foi importante para ampliar a sua participação no cenário político local, inicialmente reconhecido apenas como dono do O Cosmopolita no Império, e do O Democrata na República. Contudo, posteriormente começou a escrever alguns artigos, fato que levou Ernesto Cruz, em 1961, ano do centenário de nascimento de Cabralzinho, a considerá-lo como jornalista e defensor dos direitos do povo.

[...] jornalista destemido fundou e manteve nesta capital por largo tempo “O Patriota” diário cujo primeiro número apareceu em 10 de setembro de 1903. Nas colunas desse jornal, os seus adversários não tinham tréguas. Defendia com ardor o direito do povo. Não se importando de desgostar os poderosos do seu tempo.⁴²

Ernesto Cruz dá ênfase à atuação de Veiga Cabral no jornal O Patriota, embora tenha deixado de fora outros jornais em que ele atuou juntamente com alguns sócios, na condição de proprietário, e também chegou a escrever artigos, como no jornal O Democrata⁴³, indo além da função de proprietário e arriscando algumas produções jornalísticas. Segundo alguns contemporâneos de Cabralzinho, ele não possuía aptidão para escrever em seus jornais, porém este fato parece não ter impedido Veiga Cabral de produzir seus artigos, revelando-se um escritor, e que, mesmo sem muito talento para as letras, não deixou de usar a imprensa para tecer críticas aos seus inimigos políticos, e ampliando o seu campo de atuação política⁴⁴.

O processo de envolvimento de Veiga Cabral na política foi desenvolvido e ampliado ao longo do tempo. Suas experiências à frente dos jornais de sua propriedade, como jornalista,

⁴⁰ Diário de Belém, n. 75,11/08/1889. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

⁴¹ Jornal A Província do Pará, de 05/05/1961. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme.

⁴² O Liberal do Pará, de 21/05/1961. Texto do historiador paraense Ernesto Cruz em homenagem ao centenário de nascimento de Francisco Xavier da Veiga Cabral.

⁴³ Notícia publicada no Jornal “O Democrata”, n.189, de 24/08/1890. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

⁴⁴ Diário de Belém, n. 175, de 11/08/1889. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

participação nos partidos políticos e à frente de grupos armados no Pará o levou a liderar o movimento contra os franceses no Amapá. O amadurecimento na vida política permitiu a Cabralzinho ascender no âmbito dos partidos dos quais participou. Retomarei o tema da participação de Veiga Cabral nos partidos políticos no próximo capítulo, e neste tópico me deterei a sua produção de artigos.

Entretanto, apesar da sua produção de artigos jornalísticos ter sido pequena, é possível encontrar algumas referências aos seus textos. O jornal Diário de Belém de 11 de agosto de 1889, considera Cabralzinho um péssimo jornalista, e não dá crédito a sua produção, porém, levando em consideração o seu envolvimento nas rixas políticas e o teor dos seus artigos, não podemos deixar de considerá-los importantes para os debates políticos no Pará.

[...] valentasso de cebo

É este o título do amontoado de insultos a mim dirigidos e inseridos na “A República” de ontem.

O estilo do autor de semelhante linguagem já é de mim há muito tempo conhecido, e para que não haja dúvida vou em poucas palavras indicar alguns fatos desse bilontra.

É ele um tipo baixo, pouco gordo, tem a cor de gerimu quase maduro, foi seminarista, e quase parente do dr. Magno de Araujo, tem estado em Monte Alegre onde tem parente, atualmente ensina a calcular o melhor meio de bajular, pois que é a sua primeira qualidade, mora perto da estação dos bondinhos, naquela estrada que não está calçada e que tem muitas mangueiras, costuma a passar o dia em uma chafarica perto da alfândega, finalmente tem o nome semelhante ao do instrumento com que se abre qualquer fechadura.

É aquele mesmo que no largo de Santana perante grande numero de cidadãos. Foi esbofeteado por um seu consocio e gritou pedindo permissão das ofensas que a ele havia dirigido em uma sessão da artística paraense.

Sendo esse individuo bajulador, um lambe prato dos homens que dominam, pensa de si para si que os homens de bem, aqueles que sabem presar a sua dignidade e afrontar os miseráveis traidores que de emboscada atacam cidadãos pacíficos, são poltrões e acanalhados como ele.

Enganaste, pepira choca, fica de uma vez para sempre sabendo que homens da minha tempera não gritam por socorro quando vem’se agredidos por peçonhentos como tu.

Ainda um conselho: quando quiserem vir pela imprensa ocupar-te da minha pessoa, larga o anonimato e aparece.

Pará, 24 de agosto de 1890.

Francisco Xavier da Veiga Cabral”⁴⁵

O artigo citado por Ernesto Cruz foi escrito por Veiga Cabral no período republicano e publicado em O Democrata no dia 28 de agosto de 1890. Observa-se que o texto consiste na resposta a uma série de acusações que teriam sido veiculadas no jornal A República, e ressaltada a irritação do autor em relação às denúncias feitas no referido jornal.

⁴⁵ Notícia publicada no Jornal O Democrata, n.189, de 24/08/1890. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

O artigo é revelador de um dos traços mais marcantes de Cabralzinho – a sua agressividade, assim como as suas já conhecidas características de valentia e agilidade. Veiga Cabral era citado pelos seus opositores como um homem que geralmente estava envolvido nos conflitos. O trecho citado permite compreender melhor o processo da sua atuação, ao sair do anonimato e se arriscar na produção de artigos de jornais. O texto de Veiga Cabral apresenta detalhes da sua personalidade controversa, criticando e ironizando o autor das denúncias no jornal oponente, mas sem revelar o nome, embora dando todas as suas características e chegando a citar o endereço do sujeito ao qual se referia no artigo.

As polêmicas criadas pelas notícias dos jornais eram uma constante; e se algum político fazia algo que a oposição considerava impróprio, os periódicos eram imediatamente usados para denunciar o ocorrido. Essas disputas se tornavam tão intensas, que duravam semanas – e até meses. Cabralzinho estava tão envolvido no processo político, que circulava entre os grupos que compunham o complexo emaranhado político do Pará. Se os jornais eram importantes para o mecanismo eleitoral, ele se fez presente; e se era necessário produzir textos, lá estava ele escrevendo os seus artigos.

Francisco Xavier da Veiga Cabral sempre foi muito criticado pelos seus inimigos. Contudo, durante muito tempo a sua defesa ficou a cargo dos seus correligionários, que respondiam as ofensas dirigidas a ele. No entanto, no artigo citado percebe-se uma mudança, visto que foi o próprio Veiga Cabral que se defendeu, fazendo acusações aos seus adversários políticos. A partir de então, percebo um sujeito maduro politicamente, que começa a ampliar a sua atuação no âmbito do Partido Democrata e também como proprietário e sócio de jornais.

Ademais, não se pode ser ingênuo a ponto de acreditar que ele não participou do processo de criação dos jornais que era sócio ou proprietário. Mas o fato novo é que neste artigo ele sai dos bastidores e se coloca à frente, tomando para si a responsabilidade pelas denúncias. Também encontramos outros artigos assinados por Veiga Cabral durante a sua curta carreira jornalística – se é que podemos usar este termo para caracterizar o seu trabalho nesta área.

O importante, neste estudo, é revelar o amadurecimento de Veiga Cabral, ao sair da condição somente de membro do partido político, passando a atuar em várias frentes dentro da organização partidária. Este aprendizado aconteceu a partir das suas experiências e da sua militância, inicialmente no Partido Liberal, passando pelo Partido Republicano Democrata até chegar ao Partido Republicano Nacional, este último constituído por Veiga Cabral e Lauro Sodré, o qual chegou a presidir – o que comprova o seu amadurecimento político.

Em um contexto de intensos debates através da imprensa, não era difícil reconhecer aqueles que ganhavam fama pelos artigos de forte teor político. No Pará, um dos mais famosos foi “Macário”, que escreveu durante algum tempo no jornal O Democrata e ficou conhecido pelas duras críticas aos republicanos históricos do Partido Republicano Paraense. Este escritor, sempre com um texto firme, agressivo e contundente, não poupou os adversários políticos das ofensivas ríspidas nos seus artigos, ganhando destaque no cenário jornalístico paraense.

Guardando as devidas proporções, Veiga Cabral produziu vários artigos na mesma linha política de “Macário”, e talvez esta tenha sido a fonte que levou Ernesto Cruz a considerá-lo um jornalista em 1961. É importante mostrar que a sua atuação política se tornou cada vez mais dinâmica e lhe permitiu circular entre os grupos envolvidos nas disputas políticas no Pará, em virtude de ser dono de jornais, jornalista, membro do diretório e líder de grupos armados. Todas essas funções acumuladas por Cabral possibilitaram-lhe amadurecer politicamente, até chegar ao Amapá, em 1892, para liderar os brasileiros que moravam naquela região.

1.3 - CABRALZINHO E A CAPOEIRA

No ano de 1886 ocorreu mais um pleito eleitoral em Belém. O evento contou com a participação mínima da população, pelo fato de somente algumas pessoas terem acesso ao voto. Mas, a falta de pessoas aptas a votar não chamou a atenção dos jornais paraenses. O destaque deste processo eleitoral ficou com Cabralzinho, que protagonizou a invasão do local de votação, na tentativa de quebra a urna⁴⁶.

Os tumultos durante o processo eleitoral não eram novidade na Província do Pará. Em toda a região era comum ocorrer denúncias sobre indivíduos que provocavam confusões nos dias de votação. O jornal A Constituição, do Partido Conservador, no dia 11 de dezembro de 1884, denunciou a utilização de capangas no interior do Pará, com o intuito de cometer fraudes eleitorais e impedir a vitória do líder conservador, cômego Siqueira Mendes. Segundo os jornais conservadores, um dos casos mais graves ocorreu em Salvaterra, onde o major Francisco Bezerra invadiu a zona de votação acompanhado de 12 capangas e tentou alterar o resultado da eleição, sendo impedido pelo mesário responsável pela zona eleitoral de Salvaterra.

⁴⁶ A Constituição, n. 183, de 08/12/1886. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

Inconformado com a atitude do mesário, o Major pegou os papéis e o livro onde estava sendo lavrado o resultado da eleição e os atirou pela janela “para seus capangas, para depois levá-los consigo para Soure, onde ainda os conserva”⁴⁷. A utilização desta estratégia foi observada em várias localidades da Província do Pará, e ocorria com frequência durante o processo eleitoral, por grupos que usavam de violência e faziam ameaças para intimidar os inimigos políticos visando garantir a vitória nas eleições.

No final do século XIX, a presença de capangas era muito comum no Norte do Brasil. Esta associação é reveladora da utilização de capangas no período eleitoral, e geralmente esses indivíduos eram vinculados aos grupos políticos que disputavam o poder no Pará. Neste mesmo período, foi possível perceber a mesma prática em outra vila do interior do Pará. Em 1884, o jornal *A Constituição* denunciou que um grupo de 40 homens, liderados pelo delegado da região, tentou tumultuar e invalidar o processo eleitoral na localidade de São Domingos da Boa Vista⁴⁸.

A constante disputa eleitoral entre os dois partidos imperiais era comum na capital da Província do Pará, e as ações ligadas às disputas políticas ganhavam destaque nos jornais. Em 1884, o jornal *A Constituição*, órgão do Partido Conservador, publicou um artigo intitulado “O adiamento da Assembleia Provincial”, com o objetivo de mostrar os fatos que estavam acontecendo em Belém, fazendo referência à atuação de Veiga Cabral à frente de grupos armados. Segundo este jornal, Cabralzinho foi contratado para tentar impedir a Assembleia Provincial, que ocorreria na capital paraense.

Senhor excelência Presidente da Província. Pelo sim e pelo não mandou no dia pós – lar no marco da légua uma força de linha para impedir a vinda dos desordeiros [...]

No dia seguinte pela manhã desembarcava um grupo capitaneado por Veiga Cabral.

Intimado pelo comandante da força para dispensar o grupo. O senhor Cabral disse que tinha vindo a mando do secretario da presidência. O doutor Theotonio Raymundo de Brito e ordem do excelentíssimo senhor general visconde de Maracujá!!⁴⁹

Já no ano de 1884, foi possível encontrar referência sobre a atuação de Francisco Xavier da Veiga Cabral na cena política no Pará, estando à frente de um grupo armado de “desordeiros”, comumente denominados de capangas, que ficaram posicionados no Marco da Légua aguardando as ordens do Visconde de Maracujá. Esta teria sido uma das suas primeiras

⁴⁷ *A Constituição*, n. 280, de 11/12/1884. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

⁴⁸ *A Constituição*, n. 280, de 11/12/1884. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

⁴⁹ *A Constituição*, n. 15, de 17/01/1884. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

participações na militância partidária, que revela um dos papéis que Cabralzinho desempenhou nos conflitos políticos, enquanto liderança no Partido Liberal. Entretanto, com o passar do tempo e com o seu amadurecimento, suas funções no partido foram se ampliando, e deram espaço ao exercício de outras atividades nos grupos em que militou, pelo fato de ser dono de jornais e jornalista, conforme foi tratado anteriormente neste capítulo.

Com o passar dos anos, a atuação e rede de influência de Veiga Cabral foi se ampliando pelo Pará. Ele passou a acumular outros papéis dentro do grupo, porém, mantinha os pés nos dois mundos, sendo líder de grupos armados, capoeira e desordeiro, mas também atuando como delegado do partido, responsável pelo alistamento dos eleitores da região de Sant'Anna. No início da República, em 1890, Cabral realizou uma série de viagens pelo interior do estado do Pará, formando as bases do novo Partido Republicano Democrata.

Em 1886, Cabralzinho teve a sua imagem cada vez mais associada à capoeiragem, traço marcante na sua trajetória política, segundo a historiografia que trata desta temática. O historiador paraense Luiz Augusto Pinheiro Leal (2009, p. 71-83) aborda este tema no livro “Capoeira, Identidade, e Gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil”, no qual intitula Veiga Cabral como o “rei da capoeira no Pará”.

Este debate apresenta algumas questões relevantes para o entendimento do que poderia significar esta afirmativa e as implicações que podem ser geradas a partir desta. Primeiramente, o que poderia ser considerado capoeira? Para o intelectual paraense Vicente Sales⁵⁰, capoeira seria:

[...] no Pará, como em Portugal, capoeira não se referia ao negro, sim aos malandros reinóis. Mas os negros, rebaixada socialmente, mais que os malandros reinóis, herdaram a expressão, talvez pelo espírito de rebeldia, ou pelo extrema destreza nas lutas corporais, deixaram no Pará, como em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro, abundantes registros nas crônicas policial (SALLES, 2004, p. 116).

No final do século XIX e início do XX, no Pará, a capoeira era associada às práticas políticas e eleitorais, sendo comum a menção ao uso de capoeiras como capangas em tempos de eleições, fato presenciado em várias regiões deste estado. Os jornais Diário de Belém, A Constituição, A Reação, O Liberal do Pará e A República apresentaram uma série de referências aos tumultos provocados por vários indivíduos, sendo recorrente o uso dos termos

⁵⁰ Vicente Juarimbu Salles nasceu em 27 de novembro de 1931, na vila de Caripi, pertencente ao município de Igarapé-açu, nordeste paraense. Teve uma vida intelectual bastante movimentada: foi pesquisador, historiador, folclorista e musicólogo. Seu interesse por música, folclore e literatura começaram desde a infância. Seus primeiros trabalhos foram publicados no jornal “A Província do Pará”. Ao todo, sua bibliografia conta com 25 livros e 50 microedições. Ele contribuiu enormemente com o Museu da UFPA (Mufpa) – onde atuou como diretor por dois anos – doando uma parte da sua coleção pessoal e material, que foram utilizadas em suas pesquisas sobre negro, cultura, artes e folclore da Amazônia. O acervo conta com mais de quatro mil documentos e 70 mil recortes de jornais, além de uma coleção de cartuns, fotografias da época, cordéis, peças de teatro, teses, folhetos, e cartazes. Em 2011, recebeu da instituição federal o título de Doutor Honoris Causa, o mais alto dos graus universitários. Vicente Salles morreu no dia 07 de março de 2013, de parada cardiorrespiratória, no Rio de Janeiro. Estas informações sobre o autor foram reproduzidas do portal da Editora da Universidade Federal do Pará (Disponível em: <http://www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=9105>).

“capangas eleitorais” e “capoeira” para designá-los. Mesmo não havendo consenso sobre a figura do capoeira, esta sempre esteve associada à desordem e à marginalidade, visto que prática da capoeira foi criminalizada na República. Em Belém, a capoeira foi duramente combatida nos primeiros anos do novo regime, sendo mencionada pelos jornais como um grupo que ameaça a sociedade de bem da capital do Pará.

[...] felizmente não surtiram o efeito desejado as tramas indecentes postas em pratica no intuito de perturbar a tranquilidade da família paraense.

A ordem pública está salva, e salva está a segurança individual que, durante alguns dias devido exclusivamente ao desorientado espírito partidário que auspicia a coligação contrária, estava ao alcance do cacete e da navalha da copoeiragem imprudente.⁵¹

Naquele contexto, a capoeiragem foi descrita pelo jornal A República como uma ferramenta usada pela oposição ao governo para “perturbar a ordem pública”. Segundo a historiografia sobre a temática, é considerada “como uma prática comum aos capoeiras, por desempenharem a função de capanga na política no Pará”.

Entretanto, pode-se afirmar que todo capanga era capoeira, mas nem que todo capoeira era capanga. Devido às habilidades e destrezas no combate corpo a corpo, esses indivíduos foram muito procurados pelos líderes políticos. Vicente Salles (2004, p. 13) afirma que a existência da capoeira no Pará pode ser explicada por interesses políticos de fazer uso de suas habilidades nas querelas políticas.

[...] pode-se hoje transitar até alta noite pelas ruas da cidade sem o mínimo receio de irresponsáveis que a oposição assalaria o miseravelmente para agredir a nós e aos nossos amigos; o governo, com todos os predicados, prudência e amor à ordem, que tanto o caracteriza e distingue, fez a adoção dos meios necessários a pôr-nos fora dos descatos dessa camarinha de vagabundos, à cuja frente desgraçadamente vimos, em mais uma noite as figuras que a oposição aponta como as mais decentes e moralizadas.⁵²

A descrição do capoeira não é nem um pouco favorável aos seus praticantes, sempre descritos como violentos, vagabundos e desordeiros. Cabralzinho sempre foi associado a esses grupos, e sua postura diante das questões eleitorais veio a fortalecer este estigma. Desse modo, Luiz Augusto Pinheiro Leal (2008, p. 140) afirma que o fato de os capoeiras terem sido utilizados pela oposição nos jogos políticos, levou o governo republicano a conduzir uma política de combate aos praticantes da capoeiragem. Esta perseguição às maltas não ocorreu somente no Pará, mas em outros estados do Brasil, como Rio de Janeiro e Pernambuco.

⁵¹ A República, n. 349, de 25/04/1890. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

⁵² A República, n349, de 25/04/1890. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

A este respeito, observei que os capoeiras já vinham sendo utilizados desde o governo imperial – e não somente pela oposição – sendo possível constatar que a inclusão desses indivíduos em órgãos de governo foi tão forte, a ponto de lhes atribuírem cargos públicos, com o de delegado de polícia⁵³, dentre outros.

Cabralzinho tornou-se presença constante nas páginas dos jornais e nos inquéritos policiais, por ter sempre seu nome vinculado à capoeiragem, aos conflitos políticos e aos grupos armados. Além disso, por andar com alguns sujeitos ligados à capoeira, como o “moleque” Malaquias e Coutinho, era acusado de formar uma malta⁵⁴, principalmente pelos seus opositores, que o consideravam um homem perigoso sua fama de capoeira foi consolidada no ano de 1886, quando provocou um grande tumulto e usou as suas já conhecidas habilidades para invadir a zona de votação no distrito de Sant’Anna.

O motivo do tumulto foi o fato de Veiga Cabral ficar inconformado com o resultado do processo eleitoral. Ao chegar ao local de votação, tentou impedir que um grupo de eleitores conservadores que chegaram após o encerramento da votação tivesse o direito de votar, o que foi consentido pelo presidente da mesa, o senhor Emygdio Tavares. Esta atitude deixou Cabralzinho revoltado e, na tentativa de impedir que os eleitores votassem, invadiu o local e agrediu o presidente da mesa. Um dos mesários, ao ver a cena, afastou-se da sua cadeira e, justamente neste momento, Veiga Cabral aproveitou a oportunidade para pegar a cadeira e tentar quebrar a urna de votação⁵⁵.

Cabralzinho desferiu alguns golpes com a cadeira, na tentativa de destruir a urna, mas não conseguiu; e por não saber o que fazer para eliminar a urna, decidiu jogá-la pela janela da sala de votação. O fato em questão foi presenciado por um grande grupo de pessoas, entre elas Antônio Lemos, que foi convocado para depor no inquérito instaurado pela autoridade policial do Pará⁵⁶.

A partir de então, a imagem de vilão de Francisco Xavier da Veiga Cabral começou a ser propagada por muitos jornais de Belém, que passaram a criar uma imagem negativa de um homem desordeiro, capoeira, e que sempre representava perigo à ordem pública. Sobre o episódio da invasão da zona de votação em 1886, a documentação utilizada nesta pesquisa revelou que os jornais conservadores trataram o caso como um grave atentado à ordem pública e contra o processo eleitoral. Este evento estampou as capas dos jornais conservadores, como no título do artigo “O crime do dia 9”, no jornal A Constituição, no qual Veiga Cabral foi citado como criminoso.

⁵³ Jornal A Constituição, n. 143, de 19/06/1880. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

⁵⁴ Denominação utilizada para caracterizar os capoeiras – no final do século XIX.

⁵⁵ As informações aqui apresentadas foram retiradas do inquérito promovido pela autoridade policial do Pará. Conforme os autos dos crimes contra Francisco Xavier da Veiga Cabral, localizados no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), no fundo da Segurança Pública – Chefatura de Polícia da Província, Série Autos Crimes de 1886, bem como nos jornais A Constituição, n. 183, 184, 185, 186, 191, de 1886.

⁵⁶ Idem.

Sabe-se que os mandantes do crime foram os senhores Dr. Cabral e Lima Caxias, sendo o eleitor Veiga Cabral o executor do plano.

O criminoso não fez mistério do seu vergonhoso feito, antes proclamou como um ato de heroísmo!⁵⁷

Este mesmo evento foi retomado pelos periódicos da cidade alguns anos depois, quando Veiga Cabral se envolveu em outro conflito, desta vez contra um capoeira bastante conhecido em Belém. Este último tumulto aconteceu no largo de Sant'Anna, quando Cabralzinho sofreu uma punhalada desferida por José da Costa Júnior, mais conhecido como “Mão de Seda”. Os jornais de oposição retiraram a palavra “eleitor” e usaram o termo “desordeiro” para descrever Cabralzinho (LEAL, 2008, p. 123).

1.3.1 O CASO “MÃO DE SEDA”

Em geral, a associação de Francisco Xavier da Veiga Cabral ao estigma de desordeiro e líder de capangas conferiu-lhe tanto uma imagem positiva quanto negativa, resultante da sua atuação no cenário político-partidário no Pará. Um bom exemplo foi o atentado contra ele no Largo de Sant'Anna, em Belém.

No dia 14 de fevereiro de 1888, houve uma briga entre Cabralzinho e Mão de Seda, ambos conhecidos pelo envolvimento frequente em confusões, esta acabou por intensificar a disputa entre os liberais e os conservadores. Tudo teve início com a briga entre o grupo liderado por Antonio da Costa Junior, vulgo “Mão de Seda”, contra outro grupo liderado pelo militante político do Partido Liberal, Francisco Xavier da Veiga Cabral. A documentação pesquisada revelou que esta rixa iniciada em fevereiro, estendeu-se até julho do mesmo ano⁵⁸.

Essa briga poderia ter sido apenas uma disputa entre dois “capoeiras” conhecidos na cidade, não fosse o fato de “Mão de Seda” ser um praça do Corpo de Polícia e Cabralzinho um político do Partido Liberal na Província do Pará, o que se soma a uma série de eventos ocorridos em consequência disso. Antonio da Costa Júnior foi preso, mas ao chegar à delegacia, o subdelegado ordenou que ele fosse posto em liberdade e decretou a prisão dos soldados responsáveis pela detenção, que foram recolhidos à Cadeia Pública de Belém.

⁵⁷ Conforme o jornal A Constituição, p. 1, de 12/08/1886.

⁵⁸ Analisamos os principais jornais do período e encontramos elementos sobre o debate na imprensa acerca do atentado sofrido por Francisco Xavier da Veiga Cabral nos seguintes periódicos: A Província do Pará (1888), Diário de Belém (1888) e Diário de Notícias (1888). Disponíveis na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

Em liberdade, “Mão de Seda” retornou ao Largo de Sant’Anna, onde reencontrou Cabralzinho, dando início a uma nova discussão. O jornal A Província do Pará relatou que Veiga Cabral não aceitou as provocações de Antonio da Costa Júnior, porém, quando pensou que a briga havia terminado, virou-se de costas para o seu agressor, que se aproveitou da sua distração para cravar-lhe um punhal nas costas⁵⁹ (Figura 2).

Figura 2 - Ilustração do atentado sofrido por Francisco Xavier da Veiga Cabral.



Fonte: Reproduzido da Revista Ilustrada, de 20 de fevereiro de 1888.

Este caso foi amplamente divulgado nos periódicos da cidade, sendo considerado pela oposição como um plano maquiavélico articulado pelos membros do Partido Conservador contra Veiga Cabral, com o auxílio da força policial, visto que naquela época ele tinha uma militância expressiva no Partido Liberal, sendo ainda o proprietário do jornal O Cosmopolita, que fazia oposição à política dos conservadores.

Após o acontecido, o Diário de Noticias denunciou as atividades de Veiga Cabral, taxando-o de capanga e tecendo acusações que lhe colocavam a face de marginal. Segundo Richard Graham (1997, p. 124), o capanga é um “valentão que é pago para ser o guarda-

⁵⁹ Jornal A Província do Pará, p. 2, de 16/02/1888. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme.

costas de alguém ou para serviços eleitorais; mas neste caso, ele é mais que um galopim eleitoral. É um caceteiro, às vezes um assassino.”

Naquela época, os grupos políticos recorriam aos capangas para provocar medo e intimidar os eleitores para que votassem nos seus candidatos, e a denúncia feita pelo periódico tira de Cabralzinho a condição de cidadão exemplar, que até então era apresentada pelos jornais do Partido Liberal. Um artigo publicado no Diário de Notícias relata o envolvimento de Veiga Cabral nos distúrbios das eleições: “[...] Por que este indivíduo, tido e havido nesta capital como provocador, turbulento chefe de capangas em tempos eleitorais [...]”⁶⁰.

Para os conservadores, Veiga Cabral era o chefe dos capangas dos liberais, tendo um passado associado aos tumultos na cidade e acusado de invadir a zona eleitoral no ano de 1886⁶¹, o que, segundo O Diário de Notícias, seria uma manifestação do seu ímpeto desordeiro⁶². Contudo, para a imprensa liberal, ele era um exemplo de cidadão que foi vitimado pelo plano maquiavélico do governo conservador.

A ligação do atentado sofrido por Cabralzinho a uma questão política foi um motivo para intensificar as disputas na imprensa paraense em torno do caso “Mão de Seda”. Essas querelas tiveram início assim que o caso ganhou visibilidade nas páginas dos jornais de Belém.

Conforme José Murilo de Carvalho (1981), durante o Império havia três grandes forças políticas no Brasil: a primeira dos magistrados; a segunda, da câmara temporária; e a terceira, era a da imprensa. Trata-se da gênese da vinculação dos veículos de comunicação aos partidos políticos, enquanto instrumentos essenciais nas disputas políticas na História da República no Brasil.

Pela importância dos meios de comunicação e sua ligação com os partidos políticos, o debate gerado em torno do caso “Mão-de-Seda” e da figura de Veiga Cabral ganharam intensidade e envolveram os dois grupos que disputavam o controle político no Pará, gerando um clima de tensão na cidade. As trocas de acusações de ambos os lados tornaram-se frequentes, bem como a criação de imagens distintas de Veiga Cabral: para uns ele era vítima de um governo déspota; e para outros era um homem perigoso e desordeiro, que ameaçava a ordem pública com a sua atuação à frente de grupos armados e de capangas liberais.

O caso colocou os jornais da cidade em rota de colisão, principalmente depois que se descobriu que o autor da tentativa de assassinato de Veiga Cabral havia sido alistado no

⁶⁰ Diário de Notícias, p. 2, col. 5, de 18/02/1888. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

⁶¹ Cf. documento da Secretaria de Polícia da Província, Autos do mês de agosto de 1886, encontrado no Arquivo Público do Pará.

⁶² Diário de Notícias p. 2, col. 5, de 18/02/1888. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

Corpo Militar de Polícia no dia 10 de fevereiro de 1888, apenas quatro dias antes do corrido. Esta revelação foi um forte motivo para aumentar a tensão entre os liberais e os conservadores. A rivalidade político-partidária em Belém estava chegando a um nível perigoso, pois tudo era motivo para que os dois lados entrassem em conflito. Neste cenário, dois órgãos de imprensa protagonizaram as intensas trocas de acusações.

Os jornais protagonistas eram A Província do Pará e o Diário de Notícias, que trocaram acusações durante o período em que o caso permaneceu em destaque. Para o Diário de Notícias, o jornal A Província do Pará estava envolvido na politicagem da capital, por isso deixou de lado a característica mais importante para o jornalismo, que é a imparcialidade no conteúdo das notícias. Além disso, há denúncias de que A Província do Pará estaria deturpando as notícias sobre o caso “Mão de Seda”.

[...] Apaixonada, ao ponto de esquecer o seu bonito passado, A Província, desde que se fez órgão do partido liberal, não pode mais merecer o mesmo credito, a mesma confiança de imparcialidade [...] Impudente e também vil caluniadora é A Província, que faltado ao respeito devido à opinião publica, diante da qual se desenrolam os fatos adulterados propositalmente pela cínica politicagem, atreve-se a envolver o publico na baixa comédia que há dia representa!⁶³

As denúncias do Diário de Notícias acirraram a rivalidade entres os grupos políticos, que passaram a trocar acusações sobre os eventos ocorridos na cidade. O clima de tensão era tão grande, que bastou uma fagulha para incendiar os ânimos dos envolvidos nas disputas políticas em Belém, quando foi marcada a audiência para o depoimento do autor do atentado contra Cabralzinho, sendo possível perceber a que nível chagava os embates políticos no Pará. Insuflados pela imprensa local, muitos populares permaneceram em frente ao Palácio do Governo, que também era sede do Tribunal de Justiça, onde estava sendo realizada a audiência de Antonio da Costa Júnior. Aproveitando a presença de um grupo considerável de pessoas, alguns militantes criaram um grande tumulto, ao tentar invadir a sede do governo, o que não foi consumado porque uma divisão de praças do Corpo Militar de Polícia foi acionada para conter a ação dos manifestantes.

Com os praças da polícia protegendo o palácio, as autoridades precisaram criar uma estratégia para a saída de Mão de Seda da audiência, sem que houvesse qualquer atentado contra a sua vida. Mas a retirada de Mão de Seda não foi fácil, pois os populares que estavam na frente do palácio não se intimidaram com a presença dos praças, e buscavam “fazer” justiça a todo custo para vingar o atentado sofrido por Veiga Cabral. Porém, o destacamento

⁶³ Diário de Notícias, p. 2, col. 5, de 18/02/1888. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

conseguiu retirar acusado do prédio e conduzi-lo até a Cadeia Pública de São José, no entanto, houve um novo tumulto durante o percurso, sendo possível ouvir tiros disparados pelos praças para dispensar a manifestação.

A imprensa teve a sua parcela de culpa neste evento, pois os jornais ligados aos dois principais partidos criaram um clima de tensão que culminou nos tumultos ocasionados no dia da audiência do autor da tentativa de assassinato contra Veiga Cabral. Os jornais eram peças importantes nos jogos políticos, na divulgação e consolidação de ideias políticas dos grupos aos quais estavam ligados. Foi comum encontrar denúncias contra as autoridades do Partido Conservador nos periódicos do Partido Liberal, e o mesmo acontecia com os jornais do Partido Conservador. A troca de acusações era constante, gerando conflitos que saíram das páginas dos jornais para as ruas da cidade de Belém.

A Província do Pará, como oposição, usou o caso envolvendo as autoridades policiais e políticas no Pará para criticar os conservadores. Como o processo “Mão de Seda” teve o envolvimento de Conselheiro Cardoso Junior, Presidente da Província do Pará, e contou com a participação do comandante do Chefe de Polícia, o senhor Antonio Bezerra da Rocha Moraes, ambos responsáveis pelo assentamento do praça Antonio da Costa Junior, este periódico usou o fato para fazer acusações ao governo paraense, buscando, com isto, influenciar diretamente a opinião pública.

As disputas políticas em torno do caso foram intensas, com sérios desdobramentos envolvendo os órgãos de imprensa, os capangas e o Corpo Militar de Polícia. A atuação destes grupos torna-se relevante para este trabalho, permitindo compreender melhor a sua importância para os jogos políticos e visualizar o papel de Cabralzinho nas disputas, assim como o seu relacionamento com esses grupos.

A tentativa de assassinato de Veiga Cabral no largo de Sant'Anna, que a princípio pareceu uma disputa entre dois homens que tinham uma rixa antiga e protagonizaram cenas de rivalidade, tornou-se um evento que intensificou as querelas políticas em Belém. Um dos principais propagadores da disputa em torno do caso “Mão de Seda” foi a imprensa local, que promoveu uma intensa troca de acusações e ofensas entre os adversários políticos.

Mas o caso não expôs somente o envolvimento da imprensa nos conflitos políticos. Quando o clima de tensão aumentou a um nível insuportável, foi possível identificar os mecanismos e estratégias utilizados para garantir as vitórias eleitorais. Neste evento destaca-se a participação direta de capoeiras, que atuavam como capangas de grupos políticos divergentes, conforme citado anteriormente. Outro grupo que teve papel relevante foi o Corpo Militar de Polícia, pelo envolvimento direto neste cenário de disputas. Portanto, o atentado contra Veiga Cabral revelou a participação dos oficiais do Corpo Militar nas questões políticas.

Como exemplo desse envolvimento, o jornal O Liberal do Pará, de 10 de junho de 1888, apresentou denúncia contra autoridades e um grupo de oficiais que tinham usado de expediente fraudulento para esconder o alistamento de Antonio da Costa Junior na Polícia. A descoberta da falsificação gerou debates e acusações na imprensa paraense, especialmente nos jornais ligados ao Partido Liberal, que faziam oposição ao governo do Partido Conservador. O escândalo forçou a abertura de um inquérito para investigar os fatos, tendo como consequência a exoneração dos oficiais responsáveis pela falsificação do livro de registros. A falsificação teria sido realizada por ordem do tenente-coronel Comandante José Sotero de Menezes, visando à substituição do nome de Antonio da Costa Junior por José Clemente da Silva, que passou a assinar José Antonio da Costa Junior no livro de registros. A descoberta deste plano pela imprensa oposicionista foi o motivo para acusações contra as autoridades e causou um mal-estar no Estado Maior e no Estado Menor da instituição, atingindo todos os escalões do Corpo Militar de Polícia⁶⁴.

⁶⁴ Cf. Coleção de leis encontrada no Arquivo Público do Pará (APEP), Decretos de 1887. No Estado Maior temos Tenente-Coronel Comandante, que é a maior autoridade Militar do Corpo de Polícia do Pará, logo abaixo vem o Major Fiscal da Corporação, Tenente Ajudante, o Tenente Quartel Mestre, Alferes Secretário. No Estado Menor encontramos o Sargento Ajudante, Sargento Quartel Mestre, Mestre de Música e Corneta-mór. Nos oficiais ficavam o Capitães, Tenentes e Alferes. Nos grupos dos Inferiores ficavam o Primeiro Sargentos, Segundo Sargento, Forriéis, Cabos, Soldados e Corneta.

Sendo este evento o responsável por uma crise dentro da Corporação, vários oficiais foram denunciados pela Promotoria Pública, entre eles José Sotero de Menezes, capitão do 15º Batalhão, Comandante do Corpo Militar de Polícia; os oficiais Constâncio Antonio Silva, Cyriaco Leonardo de Jesus, Augusto Esaú Cardoso; e os sargentos José Apolônio de Queiroz, Alípio Gonçalves Campos e José Moreira de Carvalho.

A força policial do Pará estava passando por um período de intensas transformações internas, e o fato ocorrido com a falsificação do livro-mestre da Polícia era mais um dos problemas a serem resolvidos pelas autoridades paraenses. O incidente com o referido livro teve repercussão nacional, sendo citado no Relatório de Governo da Província do Pará de 1889, onde o seu presidente prestou contas pelo ocorrido, dando explicações ao Ministério da Justiça sobre o fato denunciado pelos jornais paraenses⁶⁵: “Tendo o Ministério da Justiça, por aviso de 4 de setembro, exigi-lo esclarecimento da Presidência da Província, afim de satisfazer o requerimento apresentado no Senado pelo Barão de Cotegipe, sobre a queima do Livro Mestre do Corpo de Polícia...”⁶⁶

A adulteração do livro de registros nos leva a instigante questão: por que a tentativa de esconder o nome de Antonio da Costa Junior do livro mestre do Corpo de Polícia? Esta pergunta era sempre respondida nos interrogatórios como sendo uma questão de honra para que a Polícia não tivesse o seu nome envolvido com um gatuno conhecido na capital do Pará⁶⁷. Nas minutas do Chefe de Polícia pudemos perceber a tentativa de construir uma nova imagem para a Polícia da Província, sendo comum encontrar pedidos de expulsão de soldados envolvidos em condutas consideradas inaceitáveis para um agente da ordem⁶⁸.

A relação de Cabralzinho com Corpo Policial será tratada mais adiante, destacando-se que esta se deu de forma conflituosa em alguns momentos, mas em outros

⁶⁵ Relatório de governo de 1888. “Falla com que o exm. sr. conselheiro Francisco José Cardoso Junior, primeiro vice-presidente da Província do Pará, abriu a 1ª sessão da 26ª legislatura da Assembleia Provincial no dia 4 de março de 1888. Pará, Typ. Do "Diário de Notícias," 1888”. (Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/564/>). Documento de 145 páginas, com 30 páginas sobre a Polícia da Província do Pará, no qual encontramos informações acerca da atividade policial, assim como o envolvimento desta corporação nos jogos políticos.

Apresenta uma estatística de crimes cometidos na Província Pará, no ano de 1888, assim como o número de delegacias e subdelegacias, torna-se um elemento importante para o entendimento da relação deste Corpo Militar de Polícia com a política, pois, segundo este relatório, as autoridades seriam constituídas em seus cargos por indicação do Chefe de Polícia e aprovados pelo Presidente de Província do Pará.

Na análise destas fontes, temos elementos que demonstram as dificuldades de organizar o Corpo Militar de Polícia na Província do Pará, pela sua grande dimensão, que exigia um número maior de praças e oficiais para os serviços, fato que preocupava o Presidente da Província, por não conseguir cumprir o regulamento com agilidade. O texto cita ainda a anulação da lei 1259, de 1886, que modificou o Estado Maior da Força Policial no Pará.

⁶⁶ Diário de Notícias, p. 2. Col. 3/4, de 21/11/1888. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

⁶⁷ Cf. depoimentos dos oficiais envolvidos. Processo movido para o esclarecimento da queima do livro-mestre do Corpo Militar de Polícia, que se encontra do Arquivo Público do Pará, no Fundo da Chefatura de Polícia e na Série Autos, de julho a dezembro de 1888.

⁶⁸ Documentos localizados no Arquivo Público do Pará (APEP). Fundo da Chefatura de Polícia. Série: Minutas do Chefe de Polícia.

foram aliados. Para isto, apresentarei dois casos que Cabral participou direta ou indiretamente. Já com os grupos armados, foi estimado como líder, por se envolver em tumultos e ser processado quando a sua conduta era imprópria. Neste grupo, encontramos alguns capoeiras conhecidos em Belém, como Malaquias e Coutinho, que atuaram em conflitos eleitorais sob a liderança de Cabral.

Se o governo tinha a força da Segurança Pública, que sempre foi acionada para garantir a sua vitória nas eleições, a oposição não poderia ficar sem um grupo de homens armados para lhe dar suporte nas disputas eleitorais. Cabralzinho destacou-se neste grupo, sendo apontado como presença constante nas maltas de capoeiras da cidade. Em Belém, a capoeiragem tinha características diferentes da praticada no Rio de Janeiro, sendo estes grupos associados diretamente aos políticos locais. Thomas H. Holloway (1997), ao analisar a Capoeira na capital federal, concluiu que esses grupos estavam divididos em facções que rivalizavam uns com os outros, contudo, a relação encontrada por este autor é diferente da encontrada no Pará.

Àquela época, as Maltas do Rio de Janeiro dividiam-se em duas grandes facções que disputavam o controle da cidade, sendo reconhecidas pela cor que usavam: “Nagoas, cuja cor distintiva era o branco; e Guaiamus, cuja cor era o vermelho. Armados de navalha e porretes, eles não apenas travavam batalhas ferozes entre si pelo controle de seções da cidade” (HOLLOWAY, 1997, p. 245). Na análise deste autor, esses grupos disputavam a conquista de espaços capital federal, não tendo, à primeira vista, uma relação direta com a política. Já no Pará, a atuação desses indivíduos foi redirecionada, pois passaram a atuar diretamente na política local. Os líderes políticos valorizavam as suas habilidades nas lutas corporais e passaram a inseri-los como capangas eleitorais, como eram conhecidos no Pará.

Os dois principais grupos políticos que disputavam o poder na Província do Pará – Liberais e Conservadores – promoviam embates frequentes, com maior intensidade no período eleitoral. Até o momento, apresentei dois elementos importantes neste cenário de conflitos político-partidários, faltando apresentar um terceiro ator nestes jogos, e presença importante para entender a participação de Veiga Cabral neste contexto. Este último elemento é Corpo Policial, ao qual nos deteremos no tópico a seguir.

1.4 - VEIGA CABRAL E OS MILITARES DO CORPO DE POLÍCIA

Neste tópico tratarei da participação dos militares na política paraense. Contudo, a atenção volta-se ao Corpo Militar de Polícia do Pará. O motivo da abordagem deve-se à participação da polícia nas disputas políticas e ao seu papel de manutenção da ordem no território paraense. Sobre as disputas políticas, Richard Graham (1997) assinala que a manutenção da ordem representava a continuidade dos grupos políticos, sendo muito difícil o surgimento de grupos rivais aos existentes.

Apesar de centrar o enfoque na Polícia, enquanto agente político eu não poderia deixar de citar o Exército Brasileiro, mesmo de forma sucinta, porque esta instituição era uma força militar em ascensão e tinha uma relação de proximidade com o Corpo Militar de Polícia, visto que os militares que ocupavam as funções de oficiais do Corpo de Polícia do Pará pertenciam aos quadros do Exército. A prática de indicar oficiais do Exército para ocupar os cargos de oficiais da polícia no Pará, segundo relatório do Presidente da Província, tinha duas funções: a primeira era colocar homens de confiança à frente da segurança pública, permitindo um controle dos futuros processos eleitorais; e a segunda era tentar evitar a rivalidade entre os praças do Corpo de Polícia e os Praças do Exército Brasileiro, diminuindo os tumultos na cidade envolvendo estes agentes, fato constatado no referido Relatório do Governo de 1889⁶⁹.

Este Relatório consiste em uma fonte documental relevante para esta pesquisa, por tratar de inúmeros problemas ocorrentes no âmbito do Corpo Militar de Polícia no Pará, permitindo-nos extrair uma série de informações e aprofundar o conhecimento acerca deste tema. Trata-se de um documento oficial do Governo do Estado, consolidado em 155 páginas, sendo 31 dedicadas à temática da Polícia Militar, principalmente aos problemas enfrentados para cumprir as determinações da lei que tornava obrigatório o número mínimo de 477 policiais para realizar o policiamento no Estado. Segundo o Relatório, a dificuldade de completar este contingente era devido aos baixos soldos dos praças e o desinteresse em ingressar na polícia. O Relatório chega a sugerir o alistamento de praças em outras Províncias, assim como a criação de um imposto para melhorar o rendimentos dos policiais e, conseqüentemente, aumentar o número de interessados no alistamento militar. No Relatório também consta o número de 404 praças na Província do Pará à época, faltando ainda 73 para atingir o contingente mínimo exigido por lei, que era de 477 policiais. Outro problema para a

⁶⁹ Relatório de Governo de 1889: “Falla com que o exm. o snr. dr. Miguel José d'Almeida Pernambuco, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 26ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Pará, em 2 de fevereiro de 1889. Pará, Typ. de A.F. da Costa, 1889”. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/564/000141.htm>>.

Polícia do Pará era a admissão de interessados em assumir os cargos de delegados e subdelegados, visto que essas funções não eram remuneradas, fato que tornava os cargos pouco atrativos. O texto revela a preocupação com a imagem da corporação, devido aos inquéritos instaurados para apurar o envolvimento de militares em crimes que feriam o regulamento do Corpo Militar de Polícia. Em consequência desses inquéritos, alguns oficiais foram exonerados. Outro fator importante é a nomeação de membros do Exército para os cargos de oficiais do Corpo Militar de Polícia, pois, com essas medidas, diminuiu o número de conflitos entre os praças do Exército e do Corpo Militar de Polícia, assim como o desinteresse no alistamento militar.

Segundo o documento, um dos objetivos de extrema importância para a corporação era a proteção da propriedade privada e do indivíduo, fato que tornava a vigilância fundamental para o Corpo Militar de Polícia. O Relatório também faz referência aos entraves para realizar o policiamento na cidade devido à falta de policiais e, ainda, à dificuldade de a população absorver as ideias de modernidade e de civilização, tornando-se um fator preocupante para as autoridades. Outro aspecto refere-se ao inquérito para investigar a queima do livro-mestre do Corpo Militar de Polícia, entre outros aspectos relevantes para a pesquisa, que demonstram ao envolvimento da Polícia nas disputas, pela tentativa de esconder o alistamento de um criminoso na instituição, visando manter a reputação da corporação. Outro tema importante para a pesquisa refere-se ao problema para compor o Corpo de Militar de Polícia com pessoal idôneo e moralizado, para além do número insuficiente de praças.

No anexo do Relatório encontra-se a fala do Chefe de Polícia sobre o caso do tumulto ocorrido no dia da formação de culpa de Antonio da Costa Junior, fato que movimentou a cidade e provocou trocas de acusações entre governo e oposição. Trata-se de um aspecto relevante para a análise do envolvimento da força policial nas disputas políticas.

A força policial era uma peça importante na engrenagem política no Brasil e no Pará. Era fundamental nomear pessoas de confiança para as funções de delegados e subdelegados, pois auxiliavam o governo em situações de conflito. Neste sentido, em 1889, quando os liberais assumiram o poder, Francisco Xavier da Veiga Cabral foi nomeado Delegado da capital do Pará. O cargo de Delegado de Polícia não representava um benefício financeiro, visto que não era remunerado, e quem exercia esta função não obtinha lucros, porém, o cargo era de fundamental importância para o jogo político da época.

O exercício da função de Delegado, a partir de 1889, deveu-se à militância de Cabralzinho no Partido Liberal há alguns anos. Quando este grupo político assumiu o poder, neste mesmo ano, buscou construir uma rede de aliados que permitisse a sua continuidade no

poder e, para isto, era fundamental indicar homens de confiança para os cargos estratégicos, inclusive nomeando aliados políticos para os cargos de Chefe de Polícia, Delegado e Subdelegado. No Corpo Militar de Polícia, essas mudanças eram mais lentas, mas eram feitas durante o período em que o grupo estava no poder.

O posto de Delegado contribuiu para que pudesse estabelecer uma relação favorável junto ao Corpo Militar de Polícia, e Veiga Cabral fez uso desta prerrogativa ao organizar a Revolta de 11 de junho de 1891. O motivo para que esta relação não fosse alterada com a Proclamação da República, deveu-se ao fato de o Governo Provisório da República no Pará não ter se preocupado em fazer mudanças no corpo policial, mantendo o quadro da instituição repleta de policiais oriundos do Império.

Na função de Delegado de Polícia, Veiga Cabral teve a oportunidade de construir alianças e fortalecer as já existentes, pois sempre foi visto na companhia de praças da Polícia. O cargo de Delegado não fazia parte dos quadros do Corpo de Militar de Polícia, mas tinha autoridade sobre os praças da corporação que ficavam sob o seu comando, podendo, inclusive, estabelecer uma relação de confiança com os subordinados.

O Delegado era um agente civil, e a indicação para este posto era vinculada diretamente ao Presidente de Província, na época do Império; e ao governador, na República, que lhe outorgava o poder de comandar um grupo de praças previamente designado pelo comandante do Corpo de Polícia. No entanto, a relação dos delegados com os oficiais da Polícia não ocorria de forma direta, sendo apenas permitida em casos de revolta ou de situações de extrema urgência. Para requerer o contingente de praças que iria trabalhar sob o seu comando, precisava solicitar formalmente ao Chefe de Polícia, que encaminhava o pedido ao comandante do Corpo de Polícia, que, por sua vez, decidia sobre o pedido e determinava o quantitativo a ser designado para atuar sob o comando do requerente.

A força policial era ligada ao jogo político e, devido a isso, para os grupos que assumiam o poder era fundamental manter uma infraestrutura que permitisse controlar e conduzir o processo político nas eleições seguintes. Entre outras estratégias, buscavam-se aliados nesses cargos, sendo uma prática comum a troca dos delegados, subdelegados, chefe de polícia e o comando do Corpo de Polícia, como medida de controle da força policial, elemento crucial nas querelas partidárias no Pará. Também era comum a renovação imediata do efetivo de praças da Polícia do Estado. Todavia, não era tarefa fácil encontrar homens dispostos a trabalhar nesta função. Em geral, eram nomeados membros do Exército Brasileiro para os cargos de oficiais da referida corporação no Pará.

A escolha dos oficiais e comandantes era pautada em relações político-partidárias, por isso, não era de se estranhar que a relação de Francisco Xavier da Veiga Cabral com esta instituição e seus oficiais mudasse conforme a força política que estivesse no comando em determinado período. Nesta diretriz, o envolvimento da Polícia no cenário político paraense levou esta instituição a protagonizar eventos que abalaram a sua credibilidade e marcaram a sua história.

Na historiografia paraense, são raros os trabalhos produzidos sobre a Polícia do Pará. Todavia, identifiquei fontes que fazem alusão a duas crises enfrentadas pela instituição no final do século XIX. Orvacio Deolindo da Cunha Marreca (1940) foi um dos primeiros autores paraenses a escrever sobre o tema⁷⁰, no trabalho em que narrou a História da Polícia Militar do Pará desde o seu surgimento, passando por vários momentos da sua trajetória, afirma que estas crises foram cruciais para o desenvolvimento da instituição.

Diversos autores produziram trabalhos mais recentes sobre esta temática. William Gaia Farias (2013)⁷¹ envereda por um debate que menciona as ligações entre Veiga Cabral e o Corpo Militar de Polícia, dando destaque ao seu envolvimento nas crises de 1888 e de 1891.

Nos primeiros anos da República, o Corpo Militar de Polícia do Pará passou por um momento de grande instabilidade. Uma prova disto pode ser observada nas mudanças do regimento institucional, sendo instituídos três regimentos em um período de menos de cinco anos. A fragilidade das instituições ligadas à segurança pública chegou ao seu ápice nas duas crises enfrentadas pela instituição. É fundamental analisar essas crises para a compreensão dos mecanismos que levaram a força policial a se envolver diretamente nos jogos políticos, visto que o fator político foi preponderante em ambas.

No final do Império, os membros da polícia não eram bem vistos pela população, que tinha mais afinidade com os soldados do Exército, sem falar que os praças do Corpo Policial recebiam péssimos soldos⁷², por isso não eram valorizados⁷³. Para Bretas (1998, p. 219-234), o

⁷⁰ Ver Marreca (1940, p. 41). A corporação criada pelo Conde de Vila-Flor em 1818 é apresentada nos site oficial da Polícia Militar do Estado do Pará como sendo a primeira forma de organização, sendo o marco de contagem do tempo de vida da instituição, embora suas referências simbólicas estejam distante deste marco institucional (www.pm.pa.gov.br).

⁷¹ Segundo Farias (2013, p. 207-234), no final do século XIX, muitas instituições brasileiras passaram por intensas transformações. Nesta diretriz, o artigo trata da corporação policial militar do Pará enfatizando sua atuação, condições materiais, reorganizações e conteúdos simbólicos. Trata-se de um processo de fortalecimento institucional iniciado em 1886 e intensificado no período republicano, sobretudo durante o primeiro governo constitucional (1891-1897), quando ocorreram as mudanças mais expressivas que antecederam a sua participação na Guerra de Canudos.

⁷² Soldo (do latim = “solidus”) era uma antiga moeda de ouro criada pelo Imperador Romano em 300 d.C, e circulou no Império até o século X, e substituiu o áureo como a mais importante moeda de ouro do Império. Também foram produzidas fracionárias de soldo. Na modernidade, passou a ser usada como sinônimo da remuneração por serviços militares, pois os soldados não recebiam salário e sim soldo. Informação disponível do dicionário online: <http://www.dicionarioinformal.com.br/soldo/>

⁷³ Sobre o assunto, ler Mauch (2004).

engajamento no Corpo Militar não significava uma mudança de *status*, ao contrário, além do afastamento da sua condição de filhos, irmãos, amigos ou amantes, o exercício da atividade policial não lhes conferia atributos positivos na sociedade brasileira àquela época, e os policiais conviviam com os mesmos problemas de outros grupos de trabalhadores.

A baixa valorização dos policiais pela população brasileira e paraense foi um dos motivos que levaram os oficiais do Corpo Militar de Polícia a orquestrar a falsificação do livro-mestre de registro dos alistamentos. Em depoimento, o capitão tenente Sotero de Menezes afirmou que: “não seria bom para a imagem da instituição ter o seu nome associado a um gatuno conhecido em Belém como Antonio da Costa Junior”⁷⁴. Por este motivo, ele tinha autorizado a mudança dos nomes dos alistados, juntamente com outros oficiais.

O momento era delicado, já que os oficiais estavam sendo acusados pela falsificação, e tinham ainda que responder às denúncias sobre a tentativa de assassinado de Veiga Cabral. No decorrer das investigações, a situação ficou ainda pior quando apareceu o nome do Chefe de Polícia no assentamento de Antonio da Costa Junior. Isto foi o suficiente para agravar a crise em curso, envolvendo autoridades do alto escalão da Polícia do Pará.

A crise dificultou o policiamento, que na época contava com 32 delegados e 175 subdelegados para proteger um território de dimensões continentais, comandados pelo chefe do 15º Batalhão de Infantaria, que tinha ao seu dispor 404 praças, ou seja, 73 homens a menos que o exigido por lei⁷⁵. Este embaraço envolvendo autoridades deveria ser resolvido o quanto antes, visto que o Estado passava por um processo de crescimento acelerado, devido ao *boom* econômico da borracha.

Para a historiografia paraense, este período foi marcado por uma grande transformação na capital do Pará, o que gerou um crescimento da população na Província. Para Maria de Nazaré Sarges (2000), este processo provocou intensas mudanças socioeconômicas e paisagísticas na cidade de Belém no período denominado de *Belle Époque*. O inchaço populacional provocou um aumento na criminalidade, fato que ressaltou a importância da presença da força policial para manter a ordem e controlar a população que estava à margem do processo de desenvolvimento econômico – os ditos “marginais”. O número de policiais inferior ao ideal não era um problema apenas do Pará, pois esta dificuldade foi observada por todo o território nacional. Contudo, o contexto econômico paraense estava acompanhado de uma migração intensa para a região, o que não era adequado ao momento de crise que abalava a credibilidade da instituição policial do Pará.

⁷⁴ Depoimentos dos oficiais envolvidos. Processo movido para o esclarecimento da queima do livro-mestre do Corpo Militar de Polícia, que se encontra do Arquivo Público do Pará, no Fundo da Chefatura de Polícia e na Série Autos, de julho a dezembro de 1888.

⁷⁵ Informações extraídas do Relatório de Governo de 1889, citado anteriormente nesta dissertação.

A segunda crise vivenciada resultou da ligação que o Corpo Militar de Polícia manteve com os grupos políticos na República, o que revela a complexidade existente dentro desta corporação, visto que os praças participaram do movimento contra o governo dos republicanos históricos do Partido Republicano Paraense. Francisco Xavier da Veiga Cabral esteve presente nessas duas crises. Mesmo não sendo da corporação, a sua atuação política desencadeou os eventos que levaram à crise no Corpo de Polícia do Pará.

Os praças eram a base desta instituição, e mantê-los sobre controle sempre foi um problema para o corpo de oficiais. Porém, sendo a polícia uma peça fundamental nos jogos políticos, era de suma importância estabelecer relações com o seu contingente, criando compromissos e fidelidades de ambas as partes, algo muito próximo ao clientelismo que foi consagrado no nordeste brasileiro. Veiga Cabral conseguiu circular neste meio e estabelecer uma relação de proximidade com os praças do Corpo de Polícia.

O envolvimento de Francisco Xavier da Veiga Cabral com o Corpo Militar Polícia foi intenso entre os anos de 1886 a 1891. Neste sentido, é fundamental entender como funcionava o processo de alistamento para ingressar no Corpo de Polícia, assim como os seus regimentos, regulamentos e o processo de formação dos praças.

No ano de 1886, foi instituído o último Regimento Orgânico da Polícia⁷⁶ paraense no período imperial, que estabeleceu o efetivo de 460 praças, dividido em quatro companhias, e fundiu o Corpo de Polícia e a Companhia de Guardas Urbanos. Mas isto não foi suficiente para resolver um velho problema da polícia brasileira e paraense durante o Império: a falta de homens dispostos a se alistar na corporação.

Este Regulamento de 1886 determinava, ainda, que para ser praça do Corpo de Polícia o candidato deveria ter entre 18 e 40 anos, ser brasileiro, ter bom comportamento e robustez para o serviço policial. Entretanto, segundo o artigo 15º, inciso 2º: “é permitido o alistamento de estrangeiros que tenham pelo menos dois anos de residência no Brasil e que falem a língua portuguesa, mas estes não poderiam ser oficiais sem antes adquirir a cidadania brasileira”.

O ingresso de policiais era de forma voluntária, e estes serviam na corporação por três anos, podendo deixar a instituição ao final deste período. Após passar por estas exigências iniciais, os policiais que quisessem seguir na carreira militar prestavam juramento de bons serviços à Polícia, de fidelidade aos seus deveres e obediência aos seus superiores. Segundo o citado Relatório, após o juramento, os praças passavam por uma formação básica, através da qual o recruta aprendia desde postar-se em forma até manusear o armamento. Tratava-se de

⁷⁶ Regulamento Orgânico do Corpo Policial da Província do Pará (1886, p. 52 -142). Coleção de Leis Estaduais. Acervo do Arquivo Público do Pará (APEP).

um curso ministrado por um oficial do Estado Maior, realizado diariamente, durante duas horas por dia (das 6 às 8 da manhã), exceto domingos e feriados. No entanto, o alistamento voluntário não era a única forma de ingressar na corporação, pois os praças poderiam ser alistados por ordem direta do presidente da Província e do comandante do Corpo Militar de Polícia, que podiam indicar “afilhados” políticos que trabalhavam como “verdadeiros capangas” dentro da Polícia. Esta prática foi citada anteriormente, com o ingresso de Antonio da Costa Junior, protagonista do caso “Mão de Seda”.

Através de indicações, os grupos que detinham o poder político poderiam montar uma rede de “clientes”, e criar uma infraestrutura para assegurar futuras vitórias eleitorais. A documentação me permitiu inferir que a relação entre o Corpo de Polícia e a política também se deu através da criação de mecanismos análogos aos do sistema de clientelismo. Esta política fica ainda mais clara quando analisamos as categorias dos oficiais, pois todos eram indicados pelas autoridades locais, sendo uma prática permitida pelo Regimento de 1886: “O comandante do corpo e os demais oficiais serão como empregados de mera confiança, de livre nomeação e escolha do Presidente da Província e por ele demitidos, sempre que entender que o bem do serviço público assim o exige”⁷⁷.

Entretanto, mesmo por meio de indicações, era problemático conseguir homens dispostos a trabalhar no policiamento, pois ingressar na polícia não significava ascender economicamente, apesar de um certo *status* social, visto que os policiais que atuavam na cidade tinham o poder de controlar a população, mantendo a ordem e determinando o cumprimento das leis. No final século XIX, era difícil executar o serviço de policiamento no estado, devido ao limitado contingente de policiais à disposição das autoridades, em número insuficiente para atender a um território tão extenso como a Província do Pará.⁷⁸

[...] difícilimo, senão impossível, é o policiamento desta capital e de outras localidades da Província. Sem auxílio das autoridades policiais inteligentes, ativas e enérgicas, e com o numero limitado de praças que dispõem o Corpo Militar de Polícia, insuficiente para o serviço polícia de uma Província tão extensa como esta.”⁷⁹

Conforme o citado Relatório de Governo de 1889, o Chefe de Polícia do Pará reclamou sobre a falta de homens para completar o quadro de praças. Diante desta realidade, surgiu a ideia de buscar homens de fora da Província para o trabalho policial, fato no mínimo curioso, pois, segundo a historiografia que estuda o assunto, este problema não ocorria

⁷⁷ Regulamento Orgânico do Corpo Policial da Província do Pará (1886, Art. 22, p. 57).

⁷⁸ Relatório de Governo de 1889. Falla com que o exm.o sr. d.r Miguel José d'Almeida Pernambuco, presidente da Província, abril a 2ª sessão da 26ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Pará em 2 de fevereiro de 1889. Pará, Typ. de A.F. da Costa, 1889. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/564/>>

⁷⁹ Idem.

somente do Pará, mas também em outras regiões do Brasil, como afirmam Marcos Luiz Bretas (1997) e Claudia Mauch (2004).

Além dessa dificuldade, destaca-se o envolvimento de membros do Corpo Militar de Polícia em crimes, apontados inclusive no Relatório de 1888, onde se encontra uma estatística da criminalidade em Belém, com um grande percentual de crimes praticados por policiais. Num período de oito meses, foram registrados 106 crimes, dos quais 37 foram cometidos por policiais, o que representa algo em torno de 34,9% do total de crimes registrados no período⁸⁰.

As autoridades tinham muitos problemas com a segurança pública, pois o *déficit* de soldados era muito grande, devido ao grande número de policiais envolvidos em crimes e a dificuldade em aumentar quadro de praças, sendo necessário buscar homens para ocupar o lugar dos excluídos da Polícia por má conduta.

Com objetivo de solucionar este grave problema do Corpo Militar de Polícia, o governo do Pará autorizou a doação de terrenos na região de Pinheiro (Vila Pinheiro, atual Distrito de Icoaraci), a título de prêmio para os praças que fossem casados e que serviram o tempo estabelecido no Regimento de 1886, e que não tivessem cometido nenhuma falta na conduta policial neste período⁸¹. Esta medida não surtiu o efeito esperado no período do Império, pois persistia a reclamação do Chefe de Polícia ao Presidente da Província com relação à falta de policiais⁸², segundo o Relatório de 1889.

Os primeiros anos da República no Pará foram extremamente importantes para a história da Polícia paraense. Neste período, a instituição passou por transformações determinantes na sua futura estruturação. Entre estas, destaca-se a crise de 1891, que marcou profundamente a corporação, levando inclusive à sua extinção por um breve período, por ordem do então Governador do Pará, Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes⁸³, em virtude do envolvimento de grande parte dos praças na Revolta de 11 de Junho de 1891.

O governador do estado, usando das atribuições que lhe conferidas pelo Decreto n. 7, de 20 de novembro de 1889, do governo provisório do Estado Unidos do Brasil, e tendo em vista a conduta de oficiais e praças do Corpo de Polícia deste estado, muitos dos quais, como está provado, conspiraram contra a pátria e as instituições republicanas, tornasse assim merecedores de execução pública.”

⁸⁰ Relatório de Governo de 1888. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/563/000050.html>>

⁸¹ Cf. Decretos de 1887. Coleção de Leis. Acervo do Arquivo Público do Pará.

⁸² Regulamento Orgânico do Corpo Policial da Província do Pará, 1886.

⁸³ Dissolve o Corpo Militar de Polícia. Coleção de Leis Estaduais (1891). Acervo do Arquivo Público do Pará.

Art.1. fica dissolvido o corpo militar de polícia.⁸⁴

Após a Proclamação da República, o Governo Provisório no Pará manteve o Corpo de Polícia no formato vigente no Império. A mudança foi somente na nomenclatura, pelo do Decreto de 25 de novembro de 1889, passando a se chamar Corpo Provisório de Linha⁸⁵, porém, suas funções e organização permaneceram as mesmas do antigo Corpo de Polícia.

Não obstante, o Corpo Provisório de Linha teve curta duração, até 3 de julho de 1890, quando o governador novamente alterou o nome para Corpo Militar de Polícia do Estado do Pará, e criou um novo Regimento, passando a ter um contingente de 554 praças e oficiais militares na segurança pública. Como antes referido, algumas práticas da Polícia do Império foram mantidas, a começar pela organização, composta por uma Companhia de Cavalaria e quatro Infantarias, e os oficiais divididos em Estado Maior e Estado Menor, tendo como principal atribuição zelar pelo sossego e tranquilidade dos cidadãos, além do cumprimento das leis⁸⁶.

Nesta época, só poderia ser praça de Polícia o indivíduo que respeitasse os critérios acordados segundo o Regimento de 1890, pelo qual somente poderiam ser alistados os cidadãos brasileiros e estrangeiros que tivessem boa conduta e robustez para o serviço, comprovada por rigoroso exame médico, tendo entre 18 e 35 anos e sabendo ler e escrever⁸⁷. A grande mudança no recrutamento durante a República foi a exigência da leitura e da escrita como requisito para o ingresso na instituição policial, fato que não ocorria durante o Império.

O tempo de serviço dos alistados continuou sendo três anos, porém permitia que os praças ficassem por mais dois anos, caso quisessem, sendo recompensados ao final dos cinco anos com um terreno no interior do estado do Pará⁸⁸. Neste aspecto, quando comparado ao período monárquico, foi possível observar uma mudança, pois nos primeiros anos do regime republicano houve um crescimento do número de alistamentos.

Conforme demonstrado no gráfico (Figura 3), nos cinco primeiros anos da República houve um salto no número praças, passando de 460 em 1886, para 937 em 1894, revelando que o novo regime apresentou políticas mais atraentes para a formação do contingente

⁸⁴ Dissolve o Corpo Militar de Polícia. Coleção de Leis Estaduais (1891 p. 222-223). Acervo do Arquivo Público do Pará.

⁸⁵ Converte o Corpo de Polícia em Corpo Provisório de Linha. Coleções de Leis (1890, p. 1). Disponível no Arquivo Público do Estado do Pará.

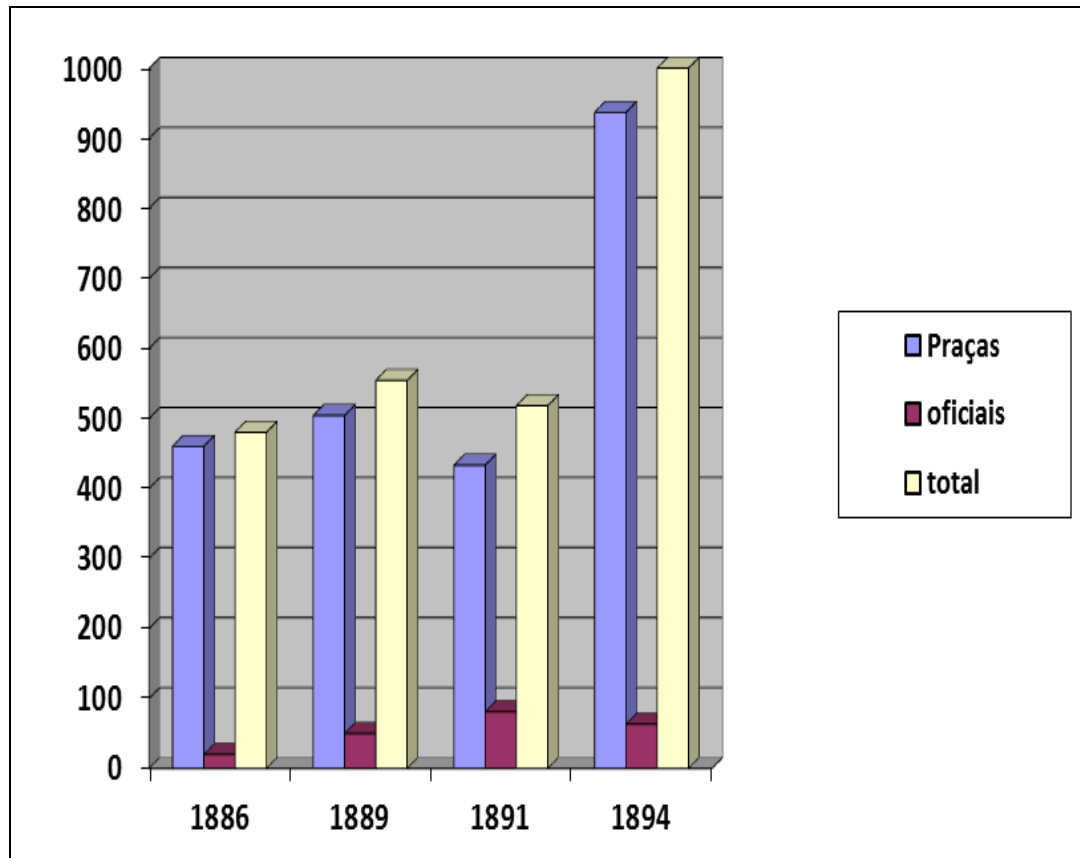
⁸⁶ Cf. Regimento do Corpo Militar de Polícia. Coleções de Leis (1890, p. 103- 142). Disponível no Arquivo Público do Estado do Pará.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ Idem.

policial, aumentando o número de interessados em ingressar na referida instituição e servir como agente de segurança pública.

Figura 3 - Gráfico do número de praças e oficiais da Polícia do Pará⁸⁹.



Como podemos observar no gráfico (Figura 3), há um aumento no número de praças que ingressaram na Corporação, sendo o Período Republicano o de maior crescimento, mantendo o de oficiais praticamente na mesma quantidade. O número reduzido de oficiais pode ser explicado pelo fato de que eram pessoas de confiança do Presidente da Província (no Império) ou do Governador (na República).

Outro fato que contribuiu para que o número de oficiais se mantivesse constante era que os membros do Estado Maior deveriam obrigatoriamente pertencer ao Exército, prática já existente no Império e outorgada na República, sendo o comandante Major Fiscal, e outros oficiais do Estado Maior do Exército Brasileiro, além de outros cargos oficiais ocupados por

⁸⁹ Gráfico baseado nos Regimentos da Polícia do Pará dos anos de 1886, 1890, 1891 e 1894. Coleção de Legislações Estaduais do Arquivo Público do Estado Pará.

Sargentos do Corpo de Infantaria e, caso não houvesse oficiais disponíveis na polícia, era indicado um oficial do Exército⁹⁰.

Como exposto anteriormente, a Polícia era uma peça fundamental nas disputas políticas, e manter o controle da instituição e dos seus membros era imprescindível para assegurar o poder das elites políticas. Richard Graham (1997) afirma que ao assumir o controle político, os grupos precisavam criar uma rede de clientelismo com os membros do Corpo Policial, como o suporte para garantir a permanência no poder. No Pará, além de se envolver nas disputas políticas, esta corporação ainda tinha problemas internos que ameaçavam a sua imagem, visto que o alistamento dos praças não significa o abandono do seu modo de vida, e mantinham as atitudes e relações pessoais anteriores ao ingresso na Caserna.

Os jornais de Belém denunciavam frequentemente a participação de soldados da Polícia em bebedeiras e tumultos. Apesar de os oficiais tentarem impor uma conduta dentro da lei e da ordem, os mecanismos de ingresso ainda não permitiam uma melhora significativa, visto que o alistamento geralmente estava associado à relação com um padrinho político.

Cabralzinho conseguiu estabelecer uma sólida relação com os praças do Corpo Militar de Polícia no alvorecer da República, de tal forma que consegue o apoio de grande parte dos militares durante a revolta ocorrida em Belém, no dia 11 de junho de 1891, fato que provocou uma crise na corporação e transformou a segurança pública do Pará nos inícios da República. A referência aos mecanismos para o ingresso e permanência no Corpo de Polícia é fundamental para entender como Francisco Xavier da Veiga Cabral conseguiu o apoio dos policiais durante revolta por ele liderada, o que levou a instituição à sua primeira crise republicana, que será retomada no próximo capítulo.

Para encerrar este capítulo Não poderia deixar de citar a Guarda Nacional⁹¹. Isto porque considero que a incorporação de Veiga Cabral aos quadros da Guarda Nacional um marco importante na sua vida política e na sua atuação à frente de grupos armados. Este fato permitiu-lhe construir as bases para ampliar as articulações do Partido Republicano Democrático no interior do estado do Pará.

Na cidade de Monte Alegre, o jornal Monte-Alegrense noticiou: “são nossos hóspedes. Vindo da capital os nossos distintos amigos Guilherme de Siqueira Rodrigues e sua exm.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ A Guarda Nacional foi uma força armada criada durante o Império, dia 18 de abril de 1831, onde o ingresso se dava através da renda, sendo o postulante obrigado a comprovar a existência de um vencimento compatível ao cargo na referida organização.

Família, e o Sr. alferes Francisco Xavier da Veiga Cabral.”⁹² Esta viagem como membro da Guarda Nacional permitiu a Cabralzinho construir fortes relações com grupos políticos do interior do Pará, fornecendo um capital político bastante explorado durante a sua militância no PRD nos primeiros anos da República.

Em 18 de junho de 1884, Francisco Xavier da Veiga Cabral recebeu o título de alferes da Guarda Nacional, do 1º Batalhão de Infantaria da 3ª Companhia⁹³. Esta função contribuiu para o seu amadurecimento na política local e, mais uma vez, ele fez uso do cargo para o favorecimento nas disputas eleitorais. Porém, o elemento de maior destaque entre os militares e as disputas partidárias foi a Polícia, que esteve envolvida em inúmeros conflitos políticos.

Como vimos anteriormente, o Corpo Policial atuava diretamente no cenário político, sendo fundamental criar uma relação favorável com esses agentes, visando garantir vitórias nos pleitos. Cabralzinho teve a sua imagem diretamente envolvida nessas disputas, sendo considerado pelos seus aliados como um cidadão exemplar e homem que sempre lutava pelos seus ideais, porém, para os seus opositores era um homem violento e líder de capangas. Essa celeuma em relação à imagem de Veiga Cabral será retomada no terceiro capítulo.

⁹² O Monte-Alegrense, de 20 de maio de 1887. Disponível na biblioteca pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

⁹³ O Liberal do Pará, nº 138, de 18/06/1884. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

CAPÍTULO 2 - UM LIBERAL-DEMOCRATA: VEIGA CABRAL E SUA ATUAÇÃO PARTIDÁRIA

A entrada de Francisco Xavier da Veiga Cabral no círculo político-partidário do Pará aconteceu muito antes do seu alistamento eleitoral. Ele nasceu em uma família de políticos, e desde a década de 1860 acompanhou a vida política de seu pai, Rodrigo da Veiga Cabral, eleito vereador de Belém em 1868, e a partir de então sempre atuou como vereador ou suplente.

O pai de Cabralzinho militou no Partido Liberal durante a década de 1870, como membro do diretório e de várias comissões do PL, sendo nome constante nos pleitos eleitorais na segunda metade do século XIX. Durante a pesquisa não encontrei fontes que tratassem diretamente sobre a opção do seu filho, Francisco Xavier Veiga Cabral, pelo Partido Liberal. Contudo, a documentação me permite inferir que a escolha partiu da sua vivência com a atuação do seu pai, que faleceu um pouco antes de Veiga Cabral proceder ao alistamento eleitoral.

Veiga Cabral esteve próximo ao círculo político no período em que o seu pai de atuou como membro da Câmara de Vereadores de Belém, o que lhe possibilitou acompanhar as experiências do seu pai na cena político-partidária da cidade, observando de perto os jogos políticos. Esse convívio o levou a entrar na vida político-partidária ainda bem jovem, com 23 anos de idade. O seu ingresso inicialmente foi contestado pelos membros do Partido Conservador, que questionavam os seus rendimentos, pois entendiam que Cabralzinho não estava apto para proceder ao seu alistamento.

A contestação dos conservadores tinha por base a Lei Eleitoral n. 3.029, de 9 de janeiro de 1881, que adotou o princípio do censo alto para considerar quem estava apto a votar naquele momento. A Lei Saraiva, como ficou conhecido este dispositivo que regulamentava o processo eleitoral no final do Império, estipulava que só poderiam votar os indivíduos que possuíssem uma renda anual mínima não inferior a 200\$000 (duzentos mil-réis). Todos os interessados em efetivar o alistamento, deveriam comprovar esta renda anual.

A alegação dos conservadores foi questionada por Cabralzinho, que em pouco tempo conseguiu provar que preenchia os requisitos necessários para ser eleitor e ingressar nos quadros do Partido Liberal, uma vez que seus rendimentos eram mais do que suficientes para a sua aprovação pela Junta Eleitoral.

2.1 - O PARTIDO LIBERAL

O Partido Liberal foi criado no final do Império, em 1831, tendo como bandeira o regime constitucional representativo: “tem por objetivo a realidade e desenvolvimento do elemento democrático da Constituição; e a maior amplitude e garantia das liberdades individuais e políticas” (CHACON, 1895, p. 215). Com propostas de caráter constitucionalista, defendendo que o “Rei reina, mas não governa”, que o PL desenvolveu suas ações no Brasil, na segunda metade do século XIX.

No ano de 1884, na cidade de Belém, Veiga Cabral procurou uma junta de delegados do Partido Liberal do Pará, localizada no Distrito Eleitoral de Sant’Anna, com o objetivo de proceder ao seu alistamento, sob a responsabilidade do doutor José de Araújo Roso Danin, que ao analisar o pedido, autorizou o alistamento eleitoral de Cabralzinho⁹⁴, mas este ainda precisou ser aprovado pela Junta Eleitoral.

O pedido de alistamento de Veiga Cabral foi aceito rapidamente; e no dia 1º de novembro de 1884 o seu nome foi apresentado entre os cidadãos que tiveram o alistamento aprovado⁹⁵. Neste momento, o jovem Cabralzinho, aos vinte três anos de idade, começava a dar os primeiros passos na atuação político-partidária, o que não significa que não tivesse uma atuação anterior, pois seu nome era citado em eventos anteriores ao seu alistamento, no entanto, sem vinculação formal a um partido político.

Por ser de uma família tradicional no cenário político, pois seu pai era um homem público na capital da Província do Pará, como antes citado, os caminhos de Cabralzinho tinham conexões anteriores com este ambiente, permitindo-lhe observar as disputas entre os liberais e os conservadores, proporcionando ao jovem de personalidade forte a oportunidade de participar dos conflitos eleitorais, sendo diversas vezes acusado de utilizar a força e a violência. Não raro, encontrei o seu nome associado aos tumultos durante os pleitos eleitorais na cidade, no período que vai de 1884 a 1905, ano da sua morte (FARIAS, 2005, p. 97).

Logo de início, Veiga Cabral buscou o seu lugar no partido, destacando-se como uns dos responsáveis pelas medidas que envolviam o uso da força, prática recorrente quando falhavam as tentativas de negociação. A utilização de grupos armados na política regional foi frequente. Algumas ações renderam-lhe uma série de problemas com o Corpo Militar de Polícia, conforme demonstrado no capítulo anterior, levando Veiga Cabral a ser duramente acusado de agitador, e em alguns momentos a sua imagem foi associada à criminalidade, à capoeiragem e a grupos de capangas.

⁹⁴ Jornal O Liberal do Pará, n. 252, de 01/11/1884. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>.

⁹⁵ Idem.

Neste caso, observei que a sua proximidade com os grupos de capangas ocorreu de forma intensa durante a sua vida pública, porém a sua atuação no campo político não se limitou ao uso da força ou à liderança de indivíduos conhecidos por capangas eleitorais. Cabral esteve envolvido nos diretórios dos partidos políticos e ainda no período imperial, assumiu a responsabilidade de alistar os eleitores do Segundo Distrito da capital do Pará.

[...] acham-se encarregados do alistamento eleitoral do segundo distrito, desta capital, na próxima revisão, os nossos correligionários abaixo mencionados, os quais ficam a disposição dos aptos das ideias liberais, que estejam nas condições de alistar-se:

Francisco Xavier da Veiga Cabral – Mercearia Pagão, à Travessa das Mercês. Das 6 da manhã às 9 da noite.

Candido Moura – livro de ouro, Largo das Mercês, das 8 da manhã às 6 da tarde, ou em sua residência, à rua São Vicente, nº 130, das 6 às 9 da noite.

Brito Inglez – largo da Misericórdia, casa do armador Carvalho, das 8 da manhã às 3 horas da tarde, ou em sua casa residência a Travessa da Alalaya, entre as ruas Lenga e D'alforma, das 4 às 9 da noite.⁹⁶

Em 1886, ao se tornar responsável pelo alistamento, juntamente com Cândido Moura e Brito Inglez, Cabral passou a desempenhar um novo papel no PL. Todavia, não abriu mão das suas funções anteriores. Agora era responsável tanto por alistar os eleitores liberais como também organizar e comandar um grupo de homens armados, circulando em vários ambientes ligados à vida política de Belém. Participou ainda como o articulador dos diretórios liberais e representou o PL na região de Sant'Anna, em Belém, sendo esta participação intensificada durante os primeiros anos da República, passando a desenvolver as mesmas funções no então Partido Republicano Democrático.

Em pouco tempo Cabralzinho já era delegado do Partido Liberal, e durante os anos de 1885 a 1889 até a Proclamação da República, a 15 de novembro de 1889, e no Pará a 16 de novembro, ficou responsável pelo alistamento dos eleitores liberais que participavam do processo eleitoral no Segundo Distrito da capital paraense. Além desta função, a sua militância foi diversificada.

Com o seu amadurecimento político ao longo do tempo, Veiga Cabral participou de vários grupos do PL, circulando entre as elites políticas do Partido Liberal do Pará, mas também frequentando outros ambientes de articulação política. Entre outras ações, Cabral foi o elo responsável por fazer a ligação entre as elites partidárias e os indivíduos conhecidos como capangas, que geralmente eram associados à prática da capoeiragem. Desta forma, Veiga Cabral assumiu a função de interlocutor entre os dirigentes liberais e os grupos que se

⁹⁶ Jornal O Liberal do Pará, n. 194, de 28/08/1886. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

utilizavam da violência, expedientes que, não raro, eram adotados pelos grupos políticos nacionais e regionais, como citado anteriormente.

Contudo, é importante destacar que as disputas políticas nem sempre foram resolvidas através dos grupos armados. Em alguns momentos os representantes dos políticos utilizaram outros recursos na tentativa de mudar o resultado das eleições. Como exemplo, encontramos referências à ação de Veiga Cabral recorrendo à justiça eleitoral para anular a eleição para a Câmara de Belém.

[...] eleição municipal – o exm. Sr. Dr. Juiz de direito da 1ª vara civil julgou nula a eleição para vereador deste município procedida em 8 de janeiro ultimo na reclamação interposta pelo eleitor Francisco Xavier da Veiga Cabral proferido este despacho:

“vistos estes autos etc. reclama o cidadão Francisco Xavier da Veiga Cabral, eleitor do município da capital, contra a validade da eleição da câmara municipal de Belém procedida em 8 de janeiro deste ano e a respectiva apuração de 28 do mesmo mês e ano, alegando ter sido feita essa eleição capuração em virtude da apuração geral a que procedeu o dita câmara municipal, em 18 de dezembro de 1886, já anulada por este juízo por sentença de 5 do referido mês de janeiro:

“considerando que sendo anulada por sentença deste juízo de 5 de janeiro ultimo a apuração geral feita pela câmara municipal da capital em 18 de dezembro do ano passado, na qual foi excluído de vereador o barão da Matta Bacelar, nulos são todos os atos que dessa apuração decorrem;

Considerando que a eleição de 8 e apuração de 28 de janeiro ultimo foram feitas em consequência da referida apuração geral: julgo nulas não só a eleição para um vereador procedida em 8, como também a respectiva apuração geral que teve lugar em 28 de janeiro deste ano, ficando sem vigor o diploma expedido ao major Jose Joaquim Pimenta de Magalhães. Recorro deste meu despacho para o egregio tribunal da relação para o qual escrivão fará subir os autos no prazo legal.

Publique-se e intime-se. Custas na forma da lei. Belém 12 de fevereiro de 1887.

José de Araújo Roso Danin.⁹⁷

O despacho transcrito acima demonstra o uso de mecanismos jurídicos para tentar ganhar as eleições. No século XIX, em muitas ocasiões os partidos políticos se utilizaram dos dispositivos legais para tentar garantir vitórias eleitorais. Naquele momento, Veiga Cabral destacou-se pelo papel importante nos embates políticos do Pará, pois durante muito tempo foi visto apenas como capanga e líder de grupos armados, porém, a partir deste caso, revelou-se maduro e capaz de recorrer aos dispositivos legais quando necessário.

É inegável que ele circulou nos dois universos, e fez isto quase que simultaneamente, pois, no mesmo período em que entrou na justiça para tentar anular as eleições para vereador da

⁹⁷ Jornal O Liberal do Pará, de 15/02/1887. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

Câmara de Belém, também invadiu a zona de votação na tentativa de quebrar a urna para evitar que alguns retardatários depositassem os seus votos. Neste caso, o caminho foi invertido, pois, segundo jornal *A Constituição*⁹⁸, Veiga Cabral, não tendo êxito na tentativa de impedir os eleitores de votar, recorreu à justiça, conforme planejado pelos líderes do Partido Liberal.

A sua postura enquanto intermediário, homem que circulavam em vários ambientes, e em todos desenvolveu relações de amizade e companheirismo, revela um articulador político que inicialmente participou da organização dos liberais, estruturando relações e conduzindo os capangas nos conflitos políticos no Pará. Este processo de rápida adaptação dentro do grupo liberal pode ter sido facilitado pelo fato de seu pai ter militado durante muito tempo no Partido Liberal.

2.2 - O DEMOCRATA

Na República, Veiga Cabral assumiu o mesmo papel que já vinha desempenhando no Partido Liberal, todavia a sua atuação no Partido Republicano Democrata foi ampliada, passando a desempenhar um papel relevante na organização da oposição, sendo um dos principais articuladores do novo partido no interior do estado do Pará.

Cabral ficou responsável por viajar pelos municípios do interior do Pará, principalmente na região nordeste do estado, visando consolidar as bases para o PRD. Nesta tarefa, nunca esteve sozinho, pois viajava sempre acompanhado por outros democratas. Sua comitiva contou com a presença do médico José Agostinho Reis, que sempre se destacou por ser um excelente orador. A necessidade da companhia de correligionários devia-se ao fato de Veiga Cabral nunca ter se sobressaído como orador, sendo fundamental a presença de políticos eloquentes no grupo.

A comitiva contou ainda com a presença de alguns capoeiras conhecidos em Belém, como Malaquias e Coutinho. A assistência desses indivíduos indica que o processo de conquista de aliados para o Partido Democrático no interior do Pará não foi fácil, e por vezes gerou conflitos com os republicanos históricos. Esses embates geralmente iam parar nas páginas dos jornais.

Como exemplo, o jornal “*A República*” divulgou uma série de denúncias apontando que os democratas vinham falsificando a lista de pessoas que estavam sendo utilizadas pela

⁹⁸ Jornal *A Constituição*, de 12/08/1886. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

oposição na tentativa de manipular o processo eleitoral. Os conflitos foram frequentes neste período de transição, sendo recorrente o uso dos jornais – “o uso da violência segue o ritmo dos embates na imprensa” (FARIAS, 2005, p. 97).

Era possível observar uma divisão de tarefas entre os membros da comitiva, e Veiga Cabral era responsável por iniciar e encerrar as reuniões, sendo função de José Agostinho Reis os discursos e as palestras, assim como a apresentação do programa do novo partido, que era feita com grande sucesso e entusiasmo⁹⁹. No alvorecer da República, Veiga Cabral começou a tomar algumas decisões no Partido Democrático, tendo um destaque maior na organização partidária, consolidando, com isto, a sua atuação orgânica e o seu poder de articulação, como já citado. A facilidade de acesso e circulação em vários ambientes permitiu a Cabralzinho consolidar uma ampla rede de aliados.

Esta rede foi um ponto a favor da sua intelectualidade orgânica¹⁰⁰ e contribuiu na sua vida pública. É bem verdade que este período não foi duradouro, sendo interrompido com a Revolta de 11 de Junho de 1891. Este evento levou Francisco Xavier da Veiga Cabral a fugir da cidade e abandonar a vida política por um breve período, sendo retomada em 1896, quando retornou a Belém, agora na condição de “herói nacional”.

Os partidos políticos sofreram algumas modificações com a mudança do regime político em 1889. Os partidos republicanos que eram de caráter nacional passaram a ser de caráter essencialmente regional, e aos poucos foram substituídos pela política dos coronéis, que marcou o cenário político na Primeira República. As oligarquias locais decidiam os rumos da política regional e nacional. Estas características enfraqueceram as instituições partidárias durante a Primeira República e fortaleceram o papel dos grandes representantes da política local.

Alguns grupos políticos ainda tentaram criar partidos nacionais. Em 1893, um grupo de políticos criou o Partido Republicano Federal (PRF), liderado por três figuras importantes da política paulista: Francisco Glicério, Campos Sales e Bernardino de Campos. Esta iniciativa não alcançou o objetivo desejado, e o PRF acabou tendo uma vida curta (HOLLANDA, 2009, p. 196). Em 1898, a ideia de criar um partido nacional foi retomada no Pará, sob a liderança de Lauro Sodré e Francisco Xavier da Veiga Cabral, chegando a conquistar alguns adeptos, mas não conseguiu chegar ao poder no Pará. Durante o período em

⁹⁹ Jornal O Democrata, n. 9, de 12/ 01/1890. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

¹⁰⁰ Na concepção gramsciana, Intelectual orgânico, em síntese, é o intelectual que participa, que age, que ajuda na formulação de uma nova hegemonia ou se engaja na manutenção da hegemonia existente. De um lado e de outro, a organicidade vem do comprometimento, da participação, da formulação de ideias que ajudem na ação política, seja ela hegemônica ou contra-hegemônica.

que atuou no partido, Cabralzinho ocupou cargos importantes, chegando a ser presidente do PRF no ano de 1900.

A historiografia brasileira não contempla muitos estudos voltados à compreensão da formação dos partidos¹⁰¹ políticos no Brasil durante a segunda metade do século XIX. Entre os historiadores, ainda são poucas as fontes acerca desta temática, neste recorte temporal. Na sua maioria, os estudos são voltados ao período mais recente, tendo como foco o processo de redemocratização brasileira a partir de 1985.

Um dos trabalhos sobre o tema consiste no livro: “A Construção da Ordem ou Teatro de Sombras”, de José Murilo de Carvalho (2003), no qual é possível encontrar um capítulo dedicado ao estudo dos partidos Liberal e Conservador. Contudo, a maioria dos trabalhos que abordam os partidos políticos no Brasil encontra-se na área da ciência política. No trabalho de Carvalho (2003, p. 391-417) observa-se um avanço no debate sobre a formação dos partidos imperiais, entre outros frutos das novas possibilidades da pesquisa historiográfica, que vêm confrontando as análises tradicionais sobre as disputas político-partidárias.

Segundo a historiografia tradicional, os partidos imperiais estavam divididos em dois grupos: o Liberal (PL), que representava as camadas urbanas; e o Conservador (PC), representativo das camadas rurais. Carvalho (2003) apresenta um novo cenário para a formação desses partidos e, com base em dados e levantamentos dos membros de cada partido imperial, demonstrou a existência de uma camada rural e uma urbana, ambas vinculadas tanto aos partidos liberais quanto aos conservadores.

Na segunda metade do século XIX, o PL e o PC foram os dois principais partidos políticos no Brasil, e monopolizaram o poder durante boa parte do reinado de Dom Pedro II. Porém não foram os únicos partidos existentes no país nesse período. Em 1870, um grupo com orientação republicana lançou um manifesto defendendo a mudança do sistema político brasileiro, e a partir desse momento buscou participar da vida política nacional. Para isto, criou o Partido Republicano, que não conseguiu muito sucesso nos anos iniciais, mas criou as bases para a chegada da República no ano de 1889.

Os liberais, de postura menos tradicional, buscavam transformações na política nacional, mas, em geral, não conseguiam chegar a um acordo, e as mudanças acabaram sendo conduzidas pelos conservadores, que mesmo avessos às grandes mudanças estruturais, quando

¹⁰¹ Segundo dicionário de política, o partido é a união de uma associação que visa um fim deliberado, sejam eles objetivos materiais, ideais, pessoais ou coletivos. Esta definição evidencia o caráter associativo dos partidos e a sua orientação em busca do poder político. BOBBIO, Norbert, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. Brasília: editora Universitária de Brasília, 13 Ed, 2007, 2008. Vol. 2. P. 898 – 904.

se viam pressionados, tomavam à frente e introduziam as mudanças, mas de forma controlada e com cuidado para não perder o controle da situação.

Estes dois partidos – Liberal e Conservador –, praticamente tiveram o monopólio do poder durante todo o reinado de Dom Pedro II. Apesar das intensas disputas entre liberais e conservadores no segundo reinado, o fiel da balança era a vontade do monarca, que exercia um poder moderador e promovia as mudanças propostas pelos grupos políticos de acordo com a sua conveniência.

Esta situação pode ser observada em todo o país, e o poder moderador de Dom Pedro II garantia o controle da política brasileira. Nas Províncias, a mão do Imperador também era sentida, pois ele nomeava os presidentes, e enviava os seus indicados para todo o Brasil, sendo que a maioria vinha de regiões distantes das que governavam. Este processo tinha por objetivo evitar a construção de uma base política sólida no âmbito local, impedindo as alianças duradoras entre os Presidentes das províncias e as elites regionais, o que poderia levar ao fortalecimento do poder desses grupos políticos. Porém, as alianças sempre se estabeleciam, mas de forma temporária, visto que o governo provincial era por um curto período. Sendo estes homens geralmente transferidos para outras regiões do país.

Apesar disso, a busca por alianças foi muito frequente. As lideranças dos partidos políticos estabeleciam alianças pelo interior das Províncias, devido ao interesse dos representantes locais de serem apadrinhados por políticos de renome, como um sinal de *status* nas suas respectivas localidades. Este processo ocorreu forma centrípeta, e o poder era irradiado do centro para a periferia. Esta estrutura não impedia os conflitos internos entre grupos locais, que geralmente acionavam os seus mecanismos de força, como os capangas e o Corpo Militar de Polícia, na tentativa de ganhar eleições e manter a ordem.

Em trabalho recente, Surama Conde Sá Pinto (2011) analisa a cena política na cidade do Rio de Janeiro, quando ainda era a capital federal, segundo o recorte temporal desta pesquisa – no final do século XIX e início do XX – e observou que o processo político no Brasil foi constituído em uma estrutura fechada, que permitia somente o ingresso de cidadãos iniciados na política, e caracterizado pela permanência desses políticos no poder.

Esta situação pode ser visualizada no Pará, no período de grandes transformações no cenário político, que durou apenas sete anos – de 1889 a 1897. Porém, a dimensão dessas mudanças deve ser relativizada, visto que inúmeros políticos oriundos da Monarquia tiveram forte atuação na política regional nos primeiros anos da República.

É preciso considerar, ainda, que muitos políticos abandonaram a vida pública, e paulatinamente caíram no ostracismo. Um dos exemplos desta conduta foi o cónego Siqueira Mendes, que outrora foi uns dos mais importantes políticos do Pará, e cujo poder foi reduzido de forma considerável no apagar do Império. A Proclamação da República foi o último golpe sofrido por este velho político, que não conseguiu retomar os tempos áureos da sua atuação.

A atuação de Francisco Xavier da Veiga Cabral no Partido Liberal e posteriormente no PRD, revela as estruturas constituídas por esses grupos, e como Cabral se posicionou diante do jogo político no Pará no alvorecer da República. Cabralzinho iniciou a sua vida político-partidária no início da década de 1880, num contexto de ebulição em todo o Brasil, quando ocorreram grandes transformações no cenário político nacional. O fortalecimento dos movimentos abolicionistas pelo fim da escravidão foi um marco naquele contexto e, simultaneamente a este, eclodiu um movimento liderado por jovens militares inconformados com os rumos da política nacional, e questionavam a estrutura política no Brasil.

Neste cenário de mudanças e tensões internas que o jovem Veiga Cabral deu os primeiros passos na vida política. Sua vivência neste contexto de grandes transformações contribuiu para o seu amadurecimento, criando oportunidades para que a sua militância no PL, PRD e PRF fosse cada vez mais intensa e destacada, desempenhando papéis importantes na articulação desses partidos em Belém e no interior do Pará.

2.3 - ATUAÇÃO POLÍTICA EM BELÉM E PELO INTERIOR DO ESTADO

Com a Proclamação da República, Francisco Xavier da Veiga Cabral assiste o Partido Liberal saindo de cena. Cabralzinho atuou de forma decisiva na organização deste partido, e passou a exercer um papel substancial na articulação política. O cenário político foi ampliado no alvorecer da República. Novos atores entram em cena, transformando a vida política nacional e regional. Esta nova fase não excluiu a necessidade de fortalecer os grupos políticos nos grandes centros urbanos, contudo, os grupos passaram a olhar com atenção especial para o interior dos estados, como uma estratégia de redirecionamento político, pela possibilidade de agregar forças aliadas no interior para garantir a manutenção do poder.

Ao criar um novo partido, os democratas passam a articular uma forte oposição aos republicanos históricos que estavam no comando do governo estadual. Para fortalecer o Partido

Republicano Democrático (PRD), foram agendadas várias reuniões visando ampliar a força do partido em Belém, mas sem esquecer as suas bases no interior. Neste sentido, os democratas tentaram a todo custo construir e fortalecer as alianças na capital e no interior paraense.

No dia 11 de janeiro de 1890, a menos de dois meses da Proclamação da República no Pará, a convite de Francisco Xavier da Veiga Cabral, o líder do PRD participou de uma reunião na Ilha das Onças¹⁰² para debater sobre o partido recém-criado. Nesta ocasião, puderam contar com a presença de 420 pessoas aptas a integrar o novo partido¹⁰³. Veiga Cabral participou como articulador desta reunião, pois tinha uma posição importante no diretório, e estava assumindo um papel de liderança no PRD.

A referida reunião foi considerada uma estratégia de sucesso para o fortalecimento do Partido Republicano Democrático junto à sociedade paraense, mostrando que em pouco tempo os democratas poderiam retomar poder¹⁰⁴, fazendo frente ao Partido Republicano Paraense. Após a reunião, houve a adesão de grande parte dos presentes, e o antigo Partido Liberal deu lugar ao Partido Republicano Democrático do Pará. A mudança do nome não alterou as bases do partido, mantendo-se um programa semelhante ao anterior. Os democratas pretendiam participar do novo regime político sem grandes alterações, o que foi observado na comparação entre os programas dos dois partidos.

Dando continuidade ao processo de organização do Partido Republicano Democrático, o grupo agendou outra reunião que ocorreu no dia 15 de janeiro de 1890, na região de Sant'Anna, na Rua de São Vicente, casa 102. Apesar da noite chuvosa, a reunião teria sido muito concorrida pelos interessados em se alistar no novo partido político, visto que o salão da casa ficou lotado de tal forma que não cabia mais nenhuma pessoa¹⁰⁵.

A reunião teve início às dezenove e trinta horas, quando os líderes do Partido Republicano Democrático tomaram assento à cabeceira da mesa para a abertura dos trabalhos: o major José Joaquim de Gama e Silva, o Dr. Américo Marques Santa Rosa e o major Frederico Augusto de Gama e Costa¹⁰⁶. No primeiro discurso, José Joaquim da Gama e Silva ressaltou a importância da nova agremiação para a República, que acabava de ser proclamada no Brasil. O major deixou clara a intenção de mostrar aos presentes que o PRD não era um partido de

¹⁰² Localidade que compõe o Complexo de Ilhas no entorno da cidade de Belém.

¹⁰³ Jornal O Democrata, n. 9, de 12/01/1890. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ Jornal O Democrata, n. 13, p. 1-2, de 17/01/1890. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

¹⁰⁶ Idem.

ocasião, mas sim uma instituição que já existia no Império com o nome de Partido Liberal, e que naquele momento estava apenas mudando o seu nome para se adequar aos novos tempos¹⁰⁷.

[...] o senhor doutor Américo Santa Rosa, tomando a palavra, explicou com perfeita narração dos sucessos políticos do Brasil, como se organizara o Partido Republicano Democrático, cujo diretório convidara para aquela reunião os cidadãos do 2º Distrito. A pátria, diz continuando, necessita da coadjuvação de todos os seus filhos e, pois, seria um crime a abstenção nos momentos mais graves da nossa vida política.

O partido Democrata há de ser, como disse o presidente da reunião, um partido popular e, por isso mesmo, forte e grande. Nada há de mais lógico do que serem hoje Democratas republicanos aqueles que em todos os tempos trabalharam, como atesta a história política da Província, pelo triunfo da Democracia, ainda no regime monárquico.

Nos discursos proferidos no ato da criação do PRD, os democratas demonstraram o apoio ao regime republicano, chegando a afirmar que suas ideias sempre foram favoráveis à República. Porém, quando se compara os programas do PL e do PRD, percebe-se nitidamente que as propostas são as mesmas. A postura liberal ficou clara em ambos os programas, tanto no que se refere à ideologia partidária quanto às pessoas envolvidas.

Após a apresentação dos objetivos do “novo” partido, foi discutida a formação de um Diretório para atuar no distrito de Sant’Anna, em Belém. Na ocasião, Francisco Xavier da Veiga Cabral tomou a palavra e propôs que a escolha nos nove membros deste diretório ocorresse por meio do voto direto. A contraposta de Francisco Xavier Pereira da Silva foi que a votação fosse procedida através de aclamação, o que foi aceito pela maioria, ficando assim composto o Diretório de Sant’Anna de Belém, um dos maiores distritos eleitorais da capital do Pará: Dr. Demetrio Bezerra da Rocha Moraes, Alfredo Napoleão da Rocha Pereira, Fortunato da Alves Coelho, Francisco Xavier da Veiga Cabral, Dr. Clemente Felix Soares, João Pires Damasceno, Rubim Jorge de Almeida e Antonio Soares da Silva. Logo após a escolha por aclamação, Américo Santa Rosa saudou os eleitos com grande entusiasmo¹⁰⁸.

[...] o doutor Américo Santa Rosa, no improviso cheio de entusiasmo, saudou os eleitos, os quais ele conhecia, há muito, como devotos batalhadores da causa Democrática. Congratulou-se como todos os cidadãos do 2º Distrito pela escolha, que acabava de fazer, que de acordo com a índole do Partido Democrata, que é o partido do povo, e que só quer realizar de modo pratico e positivo as reformas, que tornam a verdadeira realidade o governo da nação pela nação.¹⁰⁹

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ Jornal O Democrata, n. 13, p. 1-2, de 17/01/1890. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

¹⁰⁹ Idem.

Segundo o jornal O Democrata de 17 de janeiro de 1890, os presentes ficaram satisfeitos com a escolha do diretório, e saudaram os membros recém-eleitos. Nos discursos ficou claro que PRD era favorável ao novo regime de governo, dando o seu apoio à República Federativa do Brasil. Américo Santa Rosa afirmou ainda que a República foi aceita pelo povo brasileiro como o melhor caminho para o país, sendo assim o partido e o seu novo diretório se colocavam à disposição dos republicanos históricos na busca de fortalecer o sistema político implantando no Brasil a 15 de novembro de 1889. Após a apresentação e os discursos acalorados, a reunião terminou com vivas ao Diretório e à República Federativa do Brasil¹¹⁰.

Com a sua entrada no Diretório, Veiga Cabral passa a ter uma atuação na político-partidária diferente do homem que foi dono de jornal, líder de grupos armados e se envolveu em muitos conflitos políticos no Pará no alvorecer da República. Se no final do Império foi o responsável pela ligação entre os grupos envolvidos nos embates eleitorais, neste novo cenário ele ganhou ainda mais importância, ampliando o seu campo de atuação no partido e nos jogos políticos. Agora Cabralzinho estava assumindo um cargo de liderança no PRD.

Ao fazer parte do Diretório da Região de Sant'Anna de Belém, Veiga Cabral passou a atuar na organização dos democratas como referência do PRD em Belém. Quando este Diretório decidiu montar um colégio para a formação de adultos, Cabralzinho assumiu a responsabilidade de manter este colégio funcionando, para isto este gentilmente cedeu um prédio de sua propriedade, para o partido construir a escola¹¹¹.

A construção e manutenção do colégio revelaram a preocupação do PRD, do Diretório de Sant'Anna e de Veiga Cabral com a formação dos adultos que viviam e trabalhavam no distrito. Se antes da República o Partido liberal não tinha preocupação com a formação dos seus eleitores, com o sistema republicano passou a se preocupar tanto com a consolidação das bases políticas na região, mas também com a formação dos adultos da região de Sant'Anna de Belém. A ideia do Diretório de criar um colégio para adultos foi considerada relevante pelos os líderes democratas. O jornal O Democrata de 2 de fevereiro de 1890, afirmou que as lideranças do PRD consideraram que a atitude tomada pelos responsáveis

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ O Democrata, n. 27, de 02/02/1890. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

do distrito eleitoral de Sant'Anna foi louvável e deveria ser seguida pelos outros diretórios¹¹², parabenizando os líderes da ação¹¹³.

Escola Noturna

O diretório do Partido Democrático da Parochia de Santana resolveu manter uma escola primaria noturna para ensino dos adultos daquela parochia, sendo auxiliado por alguns outros correligionários, que para aquele fim espontaneamente contribuem.

Já amanhã será a escola inaugurada na casa n. 102 da rua do são Vicente, gratuitamente cedida pelo nosso dedicado amigo Veiga Cabral.

A iniciativa dos esforçados membros do diretório democrático de Santana é digna de ser imitada pelos diretórios das outras parochias.

Ela traduz a alta compreensão do patriotismo e do verdadeiro interesse pelo povo, cuja primeira necessidade é a instrução.

Nosso parabéns aos distintos membros do diretório de Santana.»¹¹⁴

Veiga Cabral assumiu ainda a função de Delegado do PRD, sendo responsável por noticiar e organizar as atividades necessárias à presença do partido, que iam desde organizar uma missa em intenção de um membro do partido, até ficar responsável pelo alistamento de todos os interessados em ingressar no PRD¹¹⁵.

Para realizar a atividade de alistamento eleitoral, Francisco Xavier da Veiga Cabral também usou a sua residência no largo de Sant'Anna, à rua São Vicente, que também era a sede da escola criada e mantida pelo Partido Republicano Democrático, e o principal ponto de encontro e das atividades do PRD no Segundo Distrito da capital paraense.

A atuação de Francisco Xavier da Veiga Cabral no PRD não se resumiu ao diretório de Sant'Anna de Belém. Ele teve participação ativa na composição de alianças pelo interior e na capital, organizando reuniões e frequentando as festas da agremiação, que tinham por objetivo construir e fortalecer os laços do partido com membros da sociedade. No dia 15 de julho 1890, o presidente do PRD, Vicente Chermont de Miranda, organizou uma recepção para homenagear o magistrado Luis Duarte da Silva, na qual estiveram presentes os principais líderes democratas.

A festa era restrita, e contou com a participação do major Frederico da Gama Costa, Liberato Costa, Luiz Bahia, Demetrio Bezerra, Américo Santa Rosa, Francisco Xavier da Veiga Cabral, entre outros. Foram convidados somente os membros mais importantes do

¹¹² Idem.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ O Democrata, n. 102, de 08/05/1890; n.103, de 09/05/1890; n. 104, 10/05/1890; n. 105, de 11/05/1890. Disponíveis na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

partido, como noticiado em *O Democrata* (n. 156, de 16/07/1890). Este fato revela que Veiga Cabral pertencia à elite do PRD e participava das atividades mais importantes, desde as reuniões até os eventos sociais promovidos pelo partido. A vivência político-partidária de Veiga Cabral foi um processo de amadurecimento crescente, cujo aprendizado deriva da experiência em várias frentes nos partidos políticos em que militou.

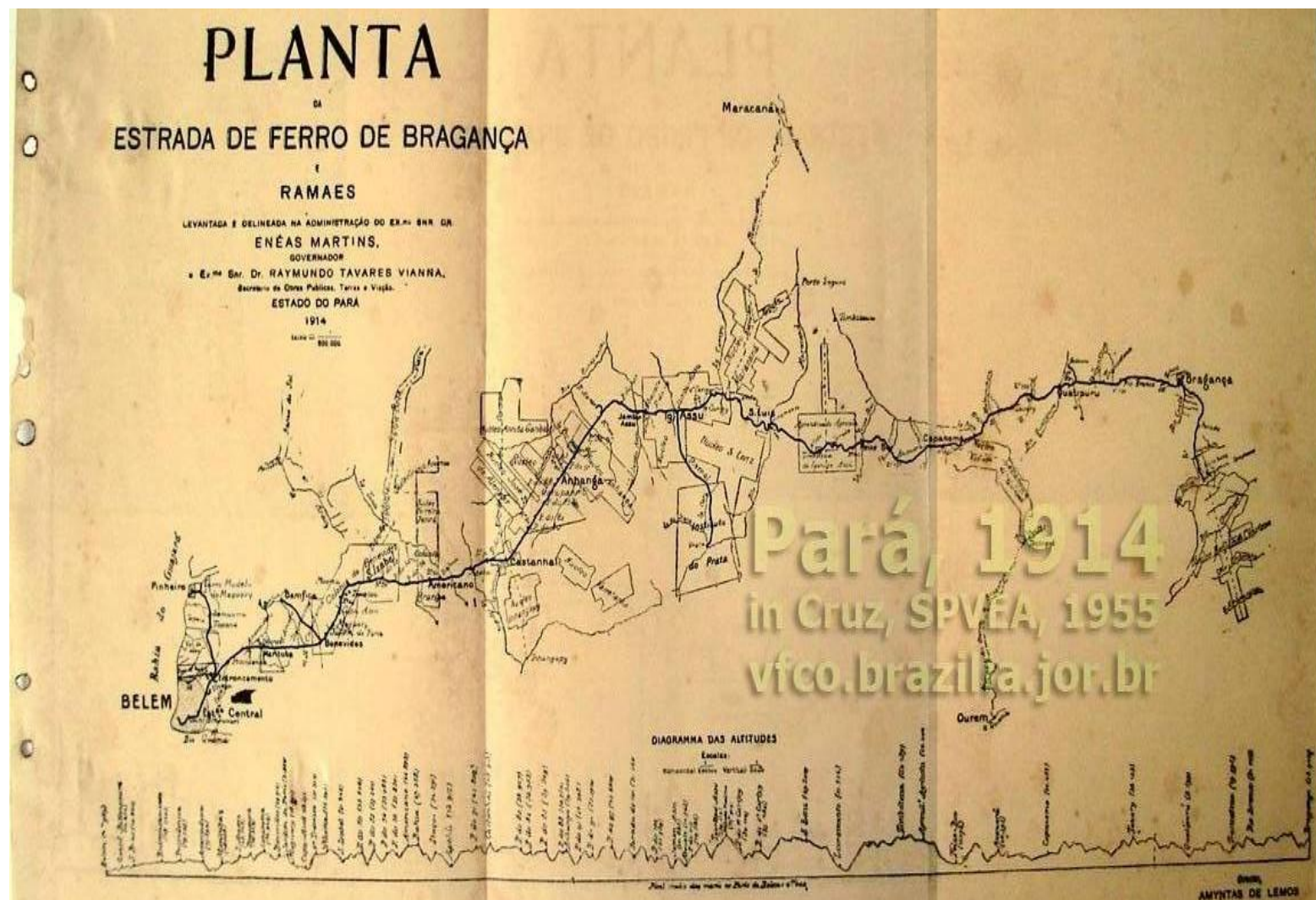
Em 16 de março de 1890, o recém-criado Partido Republicano Democrático iniciou uma série de viagens pelo interior do Pará, com o intuito de formar diretórios nas vilas e cidades visitadas. Nesta busca por novos aliados, o PRD reuniu alguns membros do diretório de Belém, destacando-se a atuação de Veiga Cabral e de Agostinho Reis.

Francisco Xavier da Veiga Cabral desempenhava um papel importante no diretório da região de Sant'Anna, por isso foi um dos membros enviados para as localidades próximas a Belém. Inicialmente, a atuação do grupo ficou centrada nas localidades próximas à estrada de ferro que ligava Belém à cidade de Bragança, e o motivo da escolha foi a popularidade de Veiga Cabral naquela região (Figuras 4 e 5). O grupo partiu inicialmente para a colônia de Benevides¹¹⁶, depois estendeu as visitas às localidades situadas ao longo da estrada de ferro Belém-Bragança, chegando até a região do salgado paraense¹¹⁷, onde teve uma forte atuação, conseguindo fazer o alistamento de novos membros para o Partido Republicano Democrático.

¹¹⁶ Segundo informação retirada do site da prefeitura de Benevides: sua formação data de 13 de junho de 1875, com a criação da Colônia de Benevides, com a finalidade de colonizar a então Zona Bragantina, criando núcleos agrícolas, tendo sido o primeiro núcleo colonial da antiga Estrada de Ferro de Bragança, extinta no ano 1964 por determinação do Governo Federal. Esta estrada de Ferro teve grande influência para Benevides. A primeira parte ligava Benevides à capital do Estado, num total de 29 km inaugurada no dia 09 de novembro de 1884. <http://www.guiadopara.com.br/benevides/>. Confira também os trabalhos: LACERDA, Franciane gama. Migração cearense no Pará face da sobrevivência (1889/1916). Belém: editora açai, 2010.

¹¹⁷ Denominação dada à região que compreende o litoral do estado do Pará.

Figura 4 - Planta da Estrada de Ferro Belém-Bragança no ano de 1914.



Fonte: Reproduzido de SPEVEA, 1955. Disponível em: <vfc0.brazil.jor.br>

Veiga Cabral e Bruno Bittencourt partiram no trem, chegando à localidade de Benevides no sábado, para a reunião com os moradores no dia seguinte. No domingo, às 9 horas da manhã, chegou o Dr. Reis, acompanhado do seu amigo, Dr. Jacome, que estava de passagem pela capital¹¹⁸. Às 10 horas foi iniciada reunião para a formação do diretório na região de Benevides. Segundo O Democrata, Veiga Cabral foi designado para esta viagem por ter formado um grupo naquela localidade. O grupo liderado por Cabral obteve sucesso na reunião, que contou com a participação de um grande número de moradores – homens do povo, principalmente lavradores, que após a apresentação do programa do partido pelo Dr. Reis, aderiram com entusiasmo, segundo o mesmo jornal¹¹⁹,

Depois da adesão, a mesa passou para composição do diretório do PRD em Benevides. Após o debate entre os presentes, foram apresentados os nomes dos representantes da localidade. Contudo, alguns populares não concordaram, pois os indicados representavam somente a 1ª Travessa de Benevides. Veiga Cabral e outros líderes decidiram escolher um diretório específico para a localidade de Benevides, e propuseram a criação de núcleos nas vilas próximas, como Santa Isabel, Araripe, Itaqui e Apheu, formando outras comissões – o que foi aprovado por unanimidade¹²⁰.

Com o fim dos debates e aprovação da comissão, foram apresentados os novos líderes locais, e escolhidos nove membros para conduzir o núcleo do PRD em Benevides: Francisco José de Oliveira (comerciante), Dominiciano Ferreira Lima Verde (proprietário), João Facundo Bezerra (comerciante), Artur Bernardino Macieira (professor), Benedicto Correia Lima (proprietário), Luiz Francisco D'Andrade (proprietário), Miguel Aureliano de Leonizio (comerciante), João Baptista da Silva (comerciante) e Joaquim Rodrigues Soares (artista). Após o anúncio da comissão, o Dr. Reis saudou os escolhidos e o povo paraense¹²¹.

Apesar da grande maioria dos presentes ser de lavradores, estes não foram representados na comissão do PRD, e o comando em Benevides foi formado por 4 comerciantes, 3 proprietários, 1 professor e 1 artista. Esta composição demonstra que os diretórios dos partidos não eram para todos, sendo destinados a uma elite. A ata de organização do PRD foi assinada por 156 cidadãos de Benevides¹²², e a reunião foi encerrada com aplausos calorosos à República do Brasil e aos membros da recém-criada comissão.

Finalizada a reunião em Benevides, o grupo democrata continuou a sua caminhada pela região, buscando constituir as comissões do PRD nas vilas de Santa Isabel e Apheu, onde

¹¹⁸ O Democrata, n. 64, de 19/03/1890. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ O Democrata, n. 64, de 19/03/1890. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

¹²¹ Idem.

¹²² Idem.

obtiveram o mesmo sucesso e conseguiram compor as comissões, segundo O Democrata. A formação dessas alianças fortaleceu o partido e provocou algumas ações dos republicanos históricos, que se organizaram para visitar essas regiões, logo após os democratas¹²³.

Depois do sucesso em Benevides, Santa Isabel e Apehu, Francisco Xavier da Veiga Cabral e Agostinho Reis continuaram articulando a formação de comissões do PRD em várias localidades ao longo da estrada de ferro Belém-Bragança, para consolidar as bases democráticas em toda a região. A atuação de Cabralzinho e seus aliados pelo interior foi bem sucedida, estabelecendo alianças em toda a região nordeste do Pará.

Porém, se no início esta empreitada foi tranquila, com o passar do tempo as atividades de Veiga Cabral no interior chamaram a atenção dos líderes do PRP, que tentaram impedir o crescimento da oposição no interior. Para isto, o governador organizou uma série de viagens à região onde os democratas estavam atuando, e passou a perseguir os seus inimigos políticos. A partir deste momento, eclodiu uma série de confrontos e tumultos envolvendo os militantes de ambos os partidos.

Um dos episódios que marcaram essas disputas partidárias no interior do Pará ocorreu quando a comitiva liderada por Veiga Cabral e Agostinho Reis retornava a Belém, juntamente com o cônego João Ferreira D'Andrade Muniz. A comitiva vinha pela estrada de ferro de Bragança, às proximidades da vila de Caraparu, do dia 10 de abril de 1890, por volta das 6 horas, quando foi atacada de surpresa por um bando que dominou rapidamente os democratas, que ficaram indefessos e sem poder reagir¹²⁴. O bando não teve êxito na emboscada, visto que o cônego João Ferreira D'Andrade Muniz conseguiu se desvencilhar e gritou por socorro quando os homens estavam prestes a consumir o atentado contra o Dr. Reis, pois rasgaram a sua camisa e apontavam um punhal na sua direção. Mas, com medo de serem descobertos, desistiram da ação e fugiram¹²⁵. O motivo desta tentativa de assassinato teria sido justamente a atuação de José Agostinho dos Reis e de Francisco Xavier da Veiga Cabral nas localidades de Benevides, Santa Isabel e Apehu.

Apesar deste atentado, os democratas continuaram as viagens pela região. Afinal, não seria uma simples tentativa de assassinato frustrada que iria impedir o PRD de Veiga Cabral de consolidar as bases democratas no nordeste paraense. Nestas novas investidas pela região,

¹²³ O Democrata, n. 77, p. 1, de 04/06/1890. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

¹²⁴ O Democrata, n. 84, de 13/04/1890. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

¹²⁵ Idem.

Cabralzinho contou com o apoio de antigos aliados, como Malaquias e o português Coutinho, dois capoeiras que trabalhavam com ele desde os tempos do Império.

Segundo o jornal “A República”¹²⁶, Veiga Cabral andava pelo Ver-o-Peso procurando novos aliados para acompanhar o grupo nas viagens para consolidar as bases políticas do PRD. Segundo Augusto Maria Fernandes da Silva, Cabralzinho o convidou para fazer parte da comitiva que iria para a localidade de Santa Isabel. Ele aceitou o convite e seguiu para Santa Isabel na companhia de Francisco Xavier da Veiga Cabral, Dr. Reis, Malaquias e Coutinho. As passagens foram pagas pelo Dr. Chermont de Miranda.

[...] apareceu Francisco Xavier da Veiga Cabral. E disse ao respondente que tendo de acompanhar ao doutor Agostinho dos Reis e doutor Chermont a estrada de Bragança, convidava ao respondente para acompanhá-lo; que o respondente aceitando o convite, trataram que o respondente se apresentasse na estação de Belém, no domingo pela manhã, e com efeito hontem pela manhã comparecendo na dita estação, já la encontrou Veiga Cabral, os doutores Agostinho Reis e Chermont, o moleque Malaquias, o português Coutinho e outros.”¹²⁷

A atuação de Veiga Cabral e do PRD na estrada de Bragança foi muito intensa. A viagem descrita acima foi uma das muitas realizadas pelo grupo de Cabralzinho, que sempre contou com a companhia de Agostinho Reis, e nesta última contou também com a presença do líder do partido, Vicente Chermont de Miranda, que inclusive pagou todas as despesas, segundo Augusto Maria Fernandes da Silva. Este relata que em cada parada, o trem recebia um grande número de partidários de Veiga Cabral, e ao chegarem a Santa Isabel, ficaram hospedados em uma casa e beberam por conta do doutor Chermont¹²⁸.

Apesar desta testemunha relatar que Veiga Cabral possuía muitos amigos na região, sendo recebido com gestos de amizade e companheirismo por onde passava a comitiva do PRD, o jornal A República, de 10 de outubro de 1890, revela que nem sempre a sua presença foi marcada pela tranquilidade, pois em alguns momentos houve conflitos entre os partidários de Veiga Cabral e os aliados do Partido Republicano Paraense. Na localidade de Apehu, em 7 de novembro de 1890, ocorreu o seguinte¹²⁹.

¹²⁶ A República, n. 61, 01/05/1890. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

¹²⁷ A República, n. 61, de 01/05/1890 Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ O Democrata, n. 202, de 10/09/1890; A República, n.165, p. 2, de 10/09/1890. Disponíveis na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

A capital tem estado desde a noite de domingo sobressaltada com o movimento de tropa pelas ruas da cidade, pelos cães e pragas publicas, como se a ordem corresse perigo.

O galopar constante da cavalaria, os toques das cornetas, o rufo dos tambores, a concentração dos batalhões nos quartéis, produziram um pânico indescritível no seio da família paraense.

O escritório d' O Democrata, e as imediações das nossas oficinas mal podiam conter os grupos de populares, que inquietos vinham pedir noticias e oferecer-nos o seu concurso da liberdade dos amigos, que os boatos insistentes faziam crer ameaçados.

Fora causa de todo esse movimento o conflito imprudentemente provocado no Apheu pelos amigos do governador.”¹³⁰

O motivo desta tensão em Belém foi o conflito ocorrido na localidade de Apheu, fruto da atuação de Veiga Cabral na região há algum tempo, juntamente com José Agostinho Reis e outras lideranças do PRD. Para o jornal O Democrata, quando o governador decidiu visitar aquela cidade, não usou de bom senso e correu o risco de provocar um conflito, o que de fato aconteceu, agravado pela grande quantidade de bebida distribuída na ocasião. Diante do conflito, o governador nada fez, nem decretou uma prisão no local. Porém, no retorno a Belém, foi aconselhado por aliados a aproveitar o fato para decretar a prisão de Veiga Cabral.

[...] mas de volta a cidade parece que os radicais cobraram-lhe não ter aproveitado a ocasião de prender o nosso dedicado amigo Francisco Xavier da Veiga Cabral, e então, segundo corre, foram expedidas as ordem para a prisão, fazendo se seguir uma lancha com destino a Capararú, para onde supunham que ele se tinha dirigido.

Deram corpo a estes boatos os piquetes postados nos lugares de desembarque durante o dia e a noite de ante hontem.”¹³¹

“Com que outro fim estava espalhado à força pública no litoral?”¹³². Esta era a pergunta do jornal O Democrata sobre a movimentação das tropas na região do conflito, e a tensão era tanta que acabou envolvendo também a capital do estado. Todo este tumulto era fruto das disputas políticas e da atuação de Veiga Cabral nas localidades próximas a Belém. Segundo o mesmo jornal, Cabralzinho tinha uma grande popularidade, como mostra o trecho a seguir:

Diante desta atitude provocadora do governo a indignação popular custou a conter-se, e a prudência dos nossos chefes pode evitar os excessos a que o poder arrasta a dignidade do cidadão ferida em seu direito pela prepotência.

A ninguém é desconhecida a popularidade do nosso amigo Veiga Cabral, por isso pode-se facilmente avaliar a impressão que produziram os boatos de sua prisão.”¹³³

¹³⁰ O Democrata, n. 202, de 10/09/1890. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

¹³¹ O Democrata, n. 201, de 09/09/1890. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

¹³² O Democrata, n. 202, de 10/09/1890. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

¹³³ Idem.

Francisco Xavier da Veiga Cabral conhecia bem a região do conflito e conseguiu um grande número aliados na área. Este fato era percebido em Belém, onde também possuía muitos aliados. A ação de Cabralzinho pelo interior foi além da extensão da estrada de ferro de Bragança, sendo notada em todas as localidades do salgado paraense.

Com a Proclamação da República, os grupos políticos sentiram a necessidade de dirigir as atenções para o interior dos estados. A política federativa colocou os municípios no centro da cena política, atribuindo grande importância ao apoio dos líderes municipais, também chamados de coronéis, para as vitórias eleitorais. Se até aquele momento o capital político municipal dependia muito das suas alianças com os caciques políticos dos grandes centros urbanos, agora esta relação estava se modificando, apresentando uma via de mão-dupla, e a construção dessas alianças interessava a ambos.

Os grupos políticos do Pará perceberam rapidamente este novo contexto, e em pouco tempo começaram a articular mecanismos para consolidar o seu poder no interior do estado. Como já citado, a atuação de Veiga Cabral e Agostinho Reis foi importantíssima para o fortalecimento desta política pelo Partido Republicano Democrático. Entretanto, Cabral não conseguiu ficar nesta função por muito tempo, tendo a sua atuação interrompida em 1891, por ter a sua prisão decretada, seguida da fuga do estado do Pará.

Veiga Cabral ficou à frente da articulação do PRD por menos de dois anos, mas, apesar do curto espaço de tempo, não diminuiu a relevância do papel que Cabralzinho desempenhou no cenário político do Pará. A conquista de aliados para a formação dos diretórios do Partido Republicano Democrata no interior foi fundamental para ele conseguir organizar a Revolta de 11 de Junho de 1891.

A República criou partidos de caráter regional, seguindo o federalismo implantado no Brasil. Este novo cenário na política paraense não pode ser visto como um fenômeno local, pois, apesar de apresentar suas peculiaridades regionais, é uma expressão do que ocorria no país. Em 1889, havia dois partidos no Pará, que durante os primeiros anos do novo regime buscaram consolidar suas bases pelo interior e disputaram o poder político no estado.

Neste cenário, dois grupos ganharam destaque. De um lado, os republicanos históricos do Partido Republicano Paraense; e de outro, os adesistas do Partido Republicano Democrático. O primeiro grupo contou com o fato de ser organizado por republicanos antes do golpe de 1889, o que lhe permitiu assumir o poder e conduzir a transição para o novo regime.

Esta tarefa foi conduzida com certa dificuldade, mas com êxito no início. Porém, as disputas internas não levaram o partido adiante, e em pouco tempo perdeu força e deixou de existir enquanto legenda partidária. No Pará, a política foi dominada e conduzida por uma

disputa entre dois grupos oligárquicos que ficaram conhecidos por Lauristas¹³⁴ e Lemistas¹³⁵. Mas Retomaremos a discussão sobre estes dois grupos no terceiro capítulo.

Neste cenário de federalismo, as organizações partidárias de caráter nacional não surtiram efeito, sendo frustradas as tentativas de criar um partido de dimensões nacionais, e o motivo foi o fortalecimento das bases municipais ou dos coronéis, como mencionado por uma grande parte da historiografia. É bem verdade que o termo precisa de algumas adequações para o contexto amazônico, afinal, não podemos pensar o coronel nos territórios do Norte como sendo a mesma figura do Nordeste. Porém, mantendo as peculiaridades regionais, podemos encontrar indivíduos que desempenhavam papel análogo ao dos coronéis no resto do Brasil.

2.4 - REVOLTA DE 11 DE JUNHO DE 1891

No Pará, a Proclamação da República ocorreu sem muita resistência pelo governo da Província, e sem manifestações populares contra o novo regime. Para o médico Américo Santa Rosa, “A mudança da forma de governo foi recebida no Pará sem entusiasmo, mas com geral aquiescência, se era limitadíssimo o número de republicanos, não maior o dos monarquistas convictos”¹³⁶. O consentimento da população paraense à República, e a sua implantação sem confrontos produziu um ambiente calmo na cidade nos primeiros dias do Governo Provisório, e o governador Justo Leite Chermont não teve problemas para assumir o controle do estado.

Esta aparente calma não durou muito tempo. Logo após a formação do novo governo, a oposição começou a se organizar e articular movimentos contra os republicanos históricos. Assim, líderes populares surgiram, destacando-se Francisco Xavier da Veiga Cabral, que logo nos primeiros anos da República foi acusado pelos jornais de sair pelo interior do estado instituindo uma oposição armada contra o governo republicano (FARIAS, 2005).

As viagens de Cabralzinho pelo interior do Pará fortaleceram a oposição. Mas, após algum tempo circulavam boatos de que os democratas estavam preparando um golpe para

¹³⁴ Grupo liderado por Lauro Sodré, que disputou o poder político no estado a partir de 1897, ficando durante um longo período longe do poder, só recuperando este domínio em 1912, quando um movimento revoltoso liderado por este grupo expulsou o seu líder do grupo rival da cidade Belém.

¹³⁵ Grupo liderado por Antonio Lemos, que disputou o poder político no estado a partir de 1897, sendo durante muito tempo vitorioso no estado do Pará, só perdendo este domínio em 1912 quando um movimento expulsou o seu líder da cidade.

¹³⁶ Ver a obra: Um Democrata. [Dr. Américo Santa Rosa]. Os sucessos de Junho ou o último motim político do Pará. Belém: Imprensa da Tavares Cardoso e Cia., 1891, p. 5.

depor o governador. Em Belém, surgiram informações de que o PRD estava preparando um grupo armado para impedir a reunião do Congresso Estadual, responsável por votar a Constituição Política do Estado. Conversas desencontradas circulavam entre os membros do governo provisório, e o clima na cidade era tenso. Pouco tempo depois dessas denúncias, ocorreram revoltas contra o governo no interior do Pará. Como exemplo, na região do Capim foi formado um grupo armado, de oposição ao Governo Provisório. Este grupo de democratas do Capim protagonizou um movimento que ficou conhecido por Revolta do Capim.

A participação de populares nas revoltas no período republicano foi discutida por José Murilo de Carvalho (1987) na obra “Os Bestializados”, que abordou a participação popular na construção da República Brasileira. O autor estudou a Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro e o fato de que os movimentos revoltosos das primeiras décadas republicanas não ocorreram somente na capital federal, podendo ser percebidos em outros Estados da Federação, como no Pará, onde tensões e conflitos ocorreram no alvorecer da República (FARIAS, 2005), entre estas a Revolta do Capim e a Revolta de 11 de junho 1891. Este movimento foi fruto do poder de articulação de Cabralzinho, que conseguiu criar um ambiente favorável em Belém, contando com a insatisfação dos praças da Polícia, e liderou esta revolta, que chegou a contar com mais de 400 homens.

Já nos primeiros meses do novo regime houve denúncias de insatisfação no Corpo Provisório de Linha, antigo Corpo Militar de Polícia, contra a política adotada pelo governador Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes, fato que gerou um mal-estar entre o governo e alguns oficiais do Corpo de Polícia (FARIAS, 2005). Entre os insatisfeitos estavam os praças, pois recebiam baixos soldos. Aproveitando-se da sua rede política junto aos praças e do descontentamento desses com o governo, Veiga Cabral conseguiu cooptá-los para participar da revolta: “no meio de tudo isso, sobressaltava os homens sensatos a indisciplina da tropa, com especialidade nos quartéis do Corpo de Polícia e 15º de Infantaria”¹³⁷

Na tarde do dia 10 de junho de 1891, os democratas estavam reunidos na casa do seu líder, Vicente Chermont de Miranda, localizada na estrada de Nazaré, para discutir sobre a votação da Constituição do estado do Pará, que estava marcada para o dia seguinte. Entre os democratas, era consenso que o projeto de constituinte para o estado poderia prejudicar as suas pretensões políticas. Para tornar o clima ainda mais tenso, havia boatos pela cidade de que o Governador Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes tinha acabado de decretar a prisão de Vicente Chermont de Miranda, e que já tinha sido mandado um destacamento para prendê-lo em sua casa. Quando a informação chegou à

¹³⁷ Um Democrata. [Dr. Américo Santa Rosa]. Os sucessos de Junho ou o último motim político do Pará. Belém: Imprensa da Tavares Cardoso e Cia., 1891, p. 2.

casa de Vicente Chermont de Miranda, onde estavam reunidos vários líderes democratas, o clima de tensão aumentou.

Aí propôs o destemido Francisco da Veiga Cabral, que se pedisse o governador, fazendo-se uma imponente manifestação, auxiliada pela tropa, cujo concurso garantia; acrescentando que, com a ajuda da surpresa, o êxito do movimento seria seguro, sem ser preciso derramar uma gota de sangue.¹³⁸

Como a proposta foi rejeitada pela maioria dos presentes, Cabralzinho sentiu-se contrariado, saiu da reunião e foi para casa acompanhado de aliados que tinham a mesma opinião. Ao chegar a casa, iniciou os preparativos do golpe que estava planejando. Após se preparar, pegou um carro e dirigiu-se à residência da sua mãe, tomou-lhe a bênção e foi encontrar os aliados que apoiavam o movimento.

Na noite do dia 10 de junho de 1891, sob o comando de Veiga Cabral, o grupo já contava com um número superior a 100 homens armados, que saíram pelas ruas da cidade em direção ao 15º Batalhão do Corpo de Militar de Polícia, onde conseguiram render o soldado responsável pela sentinela e entraram no prédio, dando vivas aos democratas e à República. Logo que entraram no Batalhão, conseguiram a adesão em massa dos praças, que renderam os oficiais. Pegos de surpresa, superiores do Corpo Militar de Polícia não conseguiram avisar ao governador sobre o corrido, o que aconteceu pouco tempo depois da invasão da caserna. Os amotinados pegaram o armamento da polícia e saíram pelas ruas de Belém. Contando com os praças do Corpo de Polícia que aderiram à revolta, agora o grupo liderado por Veiga Cabral ultrapassava os 400 homens. Após a saída do grupo, os oficiais informaram ao governador Duarte Huet de Bacellar sobre o fato ocorrido.

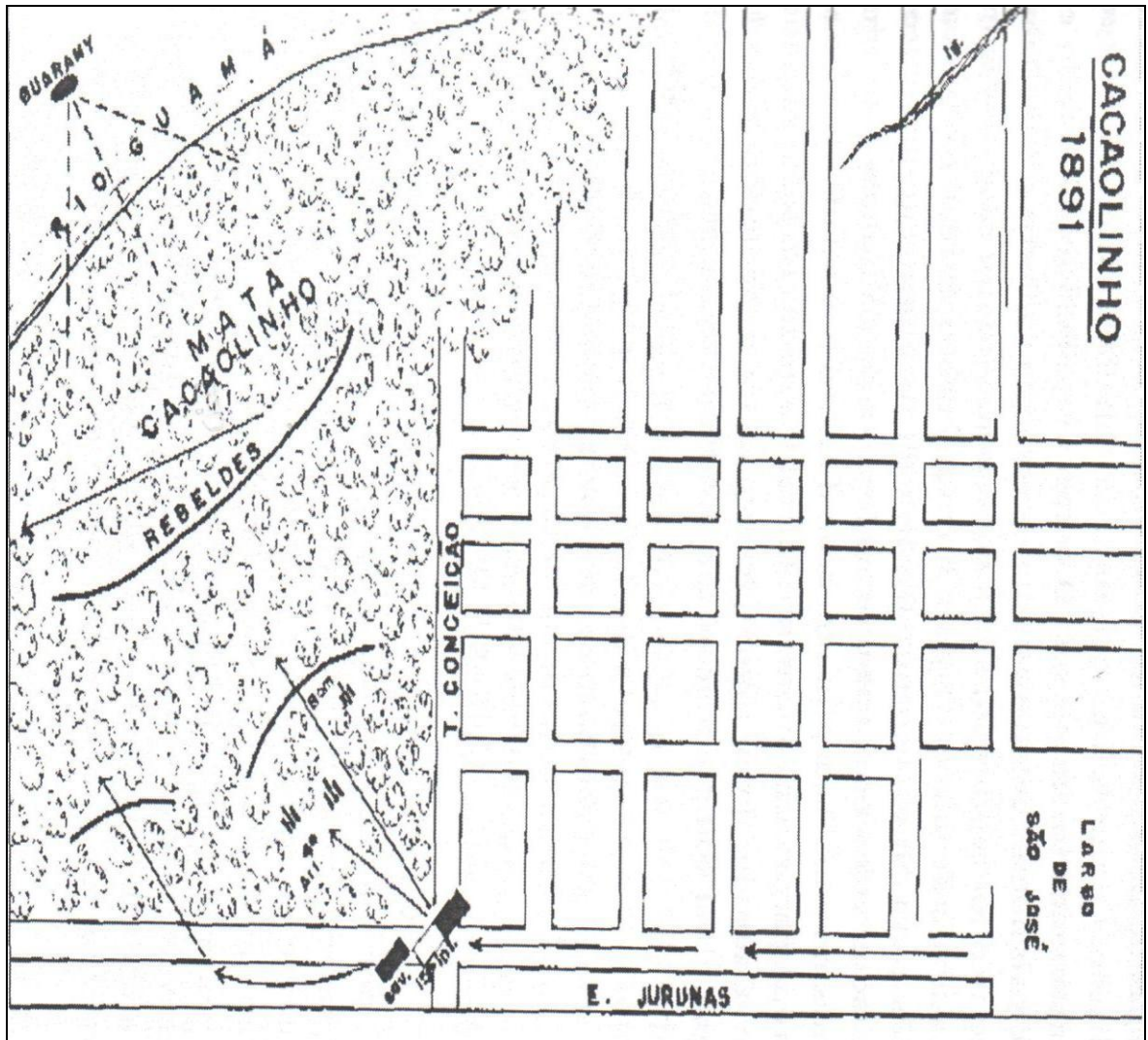
Em formação, e com a banda de música da polícia à frente, o bando de Cabralzinho desfilava pela cidade aos gritos de vivas, dirigindo-se para casa do líder do PRD, onde esperavam contar com o apoio deste ao movimento. Ao chegar à residência, chamaram por Vicente Chermont de Miranda, que não apareceu.

Para evitar a desconfiança dos seus homens, Veiga Cabral falou que o líder o PRD estava aguardando o grupo no Largo da Pólvora. Neste momento, os amotinados partiram em direção ao local indicado como ponto de encontro do grupo com o chefe democrata e com os revoltosos que estavam vindos do Capim, sob a liderança de João Antônio da Luz. Porém, quando chegaram ao Largo não encontraram ninguém, e Cabralzinho, com medo de perder o

¹³⁸ Um Democrata. [Dr. Américo Santa Rosa]. Os sucessos de Junho ou o último motim político do Pará. Belém: Imprensa da Tavares Cardoso e Cia, 1891, p. 4.

apoio dos seus homens, falou para os seus aliados que era necessário ir ao encontro do grupo do Capim que ia desembarcar na mata do Cacaolinho (Figura 6).

Figura 5 - Planta da mata do Cacaolinho.



Fonte: Extraída do livro de Luiz Augusto Leal Pinheiro (2009).

Ao chegar ao Sítio Conceição, o grupo percebeu que não havia ninguém da região do Capim. E, para disfarçar o seu desapontamento, Veiga Cabral alojou todos seus aliados e os praças do Corpo de Polícia na casa de Vicente Miranda e do médico Camillo Henriques Salgado, que faziam fronteira uma com a outra. Ao amanhecer, Cabralzinho observou que não tinha mantimentos para os participantes do movimento. “Pois que nada tinha sido prevenido na súbita resolução que tomara.”¹³⁹

¹³⁹ Um Democrata. [Dr. Américo Santa Rosa]. (1891, p. 47).

No dia 11 de junho de 1891, uma verdadeira praça de guerra estava montada em frente ao Palácio do Governo. A guarnição estava de prontidão para repelir um ataque dos assaltantes. Estava colocado à porta do palácio um grupo de soldados da Armada municiados de metralhadoras. Em frente ao quartel dos Bombeiros foi colocada uma tropa de soldados nacionais da armada para proteger a referida instituição. Foi este cenário que os deputados encontraram ao chegar para a votação da constituinte, o que não impediu os constituintes de procederem à votação, que em menos de uma hora após o início já havia terminado. Ao final, o grupo de aliados mais próximo ao governador foi ao seu encontro no palácio para traçar as estratégias de ataque ao envolvidos no levante. Duarte Huet de Bacellar estava perplexo, “pedia conselho a todos, e a miúdo conferenciava com os oficiais de terra e mar com chefes radicais”.¹⁴⁰

[...] afirmam testemunhas oculares que o sr. Huet de Bacellar era um cabide de armas: tendo a mão esquerda no copo da espada, a direita sobre a coronha de um revolver, e ao seu alcance um rifle encostado a parede, ele aguardava, sentado em uma cadeira e rodeado de sua camarilha, a aproximação do inimigo”¹⁴¹

O governo ficou assustado com a revolta, e estava reunido com seus aliados mais próximos para traçar um plano que contivesse o movimento liderado por Veiga Cabral. O primeiro passo foi decretar a prisão de alguns líderes democratas que fizessem parte do levante. Foram decretadas as prisões do major Frederico Augusto da Gama Costa, o bacharel Augusto Américo Santa Rosa e todos os democratas conhecidos. Ao mesmo tempo, foi enviado um destacamento para a mata do Cacaolinho visando prender todos os amotinados, e restaurando a ordem e a tranquilidade em Belém.

Logo após o café da manhã, chegou ao sítio Conceição o chefe democrata no capim, João Antonio da Luz. Depois de uma longa reunião com Veiga Cabral, saiu sem se despedir de nenhum dos presentes. O fato criou um clima de desconfiança entre os aliados de Cabralzinho, e ao questionarem sobre a conversa com João da Luz, este respondeu que o visitante tinha retornado para se unir ao seu pessoal, e que retornaria às 16 horas ao Cacaolinho para juntar-se aos revoltosos, de onde sairiam em direção ao Palácio para tomar o governo do Pará. A explicação de Veiga Cabral animou seus homens, que não fizeram mais perguntas.

Com a adesão dos praças da Polícia à revolta, o governador teve que pedir apoio às forças armadas que estavam em Belém. A primeira expedição foi da Cavalaria, que chegou ao local às 11 horas, surpreendo os revoltosos que estava, descansando após de

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Um Democrata [Dr. Américo Santa Rosa]. (Op. cit., p. 46).

uma noite sem dormir. Depois de uma troca de tiro, a tropa bateu em retirada, e ao chegar ao Palácio do Governo, criou certo tumulto quando um dos soldados falou que a Cavalaria tinha sido derrotada, e que Veiga Cabral marchava com seu grupo em direção ao Palácio. Huet de Bacellar reforçou a guarda com quarenta homens, e mandou a segunda expedição ao encontro dos homens de Cabralzinho, encontrando os amotinados ainda no Sítio da Conceição, onde novamente ocorreu uma intensa troca de tiros. Ao perceber que a munição estava esgotada, as forças do governo tiveram que recuar novamente.

A terceira expedição foi comandada pelo tenente-coronel Claudio do Amaral Savaget. Este agrupamento contou com o apoio do Corpo de Bombeiros, da Marinha do Brasil, da Canhoneira Guarany e do 15º Batalhão de Infantaria. Américo Santa Rosa descreve esta última expedição da seguinte forma:

[...] e de feito, às 4 horas fazia seguir uma outra expedição comandada pelo tenente-coronel Claudio do Amaral Savaget.

O 15º batalhão de infantaria, marchando do seu quartel em Nazaré em direção a praça Saldanha Marinho, aí reunir-se a duas baterias do 4º batalhão de artilharia de posição, e a uma metralhadora, guarnecida de marinheiros nacionais e bombeiros, sob o comando do imediato da canhoneira Cabedello, 1º tenente Artur Augusto de Carvalho.

Tomando o comando destas forças, seguiu o tenente-coronel Savaget pela travessa de S. Matheus, incorporando-se-lhe no canto da rua do general Gurjão o esquadrão de cavalaria.

Ao chegar à Praça Baptista Campos, o tenente-coronel Savaget fez dividir parte da cavalaria em três facções, sendo duas encarregadas do serviço de planqueadores e a outra incumbida de reconhecer o terreno.

Aproximando-se os exploradores, foram recebidos ao vivo fogo, sendo sustentado por uma companhia do 15º batalhão, que receberá ordem de avançar.

Mudando de direção o esquadrão com o resto da coluna, o tenente-coronel Savaget fez tomar as bocainas das quatro ruas paralelas, que iam ter ao sitio onde Veiga Cabral com os seus estavam acampados.

Colocada a artilharia em posição, começou o bombardeio, auxiliado pelo fogo cruzado da infantaria.

Tendo voltado feridos alguns praças do corpo de bombeiros, e vendo retonarem, sem resultado conhecido, pedidos de suprimentos de munições, o governador fez seguir, quase às 6 horas da tarde, o comandante do corpo de bombeiros, com três oficiais e um reforço de 60 praças. Os revoltosos eram ao mesmo tempo apossados pelo lado do mar pelas metralhadoras e lanternetas da canhoneira Guarany.¹⁴²

Este combate entrou pela noite, cessando fogo somente quando a munição das tropas do governo estava quase no fim. Vendo que muitos revoltosos haviam fugido, o comandante Savaget decidiu não sair em perseguição aos fugitivos, e retornou pelas ruas da cidade em desfile, considerando-se vitorioso no confronto.

¹⁴² Um Democrata. [Dr. Américo Santa Rosa] (Op cit., p. 50).

Apesar de ter cercado o grupo de Cabralzinho na mata do Cacaolinho, onde ocorreu uma intensa troca de tiros entre as forças legalistas e os revoltosos, os dois grupos não sofreram baixas durante o combate. A expedição comandada pelo tenente-coronel Savaget ficou posicionada a 800 metros de distância dos revoltosos; não se aproximaram a uma distância suficiente para que as balas pudessem atingi-los. No comunicado do 1º tenente Artur de Carvalho, foi informado que as tropas do governo deram cento e quatorze tiros com seu armamento, e que a metralhadora deu mil e vinte tiros. Depois de uma quantidade de tiros disparados pelos soldados do governo, um fato no mínimo curioso, foi não ter nenhuma baixa entre os amotinados.

Mesmo com as tropas comemorando pelas ruas de Belém a sua vitória, ainda permanecia um pequeno grupo de revoltosos nas proximidades de Belém. O governo conseguiu controlar a revolta com a promessa de anistiar a todos os envolvidos, porém, isto não foi cumprido, e dias depois, por ordem do governador, começaram a ser efetuadas as prisões dos participantes da revolta, sendo expulsos todos os membros do Corpo Militar de Polícia que estiveram no confronto e, ainda, sendo dissolvida a corporação, pelo Decreto nº 352, de 15 de junho de 1891.

Após o fim do Corpo Militar de Polícia, a força pública foi reorganizada pelo governo do estado por meio do Decreto nº 371, de 11 julho de 1891, que criou no Pará o Corpo Militar de Infantaria, sendo composto pelo Corpo de Infantaria e Esquadrão de Cavalaria, que se tornaram responsáveis pela segurança pública¹⁴³. A participação do Corpo Polícia nas questões políticas era frequente durante o final do Império, e permaneceu durante a República. Segundo Marcos Luiz Bretas (1997, p. 220), a própria estrutura da polícia o levou por estes caminhos.

É a própria forma legal dada ao sistema policial das províncias que desloca o eixo da autoridade de um papel de manutenção da ordem e de repressão ao crime para incluí-la na rede de favores distribuídos pelo Estado, que teria como contrapartida um papel garantidor de um resultado positivo nas disputas eleitoral (BRETAS, 1997, p. 220-221).

A revolta de 11 de junho de 1891 foi um movimento organizado por Veiga Cabral. Neste momento foram testadas todas as alianças que Cabralzinho construiu no interior e em Belém durante a sua atuação nos partidos políticos em que militou. O seu envolvimento na política do Pará foi sendo ampliado, e seu nome estava cada vez mais presente nos conflitos envolvendo os partidos que disputavam o poder. Até o presente momento, foi possível

¹⁴³ Coleções de Leis; Livro de Decretos de 1891. Disponíveis no Arquivo Público do Estado do Pará.

observar que ele estabeleceu relações com vários agentes envolvidos nos embates políticos, como a imprensa, os capoeiras, os capangas e o corpo policial.

Esses agentes foram de suma importância para as querelas políticas no Pará, sendo que Cabralzinho manteve conexões com todos os segmentos. Sua atuação foi destacada nos partidos como membro de diretórios, de comissões até chegar à presidência de um dos partidos dos quais fez parte. Em seu processo de atuação política, observei que Veiga Cabral acabou sendo o elo entre a cúpula do partido com os responsáveis por utilizar a força, quando necessário. Mas, com o seu amadurecimento e compreensão dos jogos políticos, sua atuação foi cada vez mais forte.

Cabral foi um militante que participou intensamente da vida política do Pará no alvorecer da República, que liderou a revolta do Cacaolinho, e que saiu de Belém após este movimento sedicioso, de onde fugiu pela região do Mosqueiro em direção ao Amapá, onde lutou contra os franceses pelo território em litígio. O Cabralzinho que desembarcou no Cabo Norte era um homem experiente e, apesar de jovem, atuava na política desde muito cedo, e utilizou o conhecimento adquirido nas disputas políticas no Pará para, em pouco tempo, assumir a liderança dos brasileiros na região do Amapá.

**CAPÍTULO 3 - DO COSTESTADO AO LAURISMO: DISPUTAS EM TORNO
DO HERÓI DO AMAPÁ**

A Veiga Cabral.
 A terra dos mansos lagos
 Em moradas da brisa,
 Pelo Ródano banhada
 Onde o Reno desliza;
 Deu-nos seu honroso peito
 Na vitória do direito,
 Da razão do direito,
 Da razão da justiça,
 Sobre essa nesga de terra
 Que tanta riqueza encerra
 E gerou tanta cobiça!
 E nosso, portanto, aquilo
 Que há muito a nós pertencia!
 A justiça foi morosa,
 Porém, não veio tardia!
 Do Araguay ao Oyapoc,
 Que ninguém mais se equivoque!
 É nossa a vasta extensão!
 Aquele aurífero espaço
 E do Brasil um pedaço,
 Um braço desta nação!
 Nós aprendemos na escola
 Pelo mapa das nações,
 A conhecer o que é nosso
 Em proveitosas lições!
 O Oyapoc, essa gema,
 É do Brasil raia extrema
 Ao norte, limite seu!
 O direito nos convence
 E a razão que indo vencer
 Foi do Brasil, que venceu!
 E tu que tomaste parte
 Nesta questão, como herói,
 Em cujo peito o civismo,
 A covardia não destrói,
 – recebem em – bravo! Vibrante
 Pelo laudo triunfante
 Que festa trouxe ao Pará,
 Da França sem desabono,
 Restituindo a seu dono
 As regiões do Amapá!”

*J. Mustachio de Azevedo*¹⁴⁴

¹⁴⁴ Jornal A República, n. 591, de 29/12/1900. Disponível na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

Quando Cabralzinho teve que fugir do Pará, por ter liderado a Revolta de 11 de junho 1891, não se esperava que em sua volta a Belém, no ano de 1900, seria recebido pela população como herói nacional. O jornal A República, do dia 29 de dezembro de 1900, divulgou a série de homenagens preparadas pelos seus aliados para a recepção na sua chegada à capital do Pará. O poema transcrito na epígrafe deste capítulo fez parte dessas homenagens. Como tratado no primeiro capítulo, a sua chegada ao Rio de Janeiro também foi marcada por uma série de manifestações de apreço e exaltação aos seus feitos. Mas, o que Veiga Cabral fez de tão importante para merecer essas homenagens?

Para responder esta pergunta, devemos mencionar o Contestado Franco-Brasileiro para descrever o papel de Cabralzinho nesse conflito desde a sua chegada ao Amapá, a sua atuação política, as batalhas das quais participou e a liderança junto ao povo amapaense. Em entrevista da ao jornal A Notícia, Veiga Cabral afirmou que a sua viagem ao Amapá não foi motivada pelo desgosto político enfrentado no Pará, tampouco pela cobiça do ouro, mas sim pelo espírito patriótico de defender o Brasil dos invasores franceses¹⁴⁵.

3.1 - O CONTESTADO FRANCO-BRASILEIRO

O conflito no Contestado Franco-Brasileiro¹⁴⁶, região onde hoje se encontra o estado do Amapá, foi iniciado ainda no século XVII, com a chegada de portugueses à região localizada na margem esquerda da embocadura do rio Amazonas até o rio Oiapoque. A princípio, em 18 de julho de 1701, foi assinado o Tratado Provincial, com o intuito de resolver a disputa entre portugueses e franceses, porém, a questão dos limites territoriais ficou pendente. Os franceses continuaram excursionando pela região, mas os portugueses protestaram e apelaram para que a então aliada Inglaterra interviesse na disputa, buscando uma solução negociada para a questão.

Sob a mediação da Rainha Ana da Inglaterra, em 11 de abril de 1713 foi assinado o Tratado de Utrecht entre Portugal e a França, que estabeleceu o Rio Oiapoque como limite entre o Brasil e a Guiana Francesa. Porém, esta medida foi interpretada por segmentos franceses como condescendência. Esta interpretação do acordo levou os governantes da Guiana Francesa a desrespeitarem esse acordo e a determinarem invasões na área em litígio, fato que acirrou a disputa entre franceses e brasileiros na região do Cabo Norte. O conflito foi

¹⁴⁵ Jornal A Notícia, p.1, de 15/02/1896, Rio de Janeiro. Acessado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

¹⁴⁶ Denominação atribuída ao conflito envolvendo brasileiros e franceses na disputa pela região do atual estado do Amapá. Ver Cardoso (2003) e Queiroz (2001).

intensificando no ano de 1893, pela descoberta de ouro na região – que foi um fator determinante no afloramento da disputa pelo território e impulsionou a imigração de muitos brasileiros para aquela área. Este foi o cenário encontrado por Francisco Xavier da Veiga Cabral ao chegar ao Cabo Norte.

Ao chegar à região, Cabralzinho se estabeleceu como comerciante. Porém, no momento em que os franceses promoveram uma série de incursões à região de Cunani – um território cobiçado pela França – mas pertencia ao Brasil, Veiga Cabral se envolveu nesse conflito, e em pouco tempo passou a liderar os brasileiros contra o empreendimento do governo de Caiena. Na cidade de Cunani, os franceses fundaram uma República para controlar a área, que foi entregue ao governo de Trajano, um ex-escravo da cidade de Cameté que fugiu para o Cabo Norte e se tornou aliado dos franceses. Logo que assumiu o governo, Trajano buscou expandir o território e criou medidas que proibiam os brasileiros de acessar a região de Cunani.

Os moradores do Amapá começaram a reação no dia 10 de dezembro de 1894. No período de 10 a 25 de dezembro de 1894 foram tomadas várias medidas para tentar reagir aos invasores do território do Cabo Norte. No dia 26 de dezembro foi marcada uma assembleia para escolher um chefe local para liderar os brasileiros, na qual foi aclamado Desidério Antônio Coelho, que preferiu não aceitar eleição e sugeriu a criação de um Triunvirato¹⁴⁷. Após discussões e debates, a proposta de Coelho foi aprovada por aclamação (MEIRA, 1977).

Enquanto isso, com o apoio dos franceses, Trajano decidiu invadir o Amapá, mas não obteve sucesso na empreitada, sendo preso e levado para a Fortaleza de Macapá. Ao saber da prisão de Trajano, o governo de Caiena mandou uma tropa para libertá-lo, a qual sofreu forte resistência do grupo liderado por Cabralzinho, que naquela ocasião já tinha assumido o posto de General Comandante do Exército do Amapá. Sua liderança à frente das tropas foi fruto da sua experiência nos conflitos políticos ocorridos no Pará. O Triunvirato, que governou a região no período do litígio, deu legitimidade a este Exército e entregou o comando das tropas a Veiga Cabral. O Exército defensor do Amapá era composto por quatro batalhões de infantaria e, para resolver o problema da falta de oficiais, o governo do Triunvirato concedeu algumas patentes a personalidades da região e do Pará¹⁴⁸.

Com a intensificação dos conflitos pela posse do território, em 1896 os governos dos dois países optaram por resolver a questão por arbitramento, sendo criada uma Comissão para

¹⁴⁷ Junta que governou o atual estado do Amapá durante o conflito entre brasileiros e franceses no final do século XIX.

¹⁴⁸ Jornal A Notícia, p.1, de 11/03/1896, Rio de Janeiro. Acessado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

analisar as questões e alegações de ambos os lados envolvidos neste processo. Contudo, a demora do governo francês em negociar as condições que norteariam o arbitramento, acirrou os embates entre os representantes dos dois governos, ocorrendo trocas de acusações entre o representante do Brasil e o chanceler francês Gabriel Hanotaux.

[...] este, em conversa particular com Rio Branco, afirmou ter sido o governo francês ofendido por Piza e que, embora a diplomacia francesa desejasse a paz, “há alguns dias recebi do meu colega do ministério das colônias um plano completo de expedição militar’ para por fim as divergências de limites da Guiana (DORATIOTO, 2012, p.143).

Com esta ameaça, o Barão de Rio Branco prometeu solicitar o apoio dos Estados Unidos e da Inglaterra para garantir o direito dos brasileiros sobre o território em disputa. O governo francês ofereceu as condições para o arbitramento somente em 1897, e o processo correu até o dia 10 de dezembro 1900, quando a corte responsável deu sentença favorável ao governo brasileiro.

Se o clima estava tenso nas relações diplomáticas, estava mais acirrado na região dos conflitos, onde a atuação de Francisco Xavier da Veiga Cabral foi intensa e provocou violentos confrontos entre brasileiros e franceses. Esta ação deu início à construção da imagem patriótica de Cabralzinho como “Herói do Amapá”, por ter arriscado a vida para defender a nação brasileira.

3.2 - O GOVERNADOR DO AMAPÁ E A BATALHA COM OS FRANCESES

Como ocorreu a chegada de Cabralzinho ao Amapá? O seu retorno ao Pará após a anistia concedida por Lauro Sodré durou pouco tempo, até seguir novamente para o Amapá, onde, Veiga Cabral tinha interesse nas jazidas auríferas, segundo Francinete Cardoso (2003). Este fato foi questionado pelo próprio Veiga Cabral em entrevista concedida ao jornal “A Notícia”, do Rio de Janeiro, em 1896: “não foram os desgostos políticos, nem tampouco a sede de ouro, que obrigaram o nosso patricio a fixar residência no Amapá”¹⁴⁹. O intrépido paraense em sua entrevista toma para si a condição de herói e faz uma descrição apaixonada dos motivos que o levaram a participar do conflito.

Este por sua vez nega que sua decisão de ir à região, onde aconteciam os confrontos, tenha sido motivado pelo ouro encontrado na área de Cunani, ou mesmo por ter se envolvido

¹⁴⁹ Jornal A Notícia, p.1, de 15/02/1896, Rio de Janeiro. Acessado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

em problemas políticos no Pará, sendo forçado a se refugiar longe da capital, Belém, para não ser preso. Cabralzinho se define como um homem patriótico, tendo como objetivo principal a preservação do território e a segurança dos seus patrícios.

Não estou aqui tomando partido de Cabralzinho, mas entendo que a sua afirmativa faz parte de um contexto em que ele fez uso da memória protetora¹⁵⁰ para justificar a sua ida ao Contestado. Para Robert Darnton (2005), o biógrafo não pode considerar a negativa de um fato, quando o seu biografado esconde ou omite alguma informação, uma mentira (DARNTON, 2005).

Porém, a presença de Cabralzinho na região aurífera foi constante, visto que era proprietário de jazidas na área em litígio. Com a descoberta de ouro na região do Cabo Norte em 1892, aumentou a cobiça de brasileiros e franceses, e se intensificou o fluxo de imigrantes para o Amapá, acirrando a disputa pela posse do território¹⁵¹. Pouco tempo depois, surgiram boatos de que os franceses se preparavam para ocupar a área onde havia o metal precioso.

Veiga Cabral teve um papel importante na história do Cabo Norte, por comandar a luta contra os franceses, tornando-se um dos líderes na composição do Triunvirato. Faziam parte do governo Francisco Xavier da Veiga Cabral, Desidério Antonio Coelho e o cônego Domingos Maltez, que foram eleitos como membros do Triunvirato. Este sistema político tinha poderes administrativos, financeiros e militares e governou o Contestado nos primeiros anos da República. Com o passar do tempo, Cabralzinho assumiu a liderança do governo, fato que levou a imprensa a lhe atribuir o título de Governador do Amapá (MEIRA, 1977).

No dia 15 de maio de 1895, na pequena vila de Cunani, no extremo Norte do Brasil, iniciava-se a história de heroísmo e patriotismo de Veiga Cabral. Alguns anos antes, esta honraria era impensada a Cabralzinho, principalmente pela imprensa paraense, já que ele deixou o Pará “pela porta dos fundos”, procurado pelas autoridades, que expediram ordem de prisão contra ele, pela sua atuação no comando da rebelião conhecida por Revolta de 11 de junho de 1891, motivo pelo qual fugiu para o Amapá.

O dia amanheceu com tempo bom– o sol brilhava intensamente no Cunani. Porém, os brasileiros que ali habitavam estavam preocupados com os boatos de que os franceses estavam se

¹⁵⁰ Termo utilizado por Robert Darnton (2005), ao analisar a vida Jacques-Pierre Brisot. Este autor afere que quando se analisa a vida de um indivíduo, a utilização da palavra mentira pode ser mal interpretada, já que o biografado pode omitir ou esconder fatos para se proteger.

¹⁵¹ Jornal A República, de 31/05/1895. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilmes; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

preparando para invadir a cidade. O motivo da invasão seria o resgate do ex-escravo Trajano¹⁵², que tinha sido preso dias antes por Veiga Cabral. Os boatos corriam por toda a vila, e era inegável o clima de tensão na região. Dias antes, quando Veiga Cabral se ausentou da vila para resolver alguns problemas em Belém, houve rumores de que os franceses mandaram alguns soldados fazer um estudo no entorno da vila para preparar um ataque. Diziam também que soldados franceses já tinham marcado nas copas das árvores os níveis das águas do rio que banhava a vila, para terem a exata noção do período das marés, pois, caso contrário, suas embarcações poderiam ficar encalhadas no rio. Quando Cabralzinho foi informado desses boatos, mandou cortar todas as árvores que os franceses supostamente haviam marcado.

Era este o cenário do Contestado no ano de 1895. A tensão entre os dois lados só aumentava, o clima e na vila era de medo e apreensão. Na manhã do dia 15 de maio de 1895, Veiga Cabral estava em casa, quando foi procurado por um de seus aliados, que lhe informou que os franceses estavam desembarcando e ocupando a vila. Um grupo de marinheiros do navio Bengali, sob o Comando do Capitão Lunier, estava tomando de assalto o comando da área. Pouco tempo depois, em frente à casa de Cabralzinho já se encontravam vinte homens bem armados¹⁵³. O historiador Silvio Meira (1977) descreveu o diálogo entre Veiga Cabral e o seu amigo, ao ser informado da invasão:

Veiga Cabral, ainda exausto da noite mal dormida, levanta-se e atende ao seu amigo.

– Que há, Batista? Que deseja de mim?

– Vim avisá-lo. Há um navio de guerra no porto. Muitos marinheiros armados sob o comando de oficial. Vêm libertar Trajano [...]

– Mandar arvorar a bandeira brasileira na escola pública. E no mastro do porto a bandeira de quarentena!

Foi a ordem de Veiga Cabral.

Na sua própria casa hasteou o pavilhão brasileiro. E assim aguardava a investida dos invasores (MEIRA, 1977, p. 64).

Para Silvio Meira (1977), esta foi a atitude de um líder que, diante do perigo iminente, manteve a calma, conduzindo a situação de forma a proteger e garantir os domínios brasileiros. Por parte deste autor, há uma preocupação em descrever um Cabralzinho patriota, que teve como primeira postura mandar hastear a bandeira brasileira. No seu texto, fica clara a

¹⁵² Ex-escravo brasileiro que teria pertencido a Raymundo José Alves, de Curuçá, e ao chegar ao Amapá, teria fixado moradia na cidade Cunani, conforme notícia do jornal Diário de Notícias, de 2 de junho de 1895 (ver QUEIROZ, 2001, p. 138).

¹⁵³ Jornal A Notícia, p. 1, de 15/02/1896, Rio de Janeiro. Acessado na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

intenção do autor de manter e de consolidar a imagem de herói de Francisco Xavier da Veiga Cabral, narrando, ainda, a sua reação diante da aproximação dos franceses:

Cabral, porém, não esperou pelos franceses, moveu-se em sua direção, calmamente, com um cigarro nos lábios, pronto para indagar o que desejavam tão aguerridos visitantes.

Ao aproximar-se de Lunier recebe deste violenta interpelação; por três vezes Lunier interpela Cabralzinho indagando se este se considera o governador do Amapá. (MEIRA, 1977, p. 64).

A descrição de Veiga Cabral é a de um homem que caminhou tranquilamente em direção ao general francês, e em nenhum momento demonstrou medo ou preocupação com a invasão. Esta postura foi considerada como um gesto de heroísmo. No texto de Silvio Meira, a construção da imagem de herói fica mais evidente quando descreve o diálogo entre os líderes brasileiro e francês. O brasileiro defende não apenas os seus interesses, mas também os de toda a nação.

O capitão francês dá voz de prisão a Cabral. Ordena aos seus soldados que o prendam, depois de aplicar-lhe forte empurrão, puxando-o pelo braço esquerdo.

Cabral responde:

– Um brasileiro não se rende a bandidos!

Cabral desatende a intimação do militar gaulês. Nada fizera que pudesse merecer prisão. Por que ser preso por tropa estrangeira? Nunca se submeteria a tal humilhação (MEIRA, 1977, p. 64).

De acordo com a citação de Meira (1977), o espírito patriótico fala mais alto para Veiga Cabral, como fica evidente em dois momentos do texto: no primeiro, quando Cabral exclama que “um brasileiro nunca se rende”, e no segundo momento, quando ele considera humilhação ser preso por um estrangeiro. Em sua narrativa, Meira atribui “superpoderes” ao seu “herói”, como pode ser percebido no trecho a seguir:

[...] imediatamente o capitão Lunier dá novo violento empurrão em Cabralzinho e ordena à tropa: – fogo!

Os soldados franceses obedecem. O estampido de vinte e um tiros corta os ares em direção do heroico brasileiro. Cabral só tem tempo de rapidamente jogar-se ao solo, enquanto as balas passam sobre a sua cabeça, indo cravar-se nas paredes da casa.

Lunier saca do revólver e tenta apontá-lo em direção de Cabral, que com extrema agilidade se lança sobre o oficial francês, aplicando-lhe o que na gíria brasileira se chama de “capoeira”, e projeta-o ao solo. Sem tempo para oferecer reação, o francês cai.

Cabral arrebatou-lhe o revólver das mãos.

Levanta-se Lunier e ordena pela segunda vez: – fogo!

Novos tiros ecoam. Cabral novamente se abaixa e as balas não o atingem (MEIRA, 1977, p. 65).

A narrativa ganhou um contorno heroico, ao destacar que Veiga Cabral manteve a calma e conseguiu se desviar de todos os tiros. Nascia então o mito do herói nacional, Francisco Xavier da Veiga Cabral. Todavia, é importante salientar que este só passou a ser visto como herói pelo Estado no século XX.

Cabralzinho, com o próprio revólver do oficial francês, abate-o quase a queima roupa. Cai o por terra o oficial mortalmente ferido, sangue a ensopar-lhe o uniforme multicolor. Logo a seguir um tenente francês avança sobre Cabral com o intuito de vingar a morte do capitão. Tem igual sorte. Cabral dispara contra o atacante. Cai por terra o tenente, sem condições para reagir, já nos estertores da morte.

Mortos o capitão e o tenente, avança um sargento francês. Tenta eliminar Veiga Cabral, o qual mais uma vez dispara a arma, ferindo o sargento, que rola chão e dentro de minutos é cadáver (MEIRA, 1977, p. 66).

Com este ato, Veiga Cabral praticamente definiu a sorte do Exército Francês na tentativa de invasão do território brasileiro. Observei que alguns elementos foram inseridos na narrativa, que têm por objetivo mostrar o heroísmo de Cabral, com o ato de patriotismo seguido de uma agilidade, pois conseguiu sair da linha de tiros sozinho, tomar a arma do general francês e, em seguida, matá-lo. O evento em questão contabilizou 44 mortes, sendo 36 do lado brasileiro e oito do lado francês, terminando com a fuga dos franceses ao final do dia, o que consagrou os brasileiros como vitoriosos (MEIRA, 1977, p. 66).

No entanto, o homem por trás do herói teve um passado que por vezes pode ir de encontro à proposta dos grupos interessados em elevá-lo à condição de herói. E qual foi a atitude dos partidários da ideia de transformar Cabralzinho em herói? A resposta está na tentativa de apagar o seu passado indesejado, como se ele tivesse caído de “paraquedas” no panteão, sem ter existido até aquele momento. Foi o que aconteceu com Veiga Cabral. O seu passado na política em Belém, quando foi acusado de ser desordeiro e capanga eleitoral, foi deixando de lado pelos seus aliados, que passam a criar a sua imagem de patriota, brasileiro destemido e dotado de um espírito cívico elevado.

É importante compreender que a construção da imagem de herói nacional foi fruto das disputas políticas no Pará. Observei que a maioria desses debates eram contemporâneos de Veiga Cabral. Se um viajante chegasse a Belém naquele período e lesse os jornais, poderia até pensar que eram duas pessoas totalmente diferentes. A transformação de Cabralzinho em herói nacional foi mais um capítulo na sua vida de disputas políticas, e um novo episódio ligado a querelas partidárias. Se ele já atuava nos principais eventos políticos de Belém no alvorecer da República, como militante, dono de jornal, capoeira e capanga, agora estava entrelaçado em mais uma disputa política, mesmo que de forma indireta.

3.3 - VEIGA CABRAL E O LAURISMO

Quando Francisco Xavier da Veiga Cabral retornou do extremo Norte do Brasil, encontrou um novo cenário político no Pará, diferente do que deixara no início da República. Se nos primeiros anos do regime republicano os partidos regionais ganharam força política para conduzir o processo eleitoral, agora eles davam lugar aos “coronéis” locais que, pelo seu poder pessoal, decidiam quem deveria ganhar as eleições.

Dias antes da sua chegada a Belém, no ano de 1900, os jornais da capital começaram a divulgar notícias sobre o conflito do Contestado Franco-Brasileiro, no qual ele foi líder do Triunvirato e encarregado de governar a região conflituosa. A imprensa divulgava os fatos e todos estavam empenhados em preparar uma grande recepção ao filho da terra que retornava da Cidade do Rio de Janeiro logo após a decisão da corte de arbitramento em favor do Brasil, convocando constantemente o povo para estar presente nas festas que ocorreriam na cidade: “consta-nos que uma comissão de republicanos ficou encarregada de preparar uma bonita recepção ao distinto paraense Veiga Cabral, na qual tomarão parte diversas classes sociais.”¹⁵⁴.

No retorno ao Pará, a construção da sua imagem de herói foi um elemento significativo, que influenciou a vida política do estado, pois os grupos políticos almejavam o seu apoio. Contudo, a sua decisão já estava tomada, sendo selada após o seu encontro com os lauristas, logo que retornou a Belém depois da sua primeira viagem ao Rio de Janeiro, ainda no ano de 1897, onde foi recebido como herói nacional, contudo, o corpo documental encontrado na pesquisa não continha detalhes substanciais sobre este primeiro retorno da capital federal. Encontrei poucas referências acerca das comemorações preparadas para receber Veiga Cabral neste primeiro momento, Sendo encontradas maiores informações sobre o seu segundo retorno a Belém, este já em 1900.

No dia 29 de dezembro de 1900, depois de passar um período no Rio de Janeiro, mesmo depois de uma manhã chuvosa, Cabralzinho chegou a bordo do Pacote Maranhão ao porto de Belém, onde se encontrava uma grande quantidade de populares e de representantes de várias agremiações, entre elas o Centro Político Lauro Sodré, a Liga Marítima, o Club

¹⁵⁴ Jornal A República, n. 582, de 07/12/1900; n. 589, de 27/12/1900; n. 590, de 28/12/1900. Este jornal circulou em Belém no final do século XIX e início do século XX. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilmes; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

Gama Malcher, a Liga Patriótica, o Club Beneficente Lauro Sodré, dentre outras que manifestaram muito apreço ao conterrâneo¹⁵⁵.

Antes de voltar a Belém, Cabralzinho acompanhou a resolução da contenda entre brasileiros e franceses, por meio do fechamento de um acordo entre os governos dos dois países, com a ajuda do Barão de Rio Branco. Apesar do seu papel importante no conflito, por motivos políticos, o paraense Veiga Cabral não participou das comemorações oficiais, fato que foi criticado pelo jornal *A República*¹⁵⁶.

Mesmo afastado das festas oficiais, os jornais da oposição destacaram a sua presença na cidade, e aproveitaram o momento para fazer duras críticas ao governo do estado do Pará por excluí-lo das comemorações cívicas, através de uma carta escrita por Izabel Mota, que considero relevante transcrever aqui.

[...] cidadão Veiga Cabral

Voltais hoje ao seio deste povo que vosso irmão, que muito vos quer e no qual dedicais também todas as vossas energias de patriota, como raros o sabem ser.

Ao caro das fraternas e jubilosas aclamações com que sois recebido, deixe também que eu venha unir minha voz, que é a de uma patrícia vossa, que se orgulha em ser uma das mais humildes admiradoras das vossa heroicidade, do vosso civismo, da vossa abnegação de patriota.

Esta gloria de reconhecimento dos nossos direitos a uma bela porção do território pátrio, celebrada com hinos festivos que ainda parecem ressoar-vos aos ouvidos, pertence-vos em grande parte. Selastes com vosso heroísmo o direito dos brasileiros, mostrastes que o patriotismo bem compreendido é uma couraça forte, aonde vêm quebrar-se todas as expressões do terror e da força, quando não corroborada pelo razão e pelo direito. Os vossos coestada nos vêm trazer-vos, por isso as manifestações do seu reconhecimento e da alta valia em que tem os vossos serviços, e eu faço também em meu nome individual e posso mesmo asseverar, em nome da mulher paraense que não pode nem deve deixar de corresponder às tradições e brios de seu sexo.

Há na história pátria a bela passagem das esposas e mães dos bandeirantes, que não quiseram receber os seus, enquanto não vingassem as afrontas feitas as suas honras.

Ficou o exemplo; o amor a dignidade e aos brios frutificou no sentimentalismo do brasileiro.

Pois bem; nos, as vossas patrícias, recebemos-vos de braços abertos, ao som dos hinos festivos por que soubeste vingar a afronta feita aos brios da nossa nacionalidade.

Ao contrário dessas heroínas de quem descrevemos, temos para vós uma soma bem considerável de gratidão, os hosanas que ao vosso civismo.

Recebei-os como um penhor sincero do quanto vos queremos e admiramos.

Viva Veiga Cabral!
Viva a nação brasileira!

¹⁵⁵ *A República*, n. 591, de 29/12/1900. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

¹⁵⁶ *Jornal A República*, n. 578, de 04/12/1900. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

Viva o Barão de Rio Branco!
Viva o estado do Pará!

Izabel Motta¹⁵⁷

O regresso de Veiga Cabral à sua cidade natal foi motivado pelo objetivo de atuar na política local ao lado de Lauro Sodré, há muito ensejado pelos seus aliados. Porém, como o governo do estado estava nas mãos dos inimigos dos lauristas, Veiga Cabral foi distanciado das festas cívicas. O caso é peculiar, e revela a importância dos heróis nas disputas políticas, sendo a sua “elevação” ao panteão de herói nacional mais um ato de Veiga Cabral na cena política. Pensando nisso, seus aliados trabalharam rápido para tirar proveito da sua chegada, e logo no dia em que colocou os pés em Belém foi marcada uma reunião com algumas lideranças dos lauristas para articular novas estratégias¹⁵⁸.

Cabralzinho buscou retomar a sua atuação na política do Pará. Para isto, fez a escolha que alguns anos antes parecia a mais improvável: escolheu atuar no grupo liderado por Lauro Sodré, no qual permaneceu até a sua morte, em 1905. Para a historiografia paraense, o marco de ruptura política, que é caracterizado como a primeira fase da política republicana no Pará, foi superado no ano de 1897, passando ao segundo momento no cenário político, justamente no período em que Veiga Cabra retornou a Belém como o herói do Amapá.

Este novo momento foi marcado pelas antigas práticas – a utilização de capoeiras como capangas – um expediente muito utilizado no período imperial e no início da República. Se neste trabalho sempre apresentei Cabralzinho atuando nos diretórios dos partidos, e ao mesmo tempo conduzindo grupos armados, agora demonstro um Veiga Cabral mais maduro nas suas articulações políticas, um dos motivos pelo qual o governo do Pará não o convidou para participar das festas em comemoração pelo fim do litígio entre brasileiros e franceses. Veiga Cabral voltou a Belém com o projeto de organizar um partido político que pudesse fazer frente aos lemistas e, juntamente com alguns aliados, buscou fundar um partido de caráter nacional. Esta iniciativa não era nova, visto que após a Proclamação da República, outro grupo político tentou criar o Partido Republicano Federal (PRF).

O PRF foi criado em 1893, por políticos de São Paulo. Mas, apesar de congregarem alguns adeptos pelo Brasil, não logrou o êxito desejado. No Pará, a partir do ano de 1897, a iniciativa foi capitaneada por Lauro Sodré e Veiga Cabral, e tinha por objetivo fortalecer o

¹⁵⁷ A República, n. 592, de 30/12/1900. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

¹⁵⁸ A República, n. 591, p. 2, de 29/12/1900. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

partido de caráter nacional. Se nos primeiros anos da República os partidos eram de caráter local, vale lembrar a tentativa anterior de criar um Partido de atuação nacional. Seguindo o exemplo do PRF, o diretório do Partido Republicano Federal no Pará foi assim composto:

Presidente do diretório – Francisco Xavier da Veiga Cabral.

Vice-presidente – Tito de Moraes Rodrigues.

Secretários – Manuel João Fagundes, Joaquim Antonio Raiol, Avelino Raimudo Gomes, Manoel Theodoro Lochard, José ferreira Sales de Lima.

Delegado perante o major Lauro – Theodorico Cícero Ferreira Penna.”¹⁵⁹

O diretório do Partido Republicano Federal era um novo elemento na vida Veiga Cabral. Se antes ele sempre acumulou funções nos partidos políticos, agora ocupou o posto máximo de liderança, como presidente. Este processo de atuação partidária de Cabralzinho foi fruto do seu amadurecimento nas lutas políticas. Porém, mesmo sendo presidente do PRF, não abandonou a antiga linha de atuação. Nesse período, atuou nos jornais e liderou grupos que sempre foram denunciados por protagonizar tumultos pela cidade. Em um novo contexto, as práticas se repetiram, e Cabralzinho continuava em destaque neste cenário.

No pleito de 1898, no distrito de Mosqueiro, mais uma vez a atuação de Veiga Cabral ganhou as páginas dos jornais. O motivo foi um grande tumulto na eleição, provocado pelo grupo liderado por ele, que percorria a região e ameaçava os eleitores que não votassem nos candidatos do PRF. Neste ano, o grupo de Veiga Cabral não saiu vitorioso, e o grupo liderado por Antonio José de Lemos manteve hegemonia, que só teve fim no ano de 1912, quando o intendente foi expulso da cidade, e se exilou no Rio de Janeiro, onde faleceu no ano seguinte.

Um dos fatores que contribuíram para a dominação do grupo lealista pode ser explicado pelo fato de o maior líder da oposição ter focado em um projeto nacional durante boa parte da sua vida política e, com isto, não participou de grandes embates na política paraense. Mas, mesmo distante das disputas políticas no Pará, seus aliados nunca deixaram se articular para tentar assumir o poder.

A ideia de criar uma política norteada por um partido de dimensão nacional foi compartilhada por outros políticos importantes no estado. O governado do Pará, em seu

¹⁵⁹ Jornal O Pará, n. 335, de 01/10/1899. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

relatório de 1898,¹⁶⁰ defende a ideia como uma forma de salvar a política nacional e o sistema republicano que se iniciava. Mas, parece que seus apelos não foram ouvidos, e este período foi caracterizado pelo poder dos coronéis e da política local.

Para Cristina Buarque de Hollanda (2009, p. 194), a apatia da população com relação às eleições não foi fruto somente das fraudes eleitorais, mas também da falta de partidos organizados. Esta ideia foi defendida por importantes políticos da Primeira República. Contudo, este pensamento saiu derrotado neste primeiro momento, e deu lugar à política das oligarquias, que dominou o Pará e o Brasil.

O período oligárquico no Pará foi um marcado por intensos conflitos políticos. Velhas práticas do Império foram reutilizadas, e a violência nas eleições foi recorrente nesse período. Muitos capoeiras que saíram do Rio de Janeiro por causa das perseguições do chefe de polícia, João Batista Sampaio Ferraz, ao chegarem ao Pará passaram a atuar nas querelas políticas. Vicente Sales (2004, p. 118) afirma que esses indivíduos se tornaram capangas, atuando na política do Pará nos primeiros anos da República.

Mesmo fortalecendo o seu papel de liderança na organização do Partido Republicano Federal, Cabralzinho retomou a função de líder de capangas, envolvendo-se nos conflitos oligárquicos de várias formas. Na função de presidente do PRF, tentou levar o grupo laurista ao poder por via eleitoral, mas criou um jornal para divulgar suas ideias, e ao mesmo tempo liderou um grupo de capangas do partido. Assim, Veiga Cabral retomou a vida política do Pará nessas frentes de atuação, após o seu retorno do Amapá.

Novamente Veiga Cabral se envolveu em conflitos políticos no Pará, ao mesmo tempo em que tentou elevar o sucesso do PRF a todo custo, mesmo sem a presença do seu grande líder, Lauro Sodré. Cabral fundou o jornal *O Patriota*, criado para defender as ideias dos lauristas. No diretório, era o presidente do PRF, na imprensa era o dono do jornal e nas ruas era o líder de uma malta de capangas eleitorais.

Francisco Xavier da Veiga Cabral foi um homem de atuação controversa em vários campos da política no Pará. Para muitos, era um vilão e inimigo; para outros, um baluarte de seu tempo. Este trabalho mostrou que Veiga Cabral iniciou a sua vida política como capanga, e foi amadurecendo no jogo político com o passar do tempo, passando a acumular funções no grupo em que militou. O seu processo de atuação política foi se desenvolvendo até Cabralzinho chegar à liderança o Partido Republicano Federal. Não se pode esquecer que ele

¹⁶⁰ Relatório de Governo de 1899. “Falla com que o exmo. snr. Paes de Carvalho, governador do Pará [...]”. Disponível na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

foi um político iniciado no Império, e morreu como um republicano, aliado de uns dos mais importantes republicanos históricos do estado do Pará, Lauro Sodré.

3.4 - O VILÃO QUE SE TORNOU HERÓI DO AMAPÁ E DO BRASIL

Sabemos que o mérito é a condição para que um cidadão seja elevado à categoria de herói, pois os escolhidos são pessoas que se destacam por suas virtudes e cujos feitos são reconhecidos e valorizados pela sociedade, atribuindo ao candidato o título de “grande homem”, tornando-o um exemplo a ser seguido.

A necessidade de reconhecer homens que servissem de símbolo da nação brasileira foi uns dos fatores que levaram Veiga Cabral a ser considerado um herói nacional. Ele podia ter a capoeira como ponto negativo, mas era membro de uma família de políticos, tinha um irmão no oficialato do Exército Brasileiro e foi nomeado pelo Triunvirato como General do Exército do Amapá¹⁶¹. Estes atributos eram as credenciais para lograr a condição de herói. Ademais, deve-se considerar outros fatores para a sua aclamação como herói do Amapá, entre eles os embates políticos no Pará e a atuação no Contestado em prol da soberania nacional. Além disso, destaca-se a ação da imprensa do Pará e da capital federal na construção dessa imagem.

Os jornais do Pará, do Maranhão e alguns da capital federal vinham divulgando a participação de Francisco Xavier da Veiga Cabral no conflito entre brasileiros e franceses, dando ênfase aos seus atos heroicos, consolidando, com isto, a sua importância para a manutenção do território em litígio. As notícias veiculadas nos jornais davam aos políticos a oportunidade de tornar Veiga Cabral um herói do Amapá e do Brasil. Esta pesquisa revelou uma batalha em torno da sua imagem, visto que para os aliados Cabral era um patriota, mas para os adversários ele continuava sendo um homem perigoso, com o qual deveriam ter cuidado.

A imprensa lealista foi inicialmente cautelosa nas críticas a Veiga Cabral, visto que no governo de Augusto Montenegro os aliados de Antonio Lemos lhe excluíram das comemorações, em sinal de desaprovação da sua atuação ao lado dos lauristas. Para os jornais que apoiavam Lemos, não era oportuno criticar abertamente um homem considerado herói nacional, que mesmo sem o reconhecimento dos governos do Pará e do Brasil, tinha o apoio de grande parte da população, como foi comprovado na sua chegada a Belém: “seus

¹⁶¹ Decreto nº 2, de 27 de dezembro de 1894. Documentação transcrita por Meira (1977, p. 55).

numerosos admiradores e amigos preparam-lhe estrondosas manifestações de apreço. Ao nosso velho companheiro de lutas, a quem iremos pessoalmente dar o abraço fraternal.”¹⁶²

Para José Murilo de Carvalho (2003), o novo regime buscou criar elementos simbólicos com o intuito de consolidar o novo governo no imaginário popular. Entre os símbolos nacionais, buscava-se a figura de um herói que incorporasse o sentimento de brasilidade por sua vida e atuação, permitindo ao povo brasileiro se identificar com o Estado e com a República. Essa busca por um cidadão que representasse o ideal do novo regime não foi fácil. Naquele contexto, os indicados estavam longe da imagem do herói idealizado pelo grupo que estava no poder, visto que muitos eram associados ao Império, sendo inviável a elevação como heróis nacionais republicanos. Evocou-se, então, do período colonial, a figura do inconfidente mineiro Tiradentes como representante do novo regime e herói máximo da República¹⁶³.

Cabral chegou à condição de herói nacional devido à sua atuação no conflito entre brasileiros e franceses pelo território do Cabo Norte, mas a sua condição de herói nacional durante algum tempo foi motivo de disputas políticas. Quando ele retornou ao Pará e voltou a atuar na política, não demorou muito para que seus inimigos retomassem a sua imagem de vilão no alvorecer da República. Os tumultos provocados no Distrito de Mosqueiro nas eleições de 1898 e 1900 corroboravam esta ideia¹⁶⁴.

Francinete Santos Cardoso (2003, p. 62-66) afirma que a imagem de Francisco Xavier da Veiga Cabral era mostrada de forma dual, dependendo do ponto de vista. Se o olhar partisse dos jornais franceses, ele era um vilão; mas se o olhar fosse da imprensa brasileira, era um herói. A dualidade em torno da figura de Veiga Cabral aparece no cenário político paraense a partir da sua atuação como aliado dos liberais no final do Império. A primeira aparição de Cabral ocorreu no início da década de 1880, momento em que já fazia uso de um elemento que se tornaria sua marca registrada: a força. Ainda jovem, com muita agilidade, foi requisitado para a resolução de problemas políticos por meio de violência, de acordo com o entendimento dos grupos políticos em disputa.

O uso da força física foi recorrente na política nacional da época. Segundo Richard Graham (1997), quando falhavam as tentativas de negociar uma saída pacífica, era corriqueiro recorrer à força para garantir a continuidade ou substituição de determinado grupo político. Neste sentido, a intervenção de Veiga Cabral por vezes se fez necessária, na tentativa de

¹⁶² Jornal A República, n. 590, de 28/12/1900. Notícia da primeira página, intitulada “Veiga Cabral”.

¹⁶³ Jornal A República, n. 590, de 28/12/1900. Notícia da primeira página, intitulada “Veiga Cabral”.

¹⁶⁴ Jornal O Pará, n. 597, 26/11/1899. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

garantir vitórias eleitorais, porém a sua participação política não ficou limitada ao papel de “capanga” desses grupos.

Na República, Veiga Cabral também demonstrou a sua competência como articulador do Partido Democrático, revelando-se um intelectual orgânico do partido¹⁶⁵. A sua trajetória nos permite observar um amadurecimento no âmbito das agremiações partidárias em que militou, e o conhecimento adquirido na prática e na experiência vivida no cenário político.

Segundo Luis Augusto Pinheiro Leal (2008), desde que fora apontado como desordeiro por seus oponentes, de 1886 a 1895, muitos eventos ocorreram na vida política do Pará, e na maioria deles o singular “capoeira” esteve presente¹⁶⁶. Cabralzinho teve uma atuação ativa nas disputas políticas dos primeiros anos da República no Pará, sendo uma figura cuja imagem sofreu transformações neste período, saindo do papel de vilão para herói nacional republicano.

No Pará, a imagem de Veiga Cabral não foi uma unanimidade, estando inserida nos conflitos políticos. O jornal O Pará, de 28 de novembro de 1899, firmou que Cabralzinho foi o líder de um grupo de capangas que provocou arruaças e tumultos no Distrito de Mosqueiro¹⁶⁷. Nesta pesquisa não encontrei elementos que mostrassem a entrada do governo neste processo antes da década de 1930, quando o então governador do Pará, Magalhães Barata, começa a fazer uma série de homenagens em memória a Cabralzinho.

[...] o major Magalhães Barata, interventor federal, por decreto que assinou, acaba de denominar Veiga Cabral a Villa do Amapá e conservar este nome para denominar todo território compreendido entre os rios Oyapock e Araguay, em homenagem à memória do patriota Veiga Cabral – o Cabralzinho – e as vítimas do aviso de guerra Francês “Bengali”.¹⁶⁸

Na década de 1930, o contexto político nacional e internacional ficou marcado pela intensidade das políticas nacionalistas pelo mundo. O governo de Getúlio Vargas adotou uma série de políticas nacionalistas para o Brasil. No Pará, o interventor achou conveniente ter como herói um cidadão que foi reconhecido por ter lutado contra os inimigos franceses. Ao que parece, neste momento pesou mais o seu gesto patriótico do que o passado de desordem, que foi deixado de lado frente ao seu heroísmo para os brasileiros.

¹⁶⁵ Na concepção gramsciana, intelectual orgânico, em síntese, é o intelectual que participa, que age, que ajuda na formulação de uma nova hegemonia ou se engaja na manutenção da hegemonia existente. De um lado e de outro, a organicidade vem do comprometimento, da participação, na formulação de ideias que ajudem na ação política, seja ela hegemônica ou contra-hegemônica.

¹⁶⁶ Conforme os trabalhos de Farias (2011, p. 183-200) e Leal (2008).

¹⁶⁷ Jornal O Pará, n. 597, p. 2, Col. 2, de 26/11/1899. Notícia intitulada: “Assassinato em Mosqueiro”. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

¹⁶⁸ Jornal O Imparcial, de 04/09/1931. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme.

Na tentativa de apagar o passado indesejado de Veiga Cabral, sua imagem passou a ser associada ao Exército, quando então passou a ser apresentado em trajes militares. Portanto, saiu de cena o desordeiro e entrou o General Comandante. Em 1896, quando da sua ida ao Rio de Janeiro, a Revista Ilustrada¹⁶⁹ divulgou uma imagem em que Cabralzinho apresenta em trajes militares, revelando o título de General Comandante Geral do Exército Defensor do Amapá¹⁷⁰ (Figura 7), atribuído em 1894, pela junta que governava a região em litígio. Este título concedido pelo Triunvirato a Veiga Cabral não foi ratificado pelo governo brasileiro, pois recebeu somente o posto de General Honorário do Exército Brasileiro.

A imprensa não tardou a fazer esta associação. E, por iniciativa de alguns jornais da capital federal, o nome de Francisco Xavier da Veiga Cabral passou a ser precedido da palavra General do Exército, reproduzindo esta imagem em uma série de gravuras estampadas nos jornais. O próprio Cabralzinho parece ser adepto da ideia de associar sua imagem ao Exército, e em algumas fotografias se apresenta em trajes militares (Figura 8).

Figura 6 - Imagem divulgada pela Revista Ilustrada em 1895.



Fonte: Reproduzida da Revista Ilustrada, de 1895.

¹⁶⁹ Revista Ilustrada, 1895. Disponível e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

¹⁷⁰ Decreto nº 2, de 27 de dezembro de 1894. Documentação transcrita e publicada em Meira (1977, p. 55).

Figura 7. Fotografia de Veiga Cabral em trajes militares.



Fonte: Imagem reproduzida do livro “Fronteiras Sangrentas” (MEIRA, 1977).

Sai o homem que fora descrito anos antes como sendo líder de grupos desordeiros, e entra em cena o General de umas das mais importantes instituições do Brasil naquele momento, tanto que para ser proclamada a República, os líderes políticos do movimento republicano tiveram que se aliar aos generais, no intuito de obter êxito em suas ações, ou seja, o golpe de 1889.

Mesmo tendo pertencido à Guarda Nacional na condição de Alferes, não encontrei Francisco Xavier da Veiga Cabral como membro do Exército Brasileiro antes de participar do conflito entre brasileiros e franceses, pelo qual recebeu menções honrosas do governo do Pará por sua atuação naquele momento, ocupado pelo seu agora aliado político, Lauro Sodré.

Antes de seguir para o Amapá, Cabralzinho foi descrito por grande parte da imprensa do Pará como sendo um violento, criminoso e inimigo da República. Em sua atuação política

na República sempre foi questionado e acusado pelos opositores de ser violento e agir contra a ordem pública, tendo a sua prisão decretada por diversas vezes.

Observei que sua transformação em herói nacional foi fruto das disputas políticas, sendo mesma dual e conflitante, dependendo do grupo. No ano de 1900, encontramos bons exemplos disto. Enquanto os jornais lauristas enalteceram Veiga Cabral, alguns até com poemas para comemorar os seus feitos¹⁷¹, os jornais lemistas descreviam suas práticas políticas como sendo desordeiras¹⁷².

“Amigo Veiga Cabral,
 Cidadão, grande espartano,
 Recebei meus parabéns,
 Sincero republicano.
 Fulgor da sempre brilhante
 Constelação do Pará
 Teu brilho resplandecente
 Na história rutilará.
 Eu te saúdo, valente, gigante do Gram-Pará.
 Que a nossa honra e bandeira
 Salvastes! La no Amapá.
 Neste momento solene,
 De um prazer santo e sublime,
 Saudar-te é uma virtude,
 Patriota não é crime.
 Recebei pois, a homenagem
 Da minha admiração;
 Do Pará glórias fulgentes,
 Estrela, fulguração.
 Dessa epopeia brilhante
 Tu foste o briareo,
 Do Brasil o defensor
 Só solo que recebeu
 Recebam, pois, meu louvor,
 Verdadeiro, justo e franco,
 Defensores do Amapá
 – Lauro, Cabral e Rio branco.

José Augusto da Gama e Costa.”¹⁷³

O poema acima é intitulado “Amapá”, e foi publicado em 1900 no jornal A República, escrito para homenagear Lauro Sodré, Barão do Rio Branco e Veiga Cabral. Mas, como percebemos, o poema tem como foco central descrever as qualidades e a participação de Cabralzinho no Contestado.

¹⁷¹ Reunião para organizar a chegada de Veiga Cabral. Jornal Folha do Norte, de 05/02/1896; de 02/02/1896; de 06/02/1896; Jornal A República, n. 592, p. 2, de 30/12/1900.

¹⁷² Jornal O Pará, n. 634, de 16/01/1900; n. 623 de 01/02/1900; n. 598, de 28/11/1899, n. 597, de 26/11/1899. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

¹⁷³ A República, n. 580, de 02/12/1900. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

Para demonstrar como a imagem de Veiga Cabral muda conforme o interlocutor, transcrevo um trecho do jornal lemistá: “não de hoje que este infeliz Veiga Cabral vem em Mosqueiro implatando o regime da desordem e do desrespeito”¹⁷⁴. Assim, assinalo a existência de uma batalha política pela memória de Cabralzinho, que se modifica de acordo com o grupo político, especialmente no período que vai de 1897 até 1905, ano da sua morte. Quando o governo do Pará não estava nas mãos dos aliados, Cabral ficava de fora das manifestações públicas, porém, com a sua morte e, posteriormente, no governo de Lauro Sodré, em 1912, a relação entre o governo do Pará e Veiga Cabral começou a ser modificada.

Após a morte de Veiga Cabral, as contradições em torno da sua imagem vão sendo acentuadas. A partir da década de 1930, no governo de Magalhães Barata, ele passou a ser considerado um herói, e esta imagem foi fortalecida ao longo do tempo, inclusive e por autores da historiografia paraense. Ernesto Cruz (1963), em estudo sobre as ruas de Belém, afirma:

Veiga Cabral – Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho. Foi o chefe dos patriotas que defenderam a soberania do Brasil, no Amapá, quando da invasão dos franceses. Este rasgo de coragem e altivez deu-lhe justo prestígio em todo o país, tendo sido recebido no Rio de Janeiro como autêntico herói nacional.” (CRUZ, 1963).

Na década de 1970, o escritor paraense Silvio Meira, no seu livro “Fronteiras Sangrentas: Heróis do Amapá” reforça a ideia do herói nacional, ao debater sobre fronteira do Cabo Norte, tendo como personagem principal Francisco Xavier da Veiga Cabral, e exalta a sua participação no Contestado Franco-Brasileiro. Sobre esta obra, Gilberto Freire comenta:

[...] o professor Silvio Meira revela esses desconhecidos. Evoca seus feitos, destaca sua importância. Reúne informes que pelo colorido, pelo movimento, pela vibração merecem passar das páginas do livro a um filme capaz de comover, junto com o livro, o Brasil de hoje (FREIRE, apud MEIRA, 1977).

Francisco Xavier da Veiga Cabral é lembrado até os dias atuais como o “herói do Amapá”. Um dos elementos que comprovam este fato é uma estátua erguida em sua homenagem na cidade de Amapá, a 40 km de Macapá. Conforme já mencionado, neste monumento, Francisco Xavier da Veiga Cabral foi retratado em trajes militares, buscando caracterizá-lo como General Comandante Geral do Exército. Entendemos como mais um elemento que reforça a ideia de valorização dos membros do Exército Brasileiro.

A imagem faz alusão a um general do Exército, com várias medalhas destacadas no uniforme, mostrando, ainda, uma postura de continência e um olhar em direção ao horizonte.

¹⁷⁴ Jornal O Pará, n. 623, de 02/01/1900. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

Esta estátua também foi erguida como propaganda do governo do Amapá, que na década 1976 buscou louvar a imagem militar de Cabralzinho. O período em questão é de ditadura militar no Brasil, sendo o Território do Amapá governado pelo comandante Artur de Azevedo Henning, que autorizou a construção do monumento, reforçando a sua associação às forças armadas brasileiras.

No livro “Fronteiras sangrentas: Heróis do Amapá”, o escritor Silvio Meira (1977) publicou uma fotografia do artesão esculpindo a estátua para louvar a figura do General Comandante do Exército na defesa do Amapá (Figura 9). Esta imagem é reveladora da saída de cena do Cabralzinho líder das “Cabraiadas”, como afirmou o jornal A República, em 1891, para enaltecer o general do Exército.

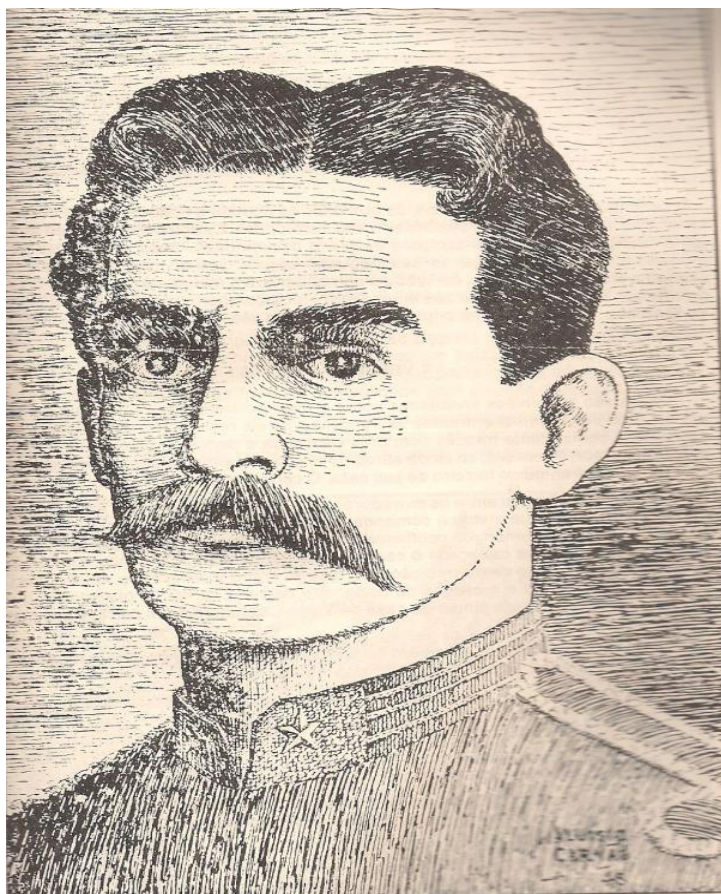
Figura 8 - Estátua em homenagem a Francisco Xavier da Veiga Cabral na cidade de Amapá, no estado do Amapá.



Fonte: Imagem reproduzida do livro “Fronteiras Sangrentas” (MEIRA, 1977).

Em outra imagem de Veiga Cabral (Figura 10), pode-se observar que novamente ele aparece em trajes militares, o que me leva a concluir que a construção do herói do Amapá passou pela transformação da sua imagem de desordeiro e vilão da República, a respeitado membro do Exército Brasileiro.

Figura 9 - Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho.¹⁷⁵



Fonte: Reproduzida do livro "Informações Sobre a História do Amapá, de Estácio Vidal Picanço. Disponível em: <<http://montorilaraujo.blogspot.com.br/2011/09/uma-filha-de-cabralzinho-visita-o-amapa.html>>

Nas imagens que apresentam Veiga Cabral como um herói nacional, seja em fotos, pinturas, gravuras ou estátua, geralmente ele é retratado em trajes militares. O motivo deve-se ao paradoxo em torno da sua figura, tornando imprescindíveis as associações aos militares brasileiros, pelo seu envolvimento nos conflitos políticos. Contudo, a sua descrição ocorre de forma dual, sendo um homem exemplar para seus aliados, e um desordeiro para os seus adversários políticos.

Assim como as tradições são “inventadas” e depois ganham outros significados e, por mais que pareçam antigas, sempre terão espaço nas mentes das pessoas, o mesmo ocorre com os heróis inventados, que servem aos interesses de grupos políticos que buscam estes elementos para reforçar os seus projetos de governo, como afirma o Antropólogo Celso

¹⁷⁵ Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho. Pintura a bico de lápis feita por Aluisio Carvão, um dos irmãos da Sra. Iracema Carvão Nunes, primeira esposa do Governador Janary Gentil Nunes. Copiada do livro "Informações Sobre a História do Amapá, de autoria do Prof. Estácio Vidal Picanço. <http://montorilaraujo.blogspot.com.br/2011/09/uma-filha-de-cabralzinho-visita-o-amapa.html>

Castro (2002) ao afirmar que “a invenção cultural não se dá num terreno absolutamente livre e sim no campo de possibilidade histórica e culturalmente limitado”.

Para o historiador Eric Hobsbawm (1984), as tradições podem ser patrocinadas por diferentes agentes, podendo estar a serviço dos Estados Nacionais ou de grupos específicos. Este elemento explica o motivo da imagem de Cabralzinho ter oscilado nos anos pós-conflito, onde foi inicialmente reconhecido pelo governo de Lauro Sodré, seu aliado, e depois passou por um período de não reconhecimento por parte do estado do Pará e pelo governo brasileiro. Por outro lado, a grande imprensa da capital federal, do Maranhão, de Sergipe e do Pará buscou consolidar a sua imagem de herói, a partir da divulgação dos seus feitos no Cabo Norte, organizando festas e recepções para a comitiva que lhe acompanhou na viagem à capital federal, quando Veiga Cabral foi recebido com pompa e honraria¹⁷⁶.

Sua atuação nas disputas entre brasileiros e franceses levou a imprensa paraense e alguns jornais da capital federal, como o A Cidade do Rio, a considerá-lo um grande patriota. No Pará, as primeiras referências ao heroísmo de Cabralzinho são encontradas nas páginas de O Democrata¹⁷⁷ e, logo depois, informações similares contidas no jornal A República¹⁷⁸, citando Veiga Cabral como símbolo do republicanismo paraense.

Com o tempo, a necessidade de construir a nacionalidade ganhou ainda mais importância, pois, em um país carente de heróis e com um território ainda não consolidado, a participação de Veiga Cabral no conflito franco-brasileiro era uma oportunidade perfeita para associar esses dois elementos e constituir a imagem de um grande brasileiro. Porém, com a troca de governo no Pará, e a ascensão dos inimigos políticos, Cabralzinho passou a ser um herói não oficial no início do século XX, sendo apenas reconhecido como tal após a sua morte, em 1905.

De acordo com Francisco Doratioto (2012), os elementos simbólicos presentes nos primeiros anos do governo republicano eram essenciais para a unificação do Brasil, ao criar um sentimento de pertencimento à pátria. Entretanto, esta cidadania não se refletia na participação política, que ficou restrita a uma pequena parte da população.

A imagem heroica de Veiga Cabral foi reforçada com o apoio de autores da literatura e da historiografia paraenses, pois ambas se dedicaram a construir e a eternizar os seus feitos no Amapá. Segundo Ernesto Cruz (1973, p. 438), no Contestado Franco-Brasileiro, Veiga Cabral

¹⁷⁶ Jornal A Cidade do Rio, n. 47, p. 1. Col. 1- 3, de 15/02/1896. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

¹⁷⁷ Jornal O Democrata, de 20 de maio de 1895. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

¹⁷⁸ Jornal A República, de 25 de maio de 1895. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

foi “o valente chefe dos patriotas que defenderam o Brasil contra os franceses no território do Amapá”. Na sua obra, o desempenho político de Cabralzinho foi pouco aprofundado, dando maior ênfase aos feitos do “grande homem” que arriscou a sua vida pela pátria.

No ano de 1977, Silvio Meira (1977) lançou o livro “Fronteiras Sangrentas: Heróis do Amapá”, dedicado à construção da narrativa da participação de Veiga Cabral nas terras do Contestado Franco-Brasileiro, bem como os motivos que o levaram a frequentar o panteão de heróis nacionais republicanos.

Será que o Brasil pode dar-se ao luxo de deixar na s\obra heróis ignorados? Ou encobertos? Não há povo que possa viver saudavelmente sem lembrar-se de seus heróis. Sem cuidar de que eles existem. Quando lhe faltam os verdadeiros, recorre aos espúrios. Vale-se dos arremedos.

Em Fronteiras sangrentas, o erudito admirável [...] recorda aos brasileiros de hoje os heróis do Amapá. Heróis aos quais deve muito o Brasil. Entretanto são ignorados. Estão nas sombras, quando o maior deles, Francisco Xavier da Veiga Cabral, chega a ser épico.¹⁷⁹

O ato épico em que Veiga Cabral teria desarmado o chefe do Exército francês, capitão Lunier, fazendo uso arma do capitão para matá-lo, expulsando os inimigos dos brasileiros da região, fez com que Cabralzinho caísse nas graças da imprensa nacional e paraense. Este evento foi entendido como o momento de maior heroísmo do intrépido brasileiro, sendo considerado um herói pelos principais jornais do país.

Marcio Couto Henrique (2008) assinala que os heróis nacionais republicanos tinham que ter amor pela pátria, serem obedientes às verdades da ciência e submissos às leis. Nessa perspectiva, temos um problema para tornar Veiga Cabral um herói nacional, pois, como colocar alguém que tem todo um histórico de problemas com as leis no estado do Pará no panteão dos grandes patriotas republicanos?

A resposta a este questionamento está na atuação da imprensa local e nacional, que apresentou um Veiga Cabral patriótico e símbolo de justiça, criando ainda uma narrativa épica da sua atuação no Contestado, que deixava de lado o seu passado de desordeiro. “O intrépido Paraense, com a singeleza e modéstia que lhe são peculiares [...] Homem franco, abnegado até ao sacrifício, dispondo de recursos intelectuais superiores [...]”¹⁸⁰

A memória de Veiga Cabral como herói do Amapá perdura até os dias atuais, como constatado na Revista de História da Biblioteca Nacional (2010), que apresenta um mapa com os heróis brasileiros por Estados da Federação, e no estado do Amapá aparece o paraense

¹⁷⁹ Texto de Gilberto Freire na contracapa da obra de Meira (1977).

¹⁸⁰ A Notícia, p.1. 15/02/1896. Jornal do Rio de Janeiro. Exemplar acessado na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

Cabralzinho como grande ícone do antigo Contestado Franco-Brasileiro ou terras do Cabo Norte. Outra prova desta memória está na página oficial do governo do Amapá, onde se encontra um breve histórico do conflito e da participação de Veiga Cabral.

As disputas políticas em torno da imagem de Cabralzinho duraram algum tempo. Mesmo após a vitória do projeto laurista em 1912, foi mantida a dualidade em torno da sua imagem, como um elemento inserido nos conflitos políticos oligárquicos que caracterizaram o cenário paraense no apagar do século XIX e nascer do século XX. Observei que os estigmas de herói e de vilão estiveram presentes na vida de Cabralzinho, e que, apesar da sua participação vitoriosa nos conflitos na região do atual estado do Amapá, sua imagem nunca deixou de ter duas faces.

Para Celso Castro (2002), um herói é construído a partir de interesses políticos e representa um projeto de um grupo, sendo a sua imagem adaptada de acordo com os interesses desses indivíduos. Lógico que a sua atuação foi importante para o Estado brasileiro, mas ela não foi o determinante para que o país conseguisse o território do Amapá. Neste caso, ela tirou o conflito das escuras e trouxe à tona o jogo de interesses que desarmonizava o território do Cabo Norte, possibilitando a união dos brasileiros politizados contra um inimigo comum, sendo resolvida logo depois, com a intermediação do Barão do Rio Branco, que conseguiu dar fim ao litígio entre o Brasil e a França.

CONCLUSÃO

O trabalho buscou uma melhor compreensão dos jogos políticos desenvolvidos no alvorecer da República no Pará. Para alcançar este objetivo, busquei estudar o papel que desempenhou o militante político Francisco Xavier da Veiga Cabral – a sua atuação, o seu envolvimento na condição de membro dos diretórios dos partidos políticos em que atuou, a sua participação no processo eleitoral como líder de grupos armados e capangas, e a articulação através dos seus jornais. A compreensão da sua trajetória de vida e do seu relacionamento com mecanismos muito utilizados pelos políticos locais me ajudaram a entender melhor o processo político no Pará, contribuindo para os debates sobre a temática.

O cenário político do Pará no final do século XIX, não pode ser compreendido se voltamos o nosso olhar somente para as figuras ilustres, aqueles que ocuparam os cargos administrativos e legislativos. É necessário buscar outros elementos que ficaram à margem da historiografia brasileira e amazônica, mas que participaram e contribuíram nas intensas disputas eleitorais que aconteceram no território brasileiro, e especialmente no Pará. Muitos foram os atores envolvidos nesses jogos, sendo que para alguns nunca foram atribuídos os créditos necessários pelo entendimento do desenrolar da vida político-partidária no estado do Pará, notadamente na sua capital, Belém.

Este estudo visa contribuir para o entendimento das intensas disputas entre os dois partidos imperiais, liderados por grupos liberais e conservadores, durante o período monárquico, no intuito de perceber como se deu o processo de transição para o regime republicano, no momento em que vamos encontrar novamente os dois partidos como os maiores representantes de uma elite política nacional e local. As transformações e permanências durante a mudança de regime destacam-se entre os temas que nortearam esta pesquisa. Observamos que neste novo contexto histórico estes partidos apresentam uma nova peculiaridade, ou seja, o caráter regional e oligárquico de suas ambições políticas. Esta característica não impediu que, em alguns momentos, os grupos políticos buscassem criar um partido de repercussão nacional, porém, esta iniciativa não atingiu o sucesso esperado.

O processo de disputa política no Pará durante o alvorecer da República foi marcado pela permanência dos atores sociais que estavam atuando durante o Império. As mudanças nos quadros políticos foram mínimas, e quando aconteceram, estavam mais ligadas aos quadros administrativos. A trajetória de um dos mais controversos políticos do estado do

Pará, Veiga Cabral, enquanto personagem histórico que circulou no cenário político paraense, permitiu uma entrada neste cenário, onde foi possível observar como se deu o processo de transição, a partir das redes de relacionamentos estabelecidos pelo personagem central deste estudo.

A sua condição de agente nos conflitos políticos permitiu-lhe estabelecer uma rede aliados, gerando um capital político que lhe favoreceu durante a sua vida político-partidária ao longo dos anos, acumulando várias funções nos grupos políticos em que atuou, tendo papel importante para a compreensão dos mecanismos utilizados nas questões eleitorais. A sua atuação política como membro de diretórios, jornalista e líder de capangas se deu de forma quase que simultânea, tornando difícil dissociar os elementos que compunham sua vida. Veiga Cabral foi capanga e membro dos diretórios do PL, do PRD e PRF, frequentou festas da sociedade e eventos organizados pelos seus correligionários; e com o seu amadurecimento na organização partidária, chegou a ocupar cargos importantes, como o de presidente do Partido Republicano Federal no Pará.

Neste trabalho, apresentei a trajetória de Veiga Cabral e sua participação na política do Pará e do Brasil. Afinal, fazer a História da Amazônia é fazer a História do Brasil. Mergulhar na vida de Cabralzinho me levou a observar os processos políticos no Pará no final do século XIX. A sua participação direta ou indireta nos conflitos revelou um cenário complexo das disputas eleitorais naquele contexto histórico.

No início deste trabalho, apresentamos três segmentos que estavam inseridos nos conflitos políticos, sendo que em todos a participação de Veiga Cabral foi marcante. Ele atuou como dono de jornais, como capanga e, mesmo não sendo militar, até o momento em que chegou ao Amapá e assumiu o posto de general do Exército do Amapá, liderando um grupo de brasileiros contra os franceses, ele manteve contato constante com os militares, o que lhe permitiu manter a articulação com este grupo em vários momentos da sua vida política. Partindo da reconstituição da sua trajetória, apresentamos o papel de cada um destes segmentos nos processos eleitorais no Pará.

Naquele período, as disputas políticas não se limitavam aos partidos políticos, pois havia vários segmentos que estavam inseridos nesses conflitos. Alguns destes participavam da vida política de forma direta e tinham função muito clara na hora de decidir qual grupo iria sair vitorioso do processo eleitoral. Outros tinham sua participação de forma indireta, mas também eram muito importantes para os rumos da política nacional e regional.

Para conquistar as vitórias nos processos eleitorais, era necessário fazer uso de alguns mecanismos que se mostraram fundamentais para que os grupos políticos ganhassem as eleições e solidificassem a sua permanência no poder. Este trabalho apresentou alguns destes mecanismos, com destaque especial para três deles: os jornais, os capangas e a polícia.

Os jornais tiveram uma grande importância para os grupos políticos no alvorecer da República. A liberdade garantida à imprensa brasileira, desde os tempos do imperador do Pedro II, permitiu o fortalecimento dos meios de comunicação, o processo de modernização das tipografias, ainda na fase inicial, e a articulação com ideologias políticas tornou os jornais uma ferramenta necessária para a divulgação de ideias e a construção de aliados políticos em todo o território nacional.

Tão importante quanto a imprensa na construção das vitórias eleitorais, era a utilização dos capangas na condição de “corpos privados” de uso da força, quando foi possível identificar uma grande participação de “capoeiras”. Estes indivíduos tinham a função de intimidar os inimigos políticos dos seus patrões, sendo utilizados com maior intensidade nos períodos eleitorais, porém, geralmente estavam presentes nos jogos políticos do Pará, mesmo depois dos processos eleitorais.

Outro elemento que fazia uso da força era o Corpo de Polícia. Este era legitimado pelo o Estado, em geral prestando trabalho similar ao dos capangas, sendo o braço armado do grupo que estava no poder. Em alguns momentos o Corpo de Polícia tinha uma relação próxima com os capangas, sendo possível encontrar muitos deles assumindo a posição de praça de polícia, e até mesmo de delegado, em algumas regiões.

Cabralzinho foi um elemento responsável por fazer a ponte entre os dirigentes dos partidos e os grupos armados. Porém, ao mesmo tempo, circulava entre os dirigentes políticos mais importantes do seu partido. Através dos seus jornais, ele foi responsável pela crítica contundente aos seus adversários políticos, e estabeleceu uma relação sólida com o Corpo de Polícia do Pará. No âmbito dos partidos políticos, Cabral mostrou o seu poder de articulação e aprendeu com os jogos políticos do Pará. Foi este Cabralzinho que desembarcou no Amapá, e em pouco tempo assumiu a liderança dos brasileiros na região do conflito entre brasileiros e franceses.

Neste trabalho, mostrei que o envolvimento de Veiga Cabral no universo político-partidário foi sendo ampliado com o passar dos anos, e o seu amadurecimento foi fruto da sua intelectualidade dentro das organizações políticas em que atuou. Esta experiência conduziu Cabral à liderança dos amapaenses no Contestado e, posteriormente, à liderança dos “lauristas” no Pará.

Neste aspecto, apresentamos os conflitos políticos no Pará, o seu desenrolar no alvorecer da República, e a participação do Francisco Xavier da Veiga Cabral nos eventos políticos e eleitorais no estado, buscando contribuir para os debates acerca dos processos político-partidários, das eleições e dos conflitos políticos no Pará. Em especial, foi possível perceber que os processos de disputas políticas no Pará são complexos. Num esforço para entendê-los, foi necessário ampliar o campo de análise aos elementos geralmente utilizados pelos grupos políticos, como os grupos de capangas e do corpo de polícia, além dos jornais. Identifiquei, ainda, uma disputa em trono da imagem de Cabralzinho, que, contraditoriamente, foi elevado à condição de herói por um grupo, e taxado de vilão, por outro.

As disputas políticas no Pará, à época, iam além do campo físico ou ideológico. Elas adentravam o campo da memória, e era importante para os grupos que protagonizavam essas disputas fazer o melhor uso possível de todos os mecanismos disponíveis. Foi a batalha da memória que levou Francisco Xavier da Veiga Cabral a ser reconhecido como vilão e como herói ao mesmo tempo.

Em síntese, este trabalho apresenta-se como uma contribuição aos debates em diversos campos acadêmicos, científicos e políticos, sobre a história política no Pará, permitindo que os temas aqui abordados suscitem novos estudos e reflexões sobre as disputas políticas contextualizadas entre o final do século XIX e início do XX, ampliando as discussões e a produção de conhecimentos sobre a História da Amazônia e do Brasil, envolvendo a participação de diversos segmentos e instituições no cenário político local e nacional.

FONTES

Fontes:

Microfilmagem do Biblioteca Pública Arthur Viana:

- A Província do Pará (1888 –1890)
- Diário de Belém (1885 – 1889)
- Diário de Notícias (1887 – 1891)
- A República (1886 a 1887. 1890 a 1895)
- O Democrata (1890-1893)

BIBLIOTECA NACIONAL (HEMEROTECA DIGITAL)

Jornal Cidade do Rio. (Rio de Janeiro) (1895- 1900).

Jornal: Gazeta da Tarde. (Rio de Janeiro) (1888-1891)

Centro de Memória da Amazônia

Alistamento Eleitoral, caixa 1886, 3º Distrito Criminal. 11 de setembro de 1886 na a Província do Pará

Relatórios Online:

Relatório de Governo de 1888. “Falla com que o exm. sr. conselheiro Francisco José Cardoso Junior, primeiro vice-presidente da Província do Pará, abriu a 1.a sessão da 26.a legislatura da Assembléa Provincial no dia 4 de março de 1888. Pará, Typ. Do "Diário de Noticias," 1888”.
<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/564/>

Relatório de Governo de 1889. “Relatorio com que o exm. snr. conselheiro Francisco José Cardoso Junior, 1.o vice-presidente, passou a administração da Província, no dia 6 de maio de 1888 ao exm. snr. dr. Miguel J. de Almeida Pernambuco, nomeado por carta imperial de 24 de março ultimo. Pará, Typ. do Diário de Noticias, 1888”. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/562/>

Relatório de Governo de 1889. “Falla com que o exm.o snr. d.r Miguel José d'Almeida Pernambuco, presidente da Província, abriu a 2.a sessão da 26.a legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Pará em 2 de fevereiro de 1889. Pará, Typ. de A.F. da Costa, 1889”.
<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/564/000141.htm>

Mensagem 1889. [Http://Brazil.Crl.Edu/Bsd/Bsd/U1030/](http://Brazil.Crl.Edu/Bsd/Bsd/U1030/)

Mensagem 1891. [Http://Brazil.Crl.Edu/Bsd/Bsd/U2416/](http://Brazil.Crl.Edu/Bsd/Bsd/U2416/)

Arquivo Público Do Estado Do Pará (Apep)

Área: Documento De Governo

Fundo: Secretaria De Presidência Da Província

Série: Minutas De Ofícios Ao Comandante Do Corpo De Polícia. Ano: 1888. Códice: 1919.

Série: Minuta De Ofício Ao Comandante Do Corpo De Polícia. Ano: 1888. Códice: 1942.

Série: Minuta De Ofício Ao Chefe De Polícia. Ano: 1888. Códice: 1925.

Série: Minutas De Ofícios As Autoridades Judiciárias. Ano: 1889. Códice: 1951.

Série: Ofício Do Corpo De Polícia Do Pará. Caixa: 427. Ano: 1886-1889.

Fundo: Legislação Estadual.

Serie: Coleção De Leis E Decretos De 1886.

Sub – Serie: Regulamento Orgânico Do Corpo De Polícia De 1886.

Serie: Leis, Decretos e Portarias 1890.

Sub – Serie: Regulamento Do Corpo Militar De Polícia De 1890.

Sub – Serie: Regulamento Do Corpo De Bombeiros Paraenses De 1890.

Sub – Serie: Corpo Provisório De Linha 1890.

Serie: Leis E Decretos De 1887 A 1889.

Sub – Serie: Mudança Na Organização Do Corpo De Polícia 1887.

Sub – Serie: Reorganização Do Corpo De Polícia 1889.

Serie: Leis, Decretos E Portarias De 1891.

Sub – Serie: Decreto Dissolvendo O Corpo Militar De Polícia 1891.

Sub – Serie: Nova Reorganização Do Serviço De Segurança Pública 1891.

Sub – Serie: Organização Do Poder Judiciário Do Estado Do Pará 1891.

Sub – Serie: Reorganização Da Força Pública Do Estado Do Pará 1891.

Sub – Serie: Tabelas De Vencimentos Do Tribunal E Justiça 1891.

Serie: Leis E Decretos 1894.

Sub- Serie: Regulamento Da Força Pública Do Pará 1894.

Serie: Leis, Decretos E Portarias 1890 A 1891.

Sub – Serie: Fixa A Força Publica Para O Ano Vindouro.

Sub Serie: Fixa A Força Publica E Manda Continuar Em Vigor O Regulamento.

Fundo: Relatório De Governo.

Série: Relatório Das Instituições Públicas.

*Relatório em que o Capitão-tenente Duarte Huet bacellar passou a administração do Estado do Pará em 24 junho de 1891 ao governador Dr. Lauro Sodré. Belém: typografia do diário oficial, 1891.

*Relatório do Chefe de Polícia. Ano: 1897.

Área: Segurança Pública.

Fundo: Chefatura De Polícia.

Série: Secretaria De Policia Do Pará. Ano: 1888. Caixa: 435 E 436.

Série: Oficio Do Corpo Militar De Policia Do Pará. Caixa: 437. Ano: 1888-1889.

Série: Oficio Da Diretoria De Policia Do Pará. Ano: 1889. Caixa: 441.

Série: Ocorrências. Ano: 1890

Série: Ofícios. Ano: 1889-1890.

Série: Oficio Do Chefe De Policia. Ano: 1889. Numero Do Volume: 60.

Série: Autos: Autos De Perguntas Do Mês De Junho De 1891, Feitas Para Jorge José Francisco Acerca Da Funga De Francisco Xavier Da Veiga Cabral.

Área: Segurança Pública.

Fundo: Secretaria De Polícia Da Província.

Série: Autos.

*Secretaria de Polícia da Província, autos do mês de agosto de 1886 em que é réu Francisco Xavier da Veiga Cabral.

*Processo movido para o esclarecimento da queima do livro-mestre do Corpo Militar de Polícia, que se encontra do Arquivo Público do Pará no fundo da chefatura de polícia e na série autos, do ano de 1888 de julho a dezembro.

Seção de Obras Raras da Biblioteca pública Artur Vianna

*Um Democrata. [Dr. Américo Santa Rosa]. Os sucessos de Junho ou o último motim político do Pará. Belém: Imprensa da Tavares Cardoso e Cia, 1891.

*Pará. Leis, Decretos. Constituição política do Pará dos anos de 1891, 1904, 1914 e 1915. 1915.

Centro de Memória da Amazônia (CMA): Fundo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Fundo: segundo distrito criminal.

Série: ferimentos.

Autos de inquérito acerca da briga envolvendo o Dr. Agostinho Reis e Francisco Xavier da Veiga Cabral em 1890.

Fundo: segundo distrito criminal.

Série: homicídio.

Processo do assassinato de João Francisco da Luz em 1891.

Universidade De Chicago:

*Relatório De Governo De 1888. [Http://Brazil.Crl.Edu/Bsd/Bsd/564/](http://Brazil.Crl.Edu/Bsd/Bsd/564/)

*Relatório De Governo De 1889. [Http://Brazil.Crl.Edu/Bsd/Bsd/562/](http://Brazil.Crl.Edu/Bsd/Bsd/562/)

*Relatório De Governo De 1889. [Http://Brazil.Crl.Edu/Bsd/Bsd/564/000141.Htm](http://Brazil.Crl.Edu/Bsd/Bsd/564/000141.Htm)

*Mensagem 1889. [Http://Brazil.Crl.Edu/Bsd/Bsd/U1030/](http://Brazil.Crl.Edu/Bsd/Bsd/U1030/)

*Mensagem 1891. [Http://Brazil.Crl.Edu/Bsd/Bsd/U2416/](http://Brazil.Crl.Edu/Bsd/Bsd/U2416/)

*Relações Exteriores, 1984. Ministério Das Relações Exteriores, Ministro (Carlos Augusto De Carvalho). Relatório Do Ano De 1894, apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil em 1895. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1609/000001.html>.

*Relações Exteriores, 1985. Ministério Das Relações Exteriores, Ministro (Carlos Augusto de Carvalho). Relatório do ano de 1895, apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil em 1896. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1610/000001.html>.

*Relações Exteriores, 1986. Ministério Das Relações Exteriores, Ministro (Dionísio E. de Castro Cerqueira). Relatório do ano de 1896, apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil em 1897. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1611/000001.html>.

REFERÊNCIAS

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassaneri (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23-76.

BORGES, Ricardo. **Vultos notáveis do Pará**. Belém: CEJUP, 1986.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassaneri (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 203-228.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p.183-191.

BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra das ruas: Povo e Polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

BRETAS, Marcos Luiz. A Polícia carioca no Império. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 219-234, 1998,.

CARDOSO, Francinete do S. Santos. **Entre conflitos, negociações e representações: o Contestado Franco-Brasileiro na última década do século XIX**. 2003. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**. A elite política imperial. Brasília: UnB, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/O teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados** – o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. Vida política. In: CARVALHO, José Murilo de. **A construção Nacional (1830-1889)**. São Paulo: Objetiva, 2012.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos políticos brasileiros: discursos e práxis dos seus programas**. 2. ed. Brasília: UnB, 1895, p. 215.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na Belle Époque**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2001.

Cidade do Rio, n. 47, p. 1, Col. 1-3, de 15/02/1896. Disponível na Biblioteca Pública Artur Vianna, setor de microfilme; e na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

CRUZ, Ernesto. **Historia do Pará**. 2. v. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1973.

CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. 2 v. Belém: EDUFPA, 1963. (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo).

DARNTON, Robert. **Os dentes falsos de George Washington**: um guia não convencional para o século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DORATIOTO, Francisco. O Brasil no mundo/idealismo, novos paradigmas e voluntarismo. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **A abertura para o mundo 1889-1930**. São Paulo: Objetiva, 2012.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: EDUSP, 2009.

FARIAS, William Gaia. **A construção da República no Pará (1886 -1897)**. 2005. Tese. (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

FARIAS, William Gaia. Do Corpo de Polícia ao Regimento Militar: reorganizações, condições materiais e conteúdos simbólicos – dos anos finais do Império à Guerra de Canudos. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 6, n. 1, p. 207-234, jan.-jun., 2013.

FARIAS, William Gaia; SILVA, Raimundo Nonato da. Veiga Cabral e os Jogos Políticos na transição da Monarquia à República. In: AMARAL, Alexandre; OLIVEIRA, Augusto; SANTOS, Dorival; CAMBRAIA, Paulo; LOBATO, Sidney. (Orgs.). **Do lado de cá**: fragmentos da História do Amapá. Belém: Açai, 2011. v. 1, p. 183-200.

FREYRE, Gilberto. Contracapa. In: MEIRA, Silvio. **Fronteiras sangrentas**: heróis do Amapá. 2. ed. Rio de Janeiro: Luna, 1977.

GRAHAN, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro – RJ: Civilização Brasileira, 1982.

HENRIQUE, Márcio Couto. **Um toque de voyeurismo**: o diário íntimo de Couto de Magalhães (1880-1887). 2008. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

HOBBSAWM, Eric J. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLLANDA, Cristina Buarque. **Modos da representação política**: o experimento da Primeira República brasileira. Belo Horizonte: EdUFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro**: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997..

LACERDA, Franciane gama. **Migração cearense no Pará face da sobrevivência (1889/1916)**. Belém: Editora Açai, 2010.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 1990.

LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. **A política da capoeiragem: a História Social da Capoeira e do Boi-Bumbá no Pará Republicano**. Salvador: EDUFBA, 2008.

LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. Cabralzinho: a arte do fazer-se herói nacional através da capoeira. In: OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. **Capoeira, identidade e gênero: ensaio sobre a história social da capoeira no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 71-83.

LEMOS, Renato Luis do Couto Neto e. **Benjamin Constant - vida e história**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LEVI, Geovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Livro de Decretos de 1891. Coleções de Leis. Belém: Arquivo Público do Estado do Pará, [s.d.].

LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. **Histórico da Polícia Militar do Pará: desde seu início (1820) até 31 de dezembro de 1939**. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1940. p. 41.

MAUCH, Claudia. **Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004

MEIRA, Silvio. **Fronteiras sangrentas: heróis do Amapá**. 2. ed. Rio de Janeiro: Luna, 1977.

MELO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida**. Rio de Janeiro: FGV; EDUR, 2007.

PICANÇO, Estácio Vidal. **Informações sobre a história do Amapá (1500 – 1900)**. Macapá: Imprensa Oficial, 1981. Disponível em: <<http://monitoraraujo.blogspot.com.br/2011/09/uma-filha-de-cabralzinho-visita-o-amapa.html>>. Acesso em: 5 out. 2014.

PINTO, Surama Conde Sá. **Só para iniciados: o jogo político na antiga capital federal**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2011.

QUEIROZ, Jonas Marçal de. Anotações às margens da história – quilombos e republicanos nas origens do Amapá. In: QUEIROZ, Jonas Marçal de; COELHO, Mauro Cezar. **Amazônia, modernização e conflito (século XVIII e XIX)**. Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001

RAMINELLI, Ronald. **Imagens da colonização: a representação do Índio de Caminha a Vieira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

REGIMENTO do Corpo Militar de Polícia. Coleções de Leis (1890, p. 103- 142). Belém: Arquivo Público do Estado do Pará, [s.d.]

REGIMENTO do Corpo Militar de Polícia. Coleções de Leis Estaduais (1890). Belém: Arquivo Público do Estado do Pará, [s.d.].

REGULAMENTO Orgânico do Corpo Policial da Província do Pará (1886) Coleções de Leis Estaduais. Belém: Arquivo Público do Estado do Pará, [s.d.].

RELATÓRIO de Governo de 1889. **Falla do exmo. sr. dr. Miguel José d'Almeida Pernambuco, presidente da Província, abril a 2ª sessão da 26ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Pará em 2 de fevereiro de 1889.** Belém: Typografia de A.F. da Costa, 1889. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/564/>>

REVISTA HISTÓRIA da Biblioteca Nacional. **A morte do herói:** ascensão e queda dos mitos nacionais, ano 6, n. 62, nov. 2010.

REVISTA ILUSTRADA de 1895. Disponível na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. La biografía como género historiográfico algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales. In: SCHMIDT, Benito (Org.). **O biográfico.** Perspectivas interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 9-48.

SALLES, Vicente. **O negro na formação da sociedade paraense.** Belém: Paka-Tatu, 2004.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém:** riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 2000.

SCHMIDT, Benito Bisso. Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema. In: SCHMIDT, Benito (Org.). **O Biográfico.** Perspectivas interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

UM DEMOCRATA. [Dr. Américo Santa Rosa]. Os sucessos de junho ou o último motim político do Pará. Belém: Imprensa da Tavares Cardoso e Cia, 1891.